



ÁFRICA



Debate

S E T E M B R O
99

África Sub-Sahariana
Cabo-Verde
Somália
Botswana
Angola

Política
Economia
Sociologia



Revista de um Grupo de Mestrados em Desenvolvimento Social e Económico de África: Análise e Gestão
(do Centro de Estudos Africanos do ISCTE)



Filipe Pires
Autor Convidado



Domingas Nazaré
Angola
7.º Curso



Armindo Aguiar
S. Tomé
7.º Curso



Elsa Marisa Pinto
Angola
Coordenadora para o 7.º Curso



José Mário Barros
Cabo-Verde
6.º Curso



Alexandra Magnólia Dias
Portugal
6.º Curso



António Balhanas
Portugal
6.º Curso



Isabel Lopes Ferreira
Cabo-Verde - Portugal
Editora
Coordenadora para o 6.º Curso



Rogério Pereira
Portugal
6.º Curso



Carlos Rodrigues
Cabo-Verde
6.º Curso



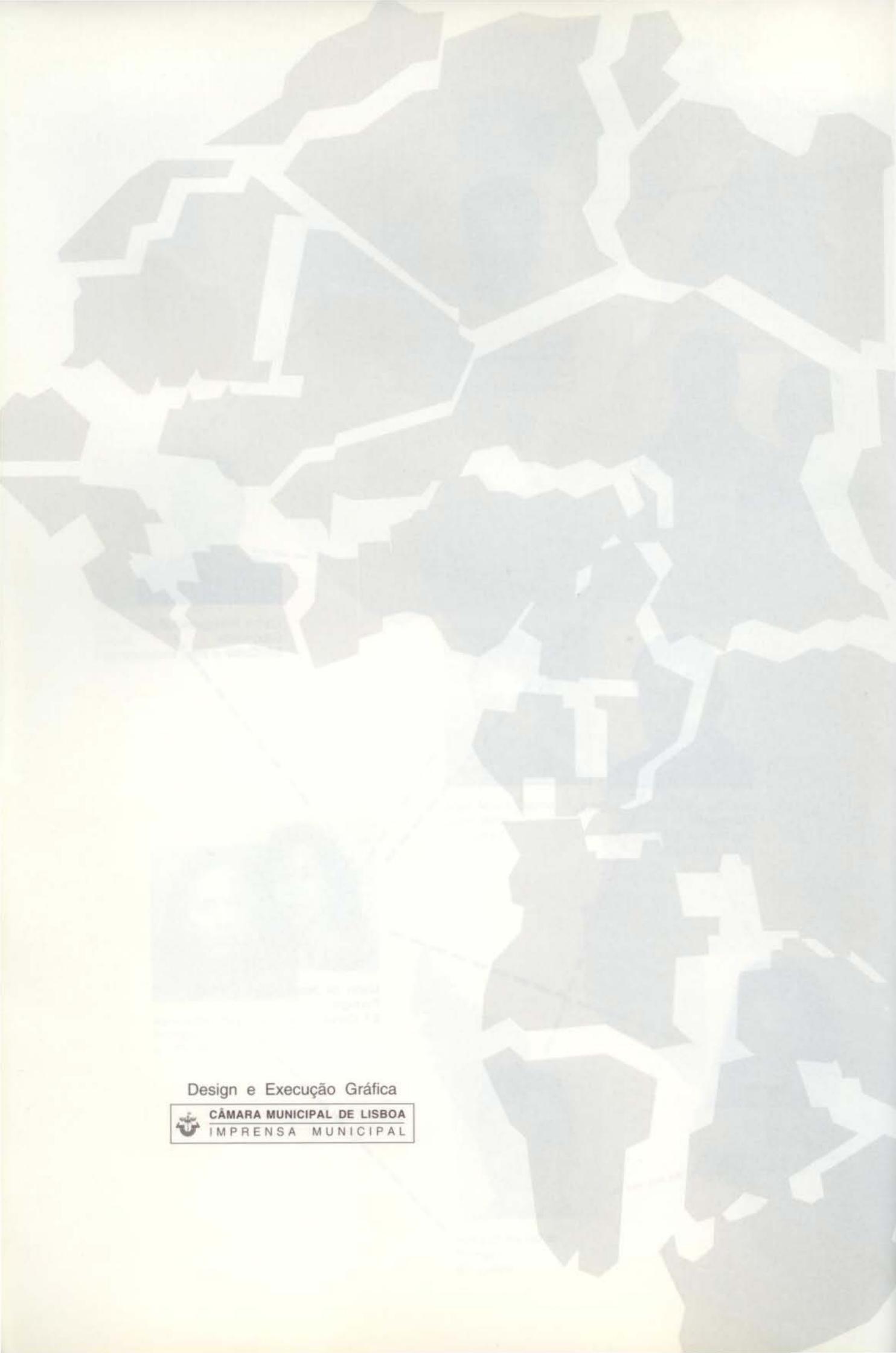
António Leão Correia e Silva
Cabo-Verde
Doutorando (CEA/ISCTE)
Autor convidado



Maria de Jesus Flaviana Pires
Portugal
6.º Curso



Paula Albuquerque
Designer Gráfico
Responsável pela imagem
da revista África Debate



Design e Execução Gráfica



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
IMPRESA MUNICIPAL

Agradecimentos

A equipa da revista África Debate agradece o apoio facultado pelas seguintes pessoas e entidades:

Câmara Municipal de Lisboa, nas pessoas de:

Presidente Dr. João Soares
Vereadora Dr.^a Rita Magrinho
Chefe de Divisão do Gabinete de Apoio aos Órgãos Municipais (GAOM), Dr. José Almeida Bastos
Chefe de Divisão da Imprensa Municipal, Dr. António Trindade
Designer Gráfico Paula Albuquerque

TACV – Cabo Verde Airlines, pelo apoio à deslocação de um mestrando para realização de pesquisa de terreno para a sua tese.

TAP-Air Portugal, pelo apoio à deslocação de uma mestranda para realização de pesquisa de terreno para a sua tese.

Revista Cidades e Municípios, na pessoa da fotoreporter Paulete Matos, pela cedência de slides sobre África utilizados em vários textos.

Revista Cidades/UCCLA, pela cedência de imagens para o texto «A influência do porto na formação e configuração das cidades caboverdeanas», de António Leão Correia e Silva e Filipe Pires.

Agência noticiosa Lusa, pela cedência de duas imagens para os textos «SADC – Futuro da África Austral?» e «Cabo Verde»: Desenvolvimento económico, MIRAB, Emigração.

Professora Maria da Luz Lopes, pelo apoio pecuniário relativo às comunicações telefónicas.

Editorial	8
O Político	
1 – Direitos Humanos, Princípios Democráticos e Estado de Direito na IV Convenção de Lomé revista. <i>Rogério Pereira</i>	13
2 – Neopatrimonialismo e Classe-Estado em África. O caso de Cabo Verde. <i>Carlos Rodrigues</i>	17
3 – O Multipartidarismo no Botswana. <i>Alexandra Magnólia Dias</i>	21
4 – A Diplomacia do PAIGC durante a Luta de Libertação. <i>Isabel Lopes Ferreira</i>	29
5 – Colapso Estatal em África: O caso da Somália. <i>António Balhanas</i>	41
O Económico	
1 – Mercado Informal em Angola. <i>Domingas Nazaré</i>	53
2 – Cabo Verde: Desenvolvimento económico, MIRAB e emigração. <i>José Mário Barros</i>	65
3 – Integração Regional em África: É possível? <i>Armindo Aguiar</i>	75
4 – Globalização e África Sub-sahariana. <i>José Mário Barros</i>	81
5 – SADC: Futuro da África Austral? <i>Domingas Nazaré</i>	87
O Sociológico	
1 – Emergência da Nação Caboverdeana. <i>Isabel Lopes Ferreira</i> ...	95
2 – Cabo Verde: O fenómeno urbano – uma aproximação sociológica aos bairros de «habitat espontâneo» da Praia. <i>Maria de Jesus Flaviana Pires</i>	101
3 – A influência do porto na formação e configuração das cidades cabo-verdianas: Ribeira Grande, Praia e Mindelo. <i>António Leão Correia e Silva</i>	107

EDITORIAL

Apresentação

(Por A. M. D., C. R., I. L. F.)

Actualmente assiste-se, em Portugal, a um aumento de Licenciaturas, Mestrados e Doutoramentos em Estudos Africanos. No entanto, no tempo imediato, tal situação não veio colmatar o défice existente em termos de reflexão crítica e de debate sistematizado com expressão escrita. A consequência primária é a restrição de todo um leque de saberes, conhecimentos e informações, a um público muito especializado.

A ideia desta revista é da autoria do grupo África Debate, que nasceu da necessidade que mestrados africanos em Desenvolvimento Social e Económico de África, do Centro de Estudos Africanos do ISCTE sentiram, de trocar impressões sobre os seus países, com colegas que tivessem conhecimento do terreno. Foram promovidos debates e encontros vários, durante algum tempo. O grupo foi crescendo e hoje, como se vê pelas nacionalidades dos autores dos artigos, extravasou a limitação geográfica inicial.

A revista África Debate posiciona-se, antes de mais, como um espaço de apresentação de ideias. Será este um número único, feito por mestrados que estão a terminar os seus estudos e que irão dispersar-se pelo mundo? Ou irão, outros que vierem, dar-lhe continuidade? É natural que posterior-

mente apareçam propostas, pelo que estes poderão ser os primeiros passos na configuração de uma personalidade discutida e assumida. Para já, a revista quer exprimir uma postura activa e criativa que potencie a apresentação e partilha, por escrito, de algumas ideias.

O projecto pretende confrontar alguma superficialidade comunicacional, norteadas por rótulos e *clichés* acerca do continente africano, com os resultados de uma reflexão conjunta e de projectos de investigação. O rol é extenso, começando pelo afro-optimismo, passando pelo seu reverso e culminando no multipartidarismo ou na terceira vaga de democratização.

Docentes africanos, bolsas para pós-graduandos, dificuldades

(Por I. L. F.)

A tendência para o surgimento de novos cursos na área de Estudos Africanos deverá, em meu entender, trazer para a docência mais professores africanos. Os investigadores africanos existem em número superior ao que a sua fraca presença na docência universitária portuguesa em geral deixa adivinhar. Há que pensar que, no mínimo, estes investigadores têm uma motivação forte para conhecerem o seu próprio terreno, que é o facto de este fazer parte da sua identidade. Será que algumas universidades não são tão

activas como querem parecer, na busca e contratação dos seus docentes, quer a nível nacional, quer internacional? Será que a alteração só poderá, vir a acontecer quando o espaço para os cursos de estudos Africanos for tão preenchido, que haja necessidade de aqueles competirem entre si para atraírem a preferência dos estudantes? Então, a presença significativa de professores africanos, poderá vir a ser mais valorizada.

Relativamente à questão dos apoios financeiros para a frequência de pós-graduações na área, parece-me de louvar a inovação de atitudes proposta pelo ICCTI. Com efeito, esta organização dá bolsas a estudantes portugueses, africanos dos PALOP e estrangeiros residentes nos mesmos, pela importância dos temas propostos e independentemente do número de nacionalidades que estes detenham, ao contrário, por exemplo, da Cooperação Portuguesa. Esta última, sendo naturalmente apenas vocacionada para apoiar estudantes dos PALOP, ... infelizmente limita a atribuição das bolsas a candidatos que não possuam mais do que uma nacionalidade. No caso de Cabo Verde, país de muito fracos recursos onde a maioria da população possui acesso a dupla nacionalidade, boa parte dos potenciais candidatos é excluída à partida, mesmo quando apresenta todas as provas de que reside, trabalha e pretende continuar a trabalhar

Apresentação

(Por A. M. D., C. R., I. L. F.)

Actualmente assiste-se, em Portugal, a um aumento de Licenciaturas, Mestrados e Doutoramentos em Estudos Africanos. No entanto, no tempo imediato, tal situação não veio colmatar o défice existente em termos de reflexão crítica e de debate sistematizado com expressão escrita. A consequência primária é a restrição de todo um leque de saberes, conhecimentos e informações, a um público muito especializado.

A ideia desta revista é da autoria do grupo África Debate, que nasceu da necessidade que mestrados africanos em Desenvolvimento Social e Económico de África, do Centro de Estudos Africanos do ISCTE sentiram, de trocar impressões sobre os seus países, com colegas que tivessem conhecimento do terreno. Foram promovidos debates e encontros vários, durante algum tempo. O grupo foi crescendo e hoje, como se vê pelas nacionalidades dos autores dos artigos, extravasou a limitação geográfica inicial.

A revista África Debate posiciona-se, antes de mais, como um espaço de apresentação de ideias. Será este um número único, feito por mestrados que estão a terminar os seus estudos e que irão dispersar-se pelo mundo? Ou irão, outros que vierem, dar-lhe continuidade? É natural que posterior-

mente apareçam propostas, pelo que estes poderão ser os primeiros passos na configuração de uma personalidade discutida e assumida. Para já, a revista quer exprimir uma postura activa e criativa que potencie a apresentação e partilha, por escrito, de algumas ideias.

O projecto pretende confrontar alguma superficialidade comunicacional, norteadas por rótulos e *clichés* acerca do continente africano, com os resultados de uma reflexão conjunta e de projectos de investigação. O rol é extenso, começando pelo afro-optimismo, passando pelo seu reverso e culminando no multipartidarismo ou na terceira vaga de democratização.

Docentes africanos, bolsas para pós-graduandos, dificuldades

(Por I. L. F.)

A tendência para o surgimento de novos cursos na área de Estudos Africanos deverá, em meu entender, trazer para a docência mais professores africanos. Os investigadores africanos existem em número superior ao que a sua fraca presença na docência universitária portuguesa em geral deixa adivinhar. Há que pensar que, no mínimo, estes investigadores têm uma motivação forte para conhecerem o seu próprio terreno, que é o facto de este fazer parte da sua identidade. Será que algumas universidades não são tão

activas como querem parecer, na busca e contratação dos seus docentes, quer a nível nacional, quer internacional? Será que a alteração só poderá, vir a acontecer quando o espaço para os cursos de estudos Africanos for tão preenchido, que haja necessidade de aqueles competirem entre si para atraírem a preferência dos estudantes? Então, a presença significativa de professores africanos, poderá vir a ser mais valorizada.

Relativamente à questão dos apoios financeiros para a frequência de pós-graduações na área, parece-me de louvar a inovação de atitudes proposta pelo ICCTI. Com efeito, esta organização dá bolsas a estudantes portugueses, africanos dos PALOP e estrangeiros residentes nos mesmos, pela importância dos temas propostos e independentemente do número de nacionalidades que estes detenham, ao contrário, por exemplo, da Cooperação Portuguesa. Esta última, sendo naturalmente apenas vocacionada para apoiar estudantes dos PALOP, ... infelizmente limita a atribuição das bolsas a candidatos que não possuam mais do que uma nacionalidade. No caso de Cabo Verde, país de muito fracos recursos onde a maioria da população possui acesso a dupla nacionalidade, boa parte dos potenciais candidatos é excluída à partida, mesmo quando apresenta todas as provas de que reside, trabalha e pretende continuar a trabalhar

no território. Assumir que se vive no território e que se é caboverdeano-angolano, caboverdeano-americano, caboverdeano-português, caboverdeano-francês, caboverdeano-holandês e por aí adiante, característica que faz parte da identidade dessa nação, pode implicar, assim, a rejeição da possibilidade de formação universitária em Portugal. Assumir legalmente a identidade da mestiçagem biológica, afirmando a existência de portugueses na árvore genealógica, num ramo próximo, como acontece com a maioria dos caboverdeanos, tem os mesmos resultados. Ser-se estrangeiro, mesmo que progenitor de uma família cabo-verdeana, e provar que se trabalha para o desenvolvimento daquele país, idem. O receio de contribuir para a fuga de cérebros através da emigração (que continua a existir, é intrínseca aos pequenos Estados insulares como Cabo Verde, e não se resolve através da negação de bolsas) promove questões nada importantes, como a da mono ou da dupla cidadania, e inibe o apoio a indivíduos que querem realmente continuar a contribuir para o desenvolvimento do país. Uma questão a ser ponderada, não só pela Cooperação Portuguesa, mas também pelos Ministros de Educação dos PALOP, nomeadamente de Cabo Verde, que neste caso vive uma realidade que lhe é específica.

Ainda no que respeita ao apoio aos pós-graduandos africanos, tendo em conta que geralmente estão na faixa

etária dos 30-35 anos, que têm de deslocar-se para viverem num país estrangeiro, por vezes trazendo filhos de tenra idade, e que são impedidos de trabalhar no caso de terem acesso a bolsa; tendo, por outro lado, em conta um inquérito recentemente feito a 13 mestrandos africanos do Mestrado em Estudos Africanos do ISCTE; torna-se necessário chamar a atenção para o facto de que a maioria dos bolseiros da Cooperação Portuguesa clama não ter meios financeiros suficientes para enfrentar os dois anos de estudo com dignidade, não ter acesso a alojamento minimamente condigno e não poder desfrutar de alimentação adequada. As questões de integração vêm no fim da lista de dificuldades, mas existem. Ficam as informações para reflectirmos.

DO POLÍTICO

A Instrumentalização da Desordem

(Por A. M. D.)

Recentemente Patrick Chabal e J. Pascal Daloz publicaram a obra «Africa works – Disorder as political instrument», Oxford & Bloomington, James Currey Indiana University Press, 1999», onde propõem uma nova forma de analisar a acção política em África, com base no paradigma da instrumentalização política da desordem. Este conceito é definido como sendo o processo através do qual os actores políticos em África

procuram maximizar os retornos do estado de incerteza e, por vezes, caos, que caracteriza a maioria das *polis* africanas. Neste aspecto existem diferenças obviamente vastas entre países. Mas o que é comum a todos os Estados?

- 1) Sistema generalizado de patrimonialismo.
- 2) Grau agudo de desordem aparente evidenciado através do alto nível de ineficiência governamental e administrativa.
- 3) Falta de institucionalização.
- 4) Descuido generalizado relativamente às regras dos sectores formais económico e político.
- 5) Propensão universal para soluções verticais e personalizadas, para os problemas sociais.

A abordagem através do conceito instrumentalização política da desordem remete para a consideração de cinco dimensões:

- 1) A importância dos acontecimentos no terreno
- 2) O recurso a instrumentos analíticos universais, por oposição a instrumentos conceptuais específicos para África.
- 3) A necessidade de uma abordagem multidisciplinar, dado o carácter excepcionalmente multifacetado da esfera política na África contemporânea.

- 4) O recurso ao método comparativo para fornecer uma análise da política que integre a experiência da África contemporânea no resto do mundo.
- 5) A tentativa de basear a análise numa compreensão das continuidades históricas, i.e., a explicação dos processos no seu contexto histórico próprio.

A proposta de reflexão crítica de alguns textos desta revista insere-se numa perspectiva de análise que contempla as dimensões propostas pelos autores, na sua abordagem.

A Política e a Justiça

(Por A. A.)

A recente situação política da Guiné-Bissau e a posterior actuação dos tribunais veio trazer a lume a questão da Justiça, particularmente quando aplicada a actores políticos. Esta é uma das fraquezas da Democracia em África. Quando existe coragem para solicitar que a Justiça actue em casos onde importantes actores políticos, normalmente da situação, são fundamentadamente acusados, estranhamente verifica-se que os tribunais não dão andamento aos processos. Ao contrário, por exemplo, dos casos em que os acusadores são esses mesmos actores políticos e os acusados são ou membros da oposição, ou jornalistas, entre outros. A garantia de Justiça aos cidadãos contribui para a credibilidade de um Estado que se diz de Direito. Irá a Justiça em África começar

o novo milénio de forma a ganhar a confiança das populações?

DO ECONÓMICO

(Por D. N.)

A questão da marginalização de África, muito controversa, encontra defensores e opositores. Os primeiros optam pela perspectiva do consumo e defendem que a marginalização é um mito, porque a África vai buscar grande parte dos bens de consumo ao mercado mundial.

Por sua vez os opositores preferem a perspectiva da produção. O continente continua na última posição no ranking mundial e, mesmo assim, vem perdendo em termos de quota de mercado, ficando cada vez mais à margem do mercado global. Em consequência, a África é cada vez menos considerada em processos de decisão respeitantes às questões gerais que afectam o mundo, e o comércio em particular.

Porém, fazer uma abordagem apenas na perspectiva da produção, coloca-nos perante uma série de questões reais, como a não diversificação da produção em África (essencialmente produção agrícola e minerais em estado bruto) e a deterioração contínua dos termos de troca, entre outros, cuja resolução só pode ser global, dependendo tanto de África como dos restantes parceiros.

Em minha opinião, a abordagem desta matéria deve ser feita numa perspectiva

produção/consumo e, não, de forma isolada. Pois é a produção que garante o acesso às divisas que permitem a aquisição de bens de consumo. Não considerando, naturalmente, o papel da Ajuda.

Por outro lado, qual será o papel do empresariado africano? As entidades coloniais não fomentaram nem incentivaram o desenvolvimento de uma classe empresarial nacional nos territórios sob o seu controlo. Após as independências esta situação agravou-se, uma vez que os Estados Africanos assumiram-se como o maior agente económico. Uma posição que era acompanhada de um excesso de intervencionismo, no que respeita ao sector privado da Economia. Apenas nos anos 80, com as mudanças que se verificaram a nível mundial, e com a implementação dos PAE, que abrem espaço às privatizações, criam-se condições para o crescimento de uma classe empresarial nacional. O intervencionismo não permitiu que se apostasse na formação. Como consequência temos hoje um conjunto de empresários com alguma experiência no sector informal, mas ainda incipiente no que respeita à sua estabilização como classe.

Postas algumas das ideias que têm merecido a atenção da equipa, esta deseja-lhe uma boa leitura e fica a aguardar a sua reacção.

Isabel Lopes Ferreira,
Alexandra Magnólia Dias,
Domingas Nazaré,
Carlos Rodrigues,
Armindo Aguiar.

O Político

uuu bdc UUU e UUU bdc UUU»»»

Tradução: Os Pequenos 'bedece 'os Grandes e os Grandes 'bedece 'os Maiores

(anedota moçambicana)



Direitos humanos, princípios democráticos e Estado de direito na IV Convenção de Lomé revista

Por Rogério Pereira

Pretende-se com este breve texto definir com alguma precisão e contextualizar os elementos políticos que constam na última Convenção de Lomé, visto constituírem um dos principais pilares das relações de cooperação entre a União Europeia e os países ACP.

I – Os principais passos para a consagração dos direitos do Homem, democracia, Estado de direito e boa governação na cooperação entre a União Europeia e os países ACP (África, Caraíbas e Pacífico).

Na resolução do Conselho de Ministros de Desenvolvimento da CEE de 28 de Novembro 1991 ⁽¹⁾ sobre os direitos humanos, a democracia e o desenvolvimento, o Conselho sublinhava que o respeito pelos direitos humanos, o Estado de direito e a existência de instituições políticas eficazes, responsáveis e que beneficiam de uma legitimidade democrática constituem o fundamento de um desenvolvimento equitativo; realçava, por outro lado, o seu empenhamento nos princípios da democracia representativa, do Estado de Direito, da justiça social e do respeito pelos direitos humanos.

Essa resolução completava e clarificava a declaração de Ministros dos Negócios Estrangeiros da Comunidade sobre os direitos humanos de 21 de Julho 1986 que afirmava que o respeito, a promoção e a defesa dos direitos humanos constituem um factor essencial das relações internacionais e uma das pedras angulares da cooperação europeia.

A mesma resolução introduzia igualmente a noção de boa governação ao referir-se a determinados princípios gerais de gestão sem os quais não é possível o desenvolvimento equitativo, eficaz nem sustentável e cujo respeito desempenhará igualmente um papel decisivo nas relações entre a Comunidade, os seus Estados-membros e os Estados ACP ⁽²⁾ em matéria de cooperação para o desenvolvimento.

Outras acções seguiram-se ⁽³⁾, destacando a importância deste tema.

Com a IV Convenção de Lomé revista pelo Acordo assinado nas Maurícias em 4 de Novembro 1995 ⁽⁴⁾, e que entrou em vigor a 1 de Julho 1998, confirmou estas orientações nos seus artigos 5 e 366-bis e torna o respeito dos direitos do Homem, os princípios demo-

cráticos e o Estado de direito **elementos essenciais** da Convenção que passam a ser parte integrante da política da cooperação da União Europeia. Estas novas disposições completam a Convenção de Lomé no seu alcance económico, social, comercial e institucional através de uma dimensão política que inscreve os direitos do homem e os princípios democráticos como sujeitos de interesses comuns entre as duas partes.

A Convenção veio alterar significativamente a política até aí seguida neste domínio para os países ACP. Para além de incluir estes assuntos na programação para cada um dos países beneficiários e de mobilizar recursos financeiros, ela prevê também a possibilidade de tomar medidas apropriadas no caso de violações graves e persistentes dos direitos do Homem ou de interrupção do processo democrático. Ela introduz a este propósito uma cláusula dita de «não-execução» assim como um mecanismo preciso de consulta das partes numa base paritária.

Neste contexto este trabalho propõe-se a especificar os conceitos expressos no artigo 5.º da IV Convenção de Lomé revista.

⁽¹⁾ Conselho de Ministros do Desenvolvimento da União Europeia, *Resolução do Conselho e dos Estados-Membros Reunidos no Conselho sobre Direitos Humanos, Democracia e Desenvolvimento*, Documento #10107/91, 28 de Novembro 1991.

⁽²⁾ África, Caraíbas e Pacífico.

⁽³⁾ Conselho de Ministros da União Europeia, *Declaração sobre os Direitos do Homem, Democracia e Desenvolvimento*, Documento #6705/93, 25 de Maio 1993.

⁽⁴⁾ *Le Courier, Lomé IV Révisée – Les ACP et les Pays de L'Union Européenne*, n.º 155, Janeiro-Fevereiro de 1996.

II – O âmbito e os conceitos expressos no artigo 5.º da IV Convenção de Lomé revista

A. Direitos Humanos, Estado de Direito e princípios democráticos ⁽⁵⁾

Direitos humanos

Os direitos humanos são universais, indivisíveis e interdependentes. Impõem-se à entidade Estado e não podem ser sujeitos a limitação. Devem ser respeitados e promovidos na sua globalidade, quer se trate dos direitos civis e políticos, quer dos direitos económicos, sociais e culturais. São objecto de convenções e instrumentos internacionais e regionais que formam um enquadramento jurídico estabelecido a nível internacional (Carta das Nações Unidas, Declaração Universal dos Direitos do Homem, Convenção Americana relativa aos Direitos do Homem de 1969, Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos, adoptada em Junho de 1981, etc.). O conjunto dos compromissos constantes desses instrumentos foi reafirmado pelos Estados participantes no âmbito das conclusões da Conferência de Viena sobre os direitos humanos em 1993.

Estado de Direito

O primado do Direito constitui um princípio fundamental de qualquer sistema democrático, destinado a favorecer e promover os direitos civis e políticos, bem como os direitos económicos, sociais e culturais. Tal implica igualmente a possibilidade de recurso, que permite a cada cidadão defender os seus direitos. Este princípio de limitação do poder do Estado tem a sua expressão

no âmbito de um regime representativo, cuja autoridade emana da soberania popular.

Princípios democráticos

Ao escolher a expressão «princípios democráticos» em vez de «democracia», o artigo 5.º da Convenção de Lomé IV quis sublinhar os princípios que devem inspirar o sistema de organização do Estado e garantir o gozo dos direitos e liberdades fundamentais universalmente reconhecidos deixando ao mesmo tempo, a cada Estado e a cada sociedade o direito de escolher e desenvolver um modelo próprio ⁽⁶⁾. Só através de um sistema de governo democrático os direitos humanos poderão desenvolver-se no respeito e reconhecimento das culturas específicas que compõem o Estado, dado que nesse sistema o poder político assenta na vontade das populações e no esforço voluntário e individual de cada pessoa para a vida da comunidade.

Além disso, a noção de «princípios democráticos» permite realçar o «processo dinâmico» que conduz a uma democracia. O processo de democratização é, com efeito, um processo gradual e constante, que deve ter em conta o contexto sócio-económico e cultural de cada país.

Esses princípios podem ser definidos em relação às três características seguintes:

- a) legitimidade;
- b) legalidade;
- c) aplicação efectiva.

a) Legitimidade

Esta noção, fundamento da autoridade do Estado, implica que os dirigentes a níveis

local e nacional sejam livremente designados através de mecanismos reconhecidos e aceites pelos cidadãos. Esses mecanismos deverão responder a critérios de não discriminação e ser aplicados regularmente.

A eleição de dirigentes de um país por sufrágio universal livre e independente e por voto secreto constitui o mecanismo de legitimidade por excelência. A Comunidade poderá continuar a conceder um apoio específico neste domínio, principalmente no que respeita aos processos de consulta das populações e aos mecanismos de designação dos dirigentes e dos responsáveis públicos (recenseamentos, cadernos eleitorais, comissões eleitorais, eleições locais ou nacionais, observação eleitoral, educação eleitoral, etc.).

b) Legalidade

A legalidade implica a existência de regras claramente definidas aplicáveis a todos os cidadãos sem qualquer discriminação, que se traduzirá no seguinte:

- um sistema constitucional, legislativo e regulamentar adaptado;
 - reconhecimento das liberdades fundamentais e individuais;
- As acções de apoio neste domínio terão por objectivo a elaboração de regras e leis adaptadas, incluindo a inclusão na legislação nacional dos princípios da Declaração Universal dos Direitos do Homem.

c) Aplicação efectiva

A aplicação efectiva refere-se aos comportamentos e à prática das autoridades, das instituições e dos sujeitos de direito no respeito pelo Estado de Direito e pelos princípios democráticos.

⁽⁵⁾ Para uma análise mais detalhada destes conceitos, Ver Conselho da União Europeia, *Comunicação da Comissão ao Conselho e ao Parlamento Europeu: Democratização, Estado de Direito, Respeito pelos Direitos Humanos e Boa Governação: desafios da parceria entre a União Europeia e os Estados ACP*, doc. 7025/98, Bruxelas, 1998.

⁽⁶⁾ Manuel Marin (Vice-Presidente da Comissão Europeia), «La Démocratie Ne Peut Pas Être Imposée de L'extérieur», *Le Courrier*, n.º 128, Julho-Agosto 1991, p. 50-51, diz expressamente «... L'établissement des régimes démocratiques dans les pays en voie de développement doit résulter avant tout d'initiatives internes. On doit être bien conscients que la démocratie ne peut pas être imposée de l'extérieur».

Neste contexto, a organização institucional do Estado, a transparência das instituições e das decisões, a capacidade institucional e a existência de órgãos de controlo ganham todo o sentido. Trata-se, por conseguinte, de um percurso a longo prazo que dirá respeito à estrutura do Estado e da sua administração como à formação de uma cultura democrática que permita aos diferentes agentes da sociedade interagir e reforçar-se mutuamente. Deverá aqui ser realçado o reforço das capacidades e da participação dos cidadãos nos processos de tomada de decisão.

Em última análise, é na aplicação efectiva que o sistema democrático encontrará a sua realização concreta e permitirá criar os mecanismos necessários à obtenção de consensos e à solução pacífica dos conflitos que opõem os diferentes grupos de interesses.

A aplicação efectiva traduzir-se-á, designadamente:

- na promoção e protecção das liberdades fundamentais, que constituem o próprio objecto de qualquer sistema democrático, dado que este se baseia na defesa das liberdades dos cidadãos e dos grupos em relação ao poder do Estado;
- na independência dos poderes, que é um princípio de limitação dos poderes do Estado;
- em mecanismos institucionais de participação a nível das tomadas de decisão e das opções de desenvolvimento, tanto a nível nacional e regional como local, o que pode implicar designadamente:
 - a existência de instituições de consulta e de participação nas tomadas de decisão;

- o reconhecimento da democracia a nível local e do princípio da livre administração das populações, o que se pode traduzir numa descentralização administrativa;

B. Boa governação

A boa governação representa geralmente o exercício do poder político, económico e administrativo no âmbito da gestão dos assuntos de um país. Neste sentido, a boa governação reflectir-se-á numa gestão pública transparente, responsável, participativa, equitativa e respeitadora dos direitos humanos e do Estado de Direito. Abrange, portanto, todas as actividades do Estado no âmbito das suas relações com a sociedade civil, do seu papel na criação de um contexto propício ao desenvolvimento económico e social e da sua responsabilidade pela repartição equitativa dos recursos.

Nesta abordagem geral, a boa governação inclui simultaneamente uma dimensão política, relativa ao comportamento do Estado na sua acção estritamente política, e uma dimensão institucional, relativa à gestão económica e social dos recursos.

O artigo 5.º da Convenção de Lomé IV refere igualmente a boa governação entre os objectivos da cooperação com vista a um desenvolvimento equitativo e sustentável.

No referido artigo, a boa governação é associada aos objectivos de respeito pelos direitos humanos, pelos princípios democráticos e pelo Estado de Direito, completando-os. Contrariamente a esses objectivos, a boa governação não figura entre os elementos

essenciais da Convenção. «A política de desenvolvimento e a cooperação relacionar-se-ão estreitamente com o respeito e o gozo dos direitos humanos fundamentais, bem como com o reconhecimento e a aplicação de princípios democráticos, a consolidação do Estado de Direito e a boa governação».

Definição

Em conformidade com esta abordagem, a boa governação refere-se, por conseguinte, à gestão transparente e responsável do conjunto dos recursos de um país para efeitos de desenvolvimento económico e social equitativo e sustentável (7). Neste sentido, os recursos de um país englobam os recursos humanos (conhecimentos, competência e capacidades), os recursos naturais e os recursos económicos e financeiros internos e externos, incluindo os recursos da ajuda ao desenvolvimento.

A noção de boa governação permanente implícita num contexto político e institucional respeitador dos direitos humanos, dos princípios democráticos e do Estado de Direito: contudo tem especificamente em conta o papel dos poderes públicos na gestão dos recursos e, simultaneamente, na promoção de um ambiente favorável às iniciativas económicas e sociais e nas decisões em matéria da repartição dos recursos.

A boa governação implica, portanto, a existência de instituições competentes e eficazes que respeitam os princípios democráticos. Esta noção vem, assim, completar os objectivos de democratização no domínio da gestão de recursos.

(7) Esta definição é muito próxima da defendida pelo Banco Mundial que entende por boa governação «a forma pela qual o poder é exercido na gestão dos recursos económicos e sociais para o desenvolvimento», World Bank, *Governance and Development*, 1992, Washington D. C., p. 1. Refira-se que estão subjacentes a esta definição essencialmente critérios económicos e não tanto critérios políticos por o Banco estar proibido pelos seus Estatutos de intervir directamente na esfera política de um país.



Cidade do Mindelo vista do porto. O renovamento económico da província no século XIX, sob o signo da Igreja, do poder colonial e dos proprietários, e, um pouco mais tarde, a abolição da escravatura, darão a Cabo Verde as estruturas sociais que irá conservar até à independência. No cimo da pirâmide social as grandes famílias brancas proprietárias de terras. Ao lado delas, um grupo de comerciantes brancos, depois um grupo de mestiços poderosos mas numericamente muito limitado, constituía-se nas diversas ilhas, mas sobretudo no Mindelo, ilha de S Vicente, quando o porto começou a desempenhar um papel importante. Mais tarde, são os filhos da pequena burguesia mestiça, constituída por pequenos agricultores, proprietários ou parcilamente proprietários, artesãos, e

Os Conceitos Neo-Patrimonialismo e Classe-Estado em África: Uma aproximação ao caso Cabo-Verdiano



Por Carlos Rodrigues

Paralelamente às independências africanas à partir dos anos 60, aparecem teorias de desenvolvimento «sugeridas» ao continente africano, nomeadamente as teorias de dependência e as de modernização, que se prolongam até aos finais da década de 70 e princípios dos anos 80. As teorias de modernização defendem no essencial a transferência pura e simples do nível de vida material e da civilização europeia para os países africanos ditos atrasados, sendo a questão do desenvolvimento posta em termos de evolução e progresso. Cabe ao Estado um papel fundamental de condutor ao longo deste processo.

O Estado pós-colonial em África é eleito então como elemento fulcral de estudo, não só numa perspectiva interna dos próprios países mas também na sua relação com o resto do mundo. O conceito neo-patrimonialismo⁽⁸⁾ enquadra-se perfeitamente neste contexto e propõe-se estudar as dinâmicas do Estado africano. Trata-se efectivamente de uma adopção do patrimonialismo de Weber. Este autor elaborou este conceito como um sub-tipo ideal da dominação tradicional. Distingue os tipos ideais da dominação tradicional, carismática e legal-racional. A dominação tradicional repousa, não em regras, mas numa pessoa que ocupa uma posição de autoridade. O poder patrimonial surge quando a autoridade política se diferencia da doméstica exercendo-se para além do parentesco, mas também em fiéis, clientes, servidores patrimoniais que constituem um verdadeiro estado-maior administrativo. Em termos globais

pequenos comerciantes, que têm acesso à educação imperial e que se tornam os pequenos quadros no ultramar. Estes funcionários da Administração fazem a ponte na altura da transição colonial para a constituição de um Estado autónomo.

Foto: Isabel Lopes Ferreira, Março 99.

(8) Ver MÉDARD, J. F., *États d'Afrique Noire Formations mécanismes et crise*, 1991, Paris, Éditions Karthala.



O porto de S. Vicente começou a desempenhar um papel importante na segunda metade do século XIX, e foi importante para a formação da pequena burguesia caboverdeana.

Foto: Isabel Lopes Ferreira, Março 99

aponta para uma inexistência da separação entre os domínios do público e do privado ⁽⁹⁾.

O conceito de neo-patrimonialismo aplicado ao continente africano contempla não somente a ausência e não respeito desta separação mas também consequências daí decorrentes como a personalização do poder e um modo particular de acumulação de recursos político-económicos e simbólicos ⁽¹⁰⁾.

A questão da adequação deste conceito à realidade do Estado africano não é de forma alguma consensual. Aceita-se no entanto a posição de J.F. Médard que defende a impor-

tância da sua utilização devido ao carácter híbrido do Estado africano pós-colonial ⁽¹¹⁾.

No momento das independências, um segmento classificável como «pequena burguesia dirigente e técnica» constituiu-se como classe e apropria-se do Estado. Embora seja uma classe que não é proprietária de nada assegura-se do Estado para a produção, apropriação de excedentes e bens raros, e auto-reprodução. O Estado colonial foi a base de existência desta classe cujos membros exerciam funções administrativas nas colónias. Elsenhans define sociedades do terceiro mundo como sociedades burocráticas de desenvolvimento dominados pela classe-

-Estado. A característica principal destas sociedades é que o excedente é apropriado por uma classe centralizada e utilizada em investimentos ou consumos por via administrativa. A diferença em relação a um modo de produção capitalista é de que nem a receita de um membro da classe-Estado nem os meios financeiros sob o seu respectivo controle não dependem da eficácia mercantil das suas acções – a rentabilidade num regime capitalista – mas de outro critérios, como a sua posição ou importância dada a sua actividade (por exemplo sector económico que ele é encarregue de dirigir). Os objectivos não são estabelecidos por critérios mercantis, mas por

⁽⁹⁾ Ver WEBER, Max, in CRUZ, M. Braga (org.), *Teorias sociológicas – vol. I, Os fundadores e os clássicos*, Lisboa, F. C. Gulbenkian, 1989.

⁽¹⁰⁾ Ver BOURDIEU, P., 1989 e MÉDARD, J. F., 1991.

⁽¹¹⁾ Ver MÉDARD, J. F., *États d'Afrique Noire Formations mécanismes et crise*, 1991, Paris, Éditions Karthala, pp. 360.

outros mecanismos, normalmente um plano de desenvolvimento (12).

Na mesma linha de raciocínio. Médard refere-se à «classe política» enquanto Sardan à «burguesia do Estado». Segundo o primeiro é o fraco grau de institucionalização do poder que leva na maior parte das vezes a colocar implicitamente ou explicitamente em questão a natureza estatal destas entidades políticas: existe certamente qualquer coisa que se parece com o Estado, mas o seu modo de funcionamento o esvazia de conteúdo da realidade estatal: o Estado parece-me mais do que uma ilusão. Este ponto de vista parece-me só ser sustentável em situações extremas, que são os menos frequentes, não podem portanto serem generalizados. O mais frequente, é encontrar-mo-nos em presença de realidades híbridas que combinam de sua forma lógicas contraditórias. Ao referir-se a expressão «classe-política» o autor joga deliberadamente com a polissemia da palavra «classe», na medida em que as elites político-administrativas que constituem esta classe política participam na predação e mesmo na exploração do estado interposto. A questão da capacidade de desenvolvimento do Estado neo-patrimonial situa-se precisamente nesta tensão entre a lógica política e a lógica económica de formação de classes sociais (13).

Sardan, referindo-se à natureza do aparelho do Estado diz-nos que ele foi «africanizado» e não alterado e que tal vai provocar alterações ao nível de alianças de classe. A pequena burguesia adminis-

trativa e os notáveis locais fundem-se na burguesia do estado e transformam-se nos inimigos directos das massas. A burguesia do Estado vai ter uma função económica directa que se opõe aos povos africanos.

O Caso Cabo-Verdiano (Génese Histórica)

Para uma análise da trajectória histórica da pequena burguesia em Cabo Verde somos obrigados a recuar ao período colonial, mais precisamente ao século XIX, altura em que as estruturas sociais do arquipélago estão cristalizadas e se vão manter até a altura da independência.

O renovamento económico da província, no século XIX, sob o signo da Igreja, do poder colonial e dos proprietários e, um pouco mais tarde, a abolição da escravatura (1854-1878) darão a Cabo Verde as estruturas sociais que irá conservar até à independência: (...) no cimo da pirâmide social as grandes famílias brancas proprietárias de terras (...) Ao lado delas, um grupo de comerciantes brancos, depois mestiços poderosos mas numericamente muito limitado, constituía-se nas diversas ilhas, mas sobretudo no Mindelo (quando o porto começou a desempenhar um papel importante, na segunda metade do século XIX). As duas categorias dominantes tinham relações uma com a outra: muitas famílias agrícolas investiam no comércio e vice-versa. No início do século XX, o seu acesso à educação permitiu-lhes situarem-se na alta administração local ou imperial. Numericamente muito

modesta, a burguesia insular nunca representou mais de 1% da população.

A *pequena burguesia mestiça* (...) constituída por pequenos agricultores proprietários ou parcialmente proprietários, artesãos, pequenos comerciantes (...) Mais tarde, são os filhos dessa pequena burguesia que têm acesso à educação imperial e que se tornam os pequenos quadros no Ultramar (...) O povo cabo-verdiano constitui 90% da população: operários não qualificados, camponeses meeiros, micro-proprietários, camponeses sem terra (14).

No momento das independências, um segmento classificável como «pequena burguesia dirigente e técnica» constituiu-se como classe e apropria-se do Estado. Embora seja uma classe que não é proprietária de nada assegura-se do Estado para a produção, apropriação de excedentes e bens raros, e auto-reprodução.

O Estado colonial foi a base de existência desta classe cujos membros exerciam funções administrativas nas colónias.

Em Cabo Verde, da administração colonial, foi recebida uma estrutura enquadrada do topo à base por cabo-verdianos, o que constituiu uma das raridades coloniais, particularmente em África. O nível relativamente elevado da educação em Cabo Verde posicionou-o, durante largos anos, como fornecedor de quadros administrativos para as outras colónias. O país não tinha, por conseguinte, as dificuldades de pessoal no seu quadro administrativo, notórias noutros países recém-independentes (15).

(12) Ver ELSSENHANS, H., *Capitalisme d'État ou Société Bureaucratique de développement*, in *Études Internationales*, 13 (1) 1982.

(13) Ver MÉDARD, J. F., *États d'Afrique Noire Formations mécanismes et crise*, 1991, Paris, Éditions Karthala, pp. 346.

(14) Ver LESOURD, M., 1995.

(15) Ver CARDOSO, H., 1993.



Palácio do Governo, na Praia. Em Cabo Verde, da Administração Colonial, foi recebida uma estrutura enquadrada do topo à base por caboverdeanos. Dissertando sobre a constituição do campo político em Cabo Verde, Furtado afirma que a construção do Estado demanda uma quantidade significativa de dirigentes, recrutados primeiro entre os que participaram na luta armada, sobretudo para os grandes cargos, e, segundo, entre os que já vinham exercendo actividades na Administração Colonial. Uma terceira categoria viria a ser recrutada mais tarde, com o regresso dos primeiros universitários formados após a independência.

Foto: Cortesia da revista Cidades e Municípios. Autora: Paulete Matos.

Os funcionários da administração fazem a ponte na altura da transição colonial para a constituição de um Estado autónomo, mantendo-se na sua esmagadora maioria nos seus postos até porque eram caboverdeanos e a emergente estrutura necessitava dos seus serviços. Boa parte deles viria a ser enquadrada na nova camada dirigente do país. Dissertando sobre a constituição do campo político em Cabo Verde após a indepen-

dência Furtado afirma que a construção do Estado demanda uma quantidade significativa de dirigentes, recrutados primeiro, entre os que participaram na luta armada, sobretudo para os grandes cargos e, segundo, entre os que já vinham exercendo actividades na Administração Pública Colonial. Uma terceira categoria viria a ser recrutada mais tarde, com o regresso dos primeiros universitários formados após a independência (16).

Após a independência esta lógica viria a ter continuidade, em novos moldes de acordo com as novas conjunturas sociais que seriam vividas pelos actores sociais em perspectiva. A partir daqui o importante deve ser a constatação da forma como esta pequena burguesia vai apropriar-se do Estado, que estratégias irá desenvolver para conservação e auto-reprodução do poder.

Bibliografia

- BOURDIEU, P., *O Poder Simbólico*, 1989 e MÉDARD, J. F., 1991, Edições Difel.
CARDOSO, H., *O Partido Único em Cabo Verde: um assalto à esperança*, 1993.
ELSENHANS, H., *Capitalisme d'État ou Société Buraucratique de développement*, in *Études Internationales*, 13 (1) 1982.
FURTADO, C., *Gênese e Reprodução da Classe Dirigente em Cabo Verde*, 1997.
LESOURD, M., *État et Société aux îles du Cap Vert*, 1995, Paris, Éditions Karthala.
MÉDARD, J. F., *États d'Afrique Noire Formations mecanismes et crise*, 1991, Paris, Éditions Karthala.
SARDAN, J., *Afrique: qui exploite qui?* In «Les Temps Moderns», 346 + 347, pp. 1506-1551, 1744-1775.
WEBER, Max, in CRUZ, M. Braga (org.), *Teorias sociológicas* – vol. I, Os fundadores e os clássicos, Lisboa, F. C. Gulbenkian, 1989.

(16) Ver FURTADO, C., 1997, pp. 147.

Esta folha é parte integrante da revista África Debate de Setembro de 1999 e não pode ser distribuída separadamente.

Os pedidos de esclarecimento poderão ser feitos através do seguinte endereço de E Mail: africadebate@yahoo.com

Este texto é um complemento ao artigo «O Multipartidarismo no Botswana: Entre a não alternância partidária e o avanço da oposição», de Alexandra Magnólia Dias. Uma vez que, por razões técnicas, a impressão da revista só foi possível agora, o conteúdo do artigo corria o risco de ficar desactualizado quando chegasse às mãos do leitor. A Editora e a Autora esperam, assim, ter conseguido manter a actualização da informação.

No Botswana o avanço da oposição, que se tornou mais evidente em 1994, seria uma mera flutuação conjuntural ou uma tendência? Vejamos! Como já referimos no corpo do texto a que se refere este complemento, em 1984 o resultado das eleições revelou uma viragem e tornou visível o diferencial rural-urbano na definição do sentido de voto.

Após as eleições de 1989, a distribuição dos assentos das Câmaras das principais cidades confirmou a perda crescente de votos do Partido Democrático (BDP), que governa desde a independência, para a Frente Nacional (BNF), principal partido da oposição. Mas nas áreas rurais, pelo contrário, o Partido Democrático manteve os seus resultados.

Nas eleições de 1994 a Frente Nacional garantiu uma implantação nacional substancializada pela eleição de 13 deputados parlamentares, em 40 possíveis, de entre os quais 7 foram eleitos pelos círculos eleitorais urbanos. Em algumas áreas da periferia da capital o BDP perdeu votos devido a casos de corrupção que conduziram à demissão de dois ministros.

Assim sendo, podemos responder à pergunta inicial, concluindo pela existência de uma tendência para o avanço da oposição entre 1984 e 1994. Afastamos, portanto, a hipótese de flutuação con-

juntural. A referida tendência veio a ser depois invertida nas eleições de 1999, como veremos adiante.

Nas eleições de 1999, de entre os cinco partidos políticos que apresentaram candidatos às eleições nacionais e locais, o Partido Democrático garantiu 33 assentos parlamentares e os restantes 7 foram para a oposição. A Frente Nacional perdeu 7 dos lugares conquistados em 1994, elegendo apenas 6 deputados. O Partido do Congresso do Botswana (BCP), nova formação na cena política, resultante da cisão do BNF, só elegeu 1 deputado. Nas Câmaras das principais cidades a perda de assentos por parte da oposição foi geral. Não será estranho ao facto, que o sistema eleitoral de representação uninominal seja desfavorável aos pequenos partidos, contribuindo, por vezes, para a eleição de candidatos sem que estes representem a maioria dos eleitores do círculo. Outra parte da explicação para o retrocesso reside no impacto da cisão da Frente Nacional. Se esta não tivesse acontecido, a importância ganha pela oposição seria outra. Como exemplo, basta procedermos a uma operação simples de adição dos votos do Partido do Congresso e da Frente Nacional. Verifica-se que em quatro círculos eleitorais os dois partidos conjuntamente obtiveram mais votos do que o

Partido Democrático e, numa das circunscrições da capital, perderam para o Partido Democrático por uma diferença apenas de 11 votos, que correspondem a 1 lugar. Contas feitas, a cisão da Frente Nacional custou 6 deputados à oposição e os dividendos foram claramente para o Partido Democrático. Ademais, em termos de oferta política, i.e. o número de candidatos apresentados para as eleições nacionais e locais (que ocorrem em simultâneo) o Partido do Congresso, no período de um ano conseguiu garantir uma cobertura nacional em termos de candidaturas, rivalizando com a Frente Nacional na angariação de apoios. Uma vez mais, a divisão da oposição trouxe benefícios ao Partido Democrático.

O retrocesso da oposição nestas eleições faz rejeitar a hipótese de continuidade da tendência para o avanço da oposição a nível nacional. A continuidade só se verifica em áreas urbanas.

Em suma, pode concluir-se pela permanência de um multipartidarismo de partido dominante em que as hipóteses de alternância partidária no executivo se encontram condicionadas não só pelo desequilíbrio entre o partido que governa e os restantes, mas também pelas rivalidades no interior do principal partido da oposição.

O MULTIPARTIDARISMO NO BOTSWANA: Entre a não alternância partidária e o avanço da oposição



Por Alexandra Magnólia Dias

Resumo: Em Outubro de 1999, o Botswana realizará pela oitava vez eleições. No quadro da África Sub-sahariana, este é um dos casos em que o período pós-colonial é marcado pela realização periódica de eleições multipartidárias; no entanto, tal situação não conduziu à alternância partidária no poder. Neste artigo analisamos o desempenho dos principais partidos políticos em termos de evolução da oferta política e das tendências de implantação social, para concluir quanto à tendência de avanço da oposição. Após as últimas eleições ocorreram mudanças na cena partidário-eleitoral que vêm pôr em causa a tendência anterior.

Em 1966, os novos líderes do Botswana seguiram a via da Democracia Liberal. A Independência foi precedida pela realização de eleições multipartidárias que consagraram o Partido Democrático do Botswana – BDP enquanto legítimo detentor do poder. Naquela época, as diferenças entre os partidos políticos eram mais de ordem organizacional do que de ordem financeira⁽¹⁷⁾. Desde então, o BDP tem-se mantido no poder o que, no entender de alguns, revela que a realização de eleições contribuiu apenas para a confirmação dos incumbentes⁽¹⁸⁾ e para a produção de oligarquias eleitorais⁽¹⁹⁾. Assim sendo, a alternância partidária no poder fica obstruída e a competição democrática falsificada.

Em 1994, os resultados eleitorais tornaram visível a tendência para o avanço da

oposição, particularmente, da Frente Nacional do Botswana – BNF.

A partir da caracterização da formação dos principais partidos políticos e das forças sociais que estiveram na sua base (bem como do tipo de alianças estabelecidas entre estas para conquistar o poder) pretendemos analisar o desempenho partidário para concluir quanto ao avanço (ou não) da oposição.

Por partido político entendemos um tipo de colectividade, não efémera, de indivíduos que partilham, em graus diversos, um conjunto de objectivos comuns; distinguindo-se de qualquer outra colectividade na medida em que pretende poder recrutar de entre os seus membros o pessoal capaz de governar a «nação»⁽²⁰⁾. Para efeitos analíticos, consideramos somente os partidos políticos

que se revelaram eficazes na conversão de votos em mandatos parlamentares.

A emergência de partidos políticos

É necessário compreender de que modo as estruturas de segmentação social continuam a desempenhar um papel determinante no sistema político actual.

A emergência das unidades políticas Tswana data dos finais do século XVIII. O sistema político tradicional Tswana é considerado como tendo sido um dos mais autoritários em África⁽²¹⁾, devido à proeminência dos chefes tradicionais na organização política e social das respectivas comunidades. Qualquer pretendente a um lugar preeminente só era aceite se fosse descendente da linha real. Em 1895, a declaração do território como Protectorado da Bechuana-

⁽¹⁷⁾ Vid. Jeff Ramsay & N. Parsons, «The Emergence of Political Parties in Botswana» in EDGE & LEKORWE. Botswana: Society and Politics. Hatfield: J. L. van Schaik Publishers, 1998, p. 147.

⁽¹⁸⁾ Em anuência com André Freire adoptamos o termo no sentido de *incumbents*, i.e., o executivo que esteve em funções no período imediatamente anterior às eleições para o respectivo órgão. In Freire, «Flutuações sen tendência»: uma revisão das teses sobre a evolução recente do comportamento eleitoral dos Britânicos», *Análise Social*, xxxiii (145), 1998, p. 191.

⁽¹⁹⁾ Cfr. Owusu, «Democracy and Africa: a View from the Village», *the Journal of Modern African Studies*, 30 (3), 1992, p. 380.

⁽²⁰⁾ Cfr. W. Schonfeld, «Les Partis Politiques que sont'ils et comment les étudier» in MÉNY. *Idéologies, parties politiques et groupes sociaux*. Paris: P.F.N.S.P., 1991, p. 270.

⁽²¹⁾ Vid. Scharpera, «A Organização Política dos Ngwato do Protectorado da Bechuanalândia» in FORTES e PRITCHARD. *Sistemas Políticos Africanos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 117-61.

lândia veio colocar os chefes sob a égide da administração britânica. Foi seguida uma política de interferência mínima⁽²²⁾, o que permite explicar, em parte, a ausência de um forte antagonismo ao Estado colonial e o aparecimento tardio de partidos políticos. Porém, a incorporação do território no Império Britânico contribuiu para a criação de novas zonas de indeterminação linhageira – o salário e o ensino que propiciaram uma certa mobilidade social⁽²³⁾. Os filhos de membros prósperos das principais tribos⁽²⁴⁾, não descendentes da linha real, e alguns membros de grupos minoritários desempenharam um papel fundamental

no conflito entre tradicionalistas e reformistas⁽²⁵⁾; que culminaria com a exclusão dos chefes tradicionais da competição eleitoral.

A formação dos partidos políticos

O BPP foi formado em 1960 com a designação de Partido do Povo da Bechuanalândia, tendo sido o primeiro partido político a adoptar uma abordagem nacionalista, ao exigir a independência imediata, a «africanização» da administração, o fim do exercício de poder por parte dos chefes tradicionais e a nacionalização da terra.

A sua orientação ideológica parece estar dividida entre o Congresso Nacional Africano (ANC) e o Congresso Pan-Africanista (PAC). As viagens dos seus líderes, bem como a origem dos financiamentos permitem concluir que existia uma forte ligação com o *Bureau* de Assuntos Africanos, com sede no Ghana⁽²⁶⁾, o que contribuiu para o reconhecimento do BPP pelos movimentos nacionalistas africanos como legítimo representante dos Batswana. As rivalidades internas redundaram na expulsão da facção liderada por Motsamai Mpho que fundaria, em 1964, o Partido para a Independência do Botswana – BIP.



Confraternização após a realização de eleições para um órgão não político – As comissões de alocação de terras – na Kgotla da aldeia. A Kgotla é a Assembleia dos chefes tradicionais, onde se discutem assuntos considerados de interesse local e onde são apresentadas políticas de desenvolvimento local, por representantes do governo. Neste caso trata-se da Kgotla da aldeia de Mmadinare.

Foto da autora, Janeiro 99.

⁽²²⁾ Cfr. C. YOUNG. *The African Colonial State in Comparative Perspective*. New Haven & London: Yale University Press, 1994, p. 162.

⁽²³⁾ Cfr. J. F. BAYART. *L'État en Afrique – la politique du ventre*. Paris: Fayard, 1989, p. 84.

⁽²⁴⁾ Utilizaremos os termos tribo e sub-grupo étnico enquanto sinónimos. O termo tribo é mantido oficialmente. Nas comunidades rurais, ao perguntarmos pela representação local do Estado indicavam-nos a administração tribal. Como tal, justifico o uso do termo com base na sua sobrevivência no vocabulário quotidiano dos Batswana.

⁽²⁵⁾ Este conflito centrou-se em torno do papel a desempenhar pelos chefes tradicionais no período pós-colonial.

⁽²⁶⁾ Cfr. Ramsay & N. Parsons, «The emergence of political parties in Botswana» in Edge & Lekowé, op. cit., p. 136.

O BIP, não representando qualquer alternativa coerente, tornou-se insignificante na cena política nacional.

A formação do BDP foi encorajada pela administração britânica. Fundado em 1961 por membros do Conselho Legislativo⁽²⁷⁾, incluindo Seretse Khama⁽²⁸⁾, o primeiro Presidente do Botswana, com a designação de Partido Democrático do Bechuanaland. Em oposição ao BPP, optou pela defesa da coexistência pacífica entre africanos e europeus (residentes no território), pelo aproveitamento dos expatriados no desempenho de funções administrativas e pela redução dos poderes dos chefes tradicionais. Os membros do BDP estabeleceram contactos em todas as zonas do Protectorado, com o fim de garantirem candidaturas em todas as circunscrições eleitorais. O partido foi financiado pela Fundação Ariel, uma organização estabelecida pelo movimento sindicalista britânico para apoiar os sindicatos coloniais. Na realidade, esta foi a forma encontrada pelo governo britânico para canalizar fundos para o BDP sem lhe retirar credibilidade perante os movimentos nacionalistas africanos.

As primeiras eleições ocorreram em Março de 1965, candidatando-se três partidos políticos, a saber: o BPP, o BIP e o BDP, que alcançou a vitória por uma larga margem

de votos. Após as eleições, o BNF surgiu com o objectivo de união da oposição face à orientação conservadora do partido no poder. Constituiu-se enquanto partido militante nacionalista de orientação socialista. O seu fundador, Kenneth Koma⁽²⁹⁾, conseguiu reunir uma das facções do BPP, algumas organizações embrionárias de trabalhadores e alguns «tradicionalistas», liderados pelo Chefe Bathoen (da etnia BaNgwaketse)⁽³⁰⁾.

As forças sociais na raiz dos partidos políticos

No período colonial (anos 40-50), de um modo geral, as ocupações dos dirigentes partidários variaram entre: funcionários de tribunais, repórteres, professores, funcionários do aparelho administrativo e membros do Conselho Legislativo. Alguns emigraram para a África do Sul enquanto estudantes e aí permaneceram a trabalhar, moldados pelas influências das formações políticas sul-africanas e pela vivência no início do regime de apartheid.

As forças sociais que estiveram na base do BPP apostavam na mudança profunda da sociedade. O repúdio dos chefes tradicionais Tswana é compreensível à luz das origens não reais dos seus principais líderes.

No caso do BDP, o envolvimento de Seretse Khama e de Quett Masire⁽³¹⁾, o pri-

meiro e o segundo Chefe de Estado, em disputas com as autoridades máximas das tribos a que pertenciam, os Bamangwato e os Bangwaketse respectivamente, contribuiu para a crença na necessidade de acomodar os chefes no novo sistema político, tomando simultaneamente medidas conducentes à redução dos seus poderes. A defesa do princípio de coexistência pacífica entre africanos e europeus revela o interesse deste partido em manter boas relações com o governo britânico. A orientação liberal seguida revelar-se-ia profícua para a captação de investimento estrangeiro, essencial para a sobrevivência económica do recém Estado independente.

O BNF, face ao percurso do seu líder, apostava na mudança orientada pela utopia socialista, no entanto, e paradoxalmente, aliou-se ao Chefe Bathoen com o fim de garantir a mobilização de apoios na área de influência do mesmo.

A conjuntura que animou a emergência dos partidos políticos revelar-se-ia determinante no desempenho dos mesmos ao longo do período pós-colonial.

O desempenho do BDP, do BNF e do BPP

Os partidos políticos emergem a partir de um dado tecido social, mediando e traduzindo

(27) O Conselho Legislativo foi criado com o fim de representar conjuntamente os interesses africanos e dos europeus residentes no território. Os futuros dirigentes políticos adquiriram alguma experiência no Conselho Legislativo, que era dominado pela liderança do BDP.

(28) Seretse Khama era o herdeiro legítimo da chefia dos Bamangwato. Devido à oposição do regente (seu tio) ao seu casamento com uma inglesa viu-se obrigado a abdicar do cargo. Esta decisão revelar-se-ia proveitosa na medida em que sem perder a legitimidade perante os seus súbditos, pôde envolver-se na competição partidária pela conquista do poder do Estado pós-colonial.

(29) Kenneth Koma depois de completar os seus estudos universitários em Inglaterra e na Checoslováquia, realizou o Doutoramento na famosa Universidade Patrice Lumumba em Moscovo. Aquando do seu regresso ao, ainda, Protectorado atribuíram-lhe a alcunha de «Homem de Moscovo». in N. Parsons, W. Henderson & T. Tlou (org.), Seretse Khama, 1921-1980. Gaborone: Botswana Society & MacMillan, 1995, pp. 235-6.

(30) Esta aliança foi negociada com base na promessa de reconhecimento por parte do BNF de poderes legislativos à Câmara dos Chefes, criada pelo Governo-BDP com um poder meramente consultivo.

(31) Quett Masire, filho de um próspero comerciante sem ascendência real, desafiou a autoridade do poderoso Chefe Bathoen ao insistir na introdução de tecnologias ditas modernas, na actividade agrícola, à revelia das indicações dadas por este.

institucionalmente [e infra-institucionalmente ⁽³²⁾] as dinâmicas que o estruturam.

No caso do Botswana, apesar do Estado se ter empenhado na minimização da importância da etnicidade ⁽³³⁾, a homogeneidade étnica (em que 85 % da população fala o Setswana como primeira língua e 74 % pertence ao grupo Tswana) é perpassada por fracturas parciais ⁽³⁴⁾. Estas traduzem-se, por exemplo, na composição da Câmara dos Chefes. Os oito sub-grupos da etnia dominante ⁽³⁵⁾ são representados pelo seu Chefe, ao passo que os grupos minoritários são representados por quatro membros, normalmente da etnia dominante, eleitos ao nível distrital.

A Assembleia Nacional é composta por 40 membros eleitos e quatro membros suplementares nomeados pela maioria saída das urnas. Uma das peças centrais da Democracia no Botswana é o sistema de concelhos locais. A sua criação marcou a redução dos poderes formais dos chefes tradicionais, ao nível local, mediante o reconhecimento de conselheiros eleitos por sufrágio universal enquanto intermediários legítimos entre o governo central e as comunidades locais ⁽³⁶⁾. Apesar desta

medida os chefes continuam a exercer uma forte influência ao nível local, nomeadamente mediante a convocação às *Kgotla*, i.e., às assembleias dos chefes tradicionais onde se discutem assuntos considerados de interesse local e onde são apresentadas as políticas de desenvolvimento local por representantes do governo.

No Botswana, as eleições locais – para os Conselhos Distritais e para os Conselhos Municipais – ocorrem em simultâneo com as eleições para a Assembleia Nacional. O sistema eleitoral opera de acordo com o sistema de um membro por circunscrição eleitoral, obedecendo ao princípio «the first – past-the-post», i.e., o candidato mais votado é eleito como membro do Parlamento, mesmo que esses votos não representem a maioria dos votantes.

No que concerne à economia política, na década de 70, a descoberta de vastos depósitos de diamantes constituiu um factor chave para o crescimento da economia. As receitas provenientes deste sector foram utilizadas para o financiamento de investimentos em capital físico e humano ⁽³⁷⁾, esta medida conferiu legitimidade ao governo junto de alguns segmentos da sociedade, particularmente em áreas rurais.

No entanto, o crescimento possibilitado pelas receitas diamantíferas não se traduziu na correcção das desigualdades sociais e a não diversificação da economia tornou o país altamente dependente de um sector que só contribui em 3 % para a criação de emprego.

Por sua vez, o processo de urbanização veio complementar e acelerar o processo de proletarianização – iniciado nos anos 20-30 com a emigração maciça para as minas da África do Sul ⁽³⁸⁾. A não articulação da Reforma Agrária com os outros sectores da economia teve por consequência a deterioração das condições de subsistência dos camponeses, conduzindo ao aumento do fluxo migratório para as cidades incapazes de absorver a mão de obra disponível. Com a diluição da associação entre prestígio tradicional e acumulação de riqueza a pequena burguesia latifundiária, nomeadamente os criadores de gado, aumentou, consideravelmente, o seu património ⁽³⁹⁾. A pequena burguesia dirigente e técnica, também tentou penetrar neste sector.

É tendo em conta estes factores que procederemos à análise do desempenho dos principais partidos políticos.

⁽³²⁾ Esta noção é desenvolvida por Chabal e Daloz. De acordo com os autores, a representação democrática, em África, emerge a partir de um nexos complexo de ligações transacionais entre o líder/patrão e o seu círculo eleitoral clientelista. Estas ligações são desenvolvidas preferencialmente no plano infra-institucional. In Chabal & Daloz, *África Works-Disorder as Political Instrument*. Oxford & Bloomington: James Currey & Indiana University Press, 1999, p. 2.

⁽³³⁾ Nos Censos não há qualquer referência à composição da população em termos de pertença aos grupos e sub-grupos étnicos.

⁽³⁴⁾ Cfr. J. Solway, «Multiparty Democracy and Ethnic Politics in Botswana-Grassroots perspectives», *African Rural and Urban Studies*, 1 (2), p. 76.

⁽³⁵⁾ Os Bamangwato, os Bamangwaketse os Bakwena, os Bakwana, os Balete, Batlokwa, os Bakgatla e os Barolong.

⁽³⁶⁾ Holm, *Botswana a Paternalistic Democracy* «in Diamond, Linz & Lipset, *Democracy in Developing Countries*, vol. 2 – Africa. Boulder, Colorado & London: Adamantine Press, 1988 p. 213.

⁽³⁷⁾ K.Jefferies, «Botswana: Diamond dependent development» in Edge & Lekorwe, op. cit., p. 302.

⁽³⁸⁾ J. Parson. *Botswana-liberal democracy and the labor reserve in southern Africa*. Boulder & London: Wetview Press & Gower, 1984.

⁽³⁹⁾ A concentração de riqueza, especialmente no sector da criação de gado, aumentou consideravelmente. Os custos de produção deste sector foram subsidiados pelo governo, o que no entender de alguns se ficou a dever à pressão exercida pelos criadores junto dos dirigentes políticos, e ao envolvimento destes últimos no sector In Fidzani «Land reform and primitive accumulation: a closer look at the tribal land grazing policy» in Edge & Lekorwe, op. cit., p. 236.

Quadro I: Evolução da oferta política-candidatos apresentados por cada partido

Partidos/ /Eleições	BDP	BNF	BPP	Outro	Total
1969	31	21	15	9	76
1974	32	14	8	9	63
1979	32	16	14	7	69
1984	34	27	13	12	86
1989	34	33	11	8	86
1994	39	38	11	19	107

Nota: o número de candidatos do BDP corresponde ao total de circunscrições eleitorais em cada período.

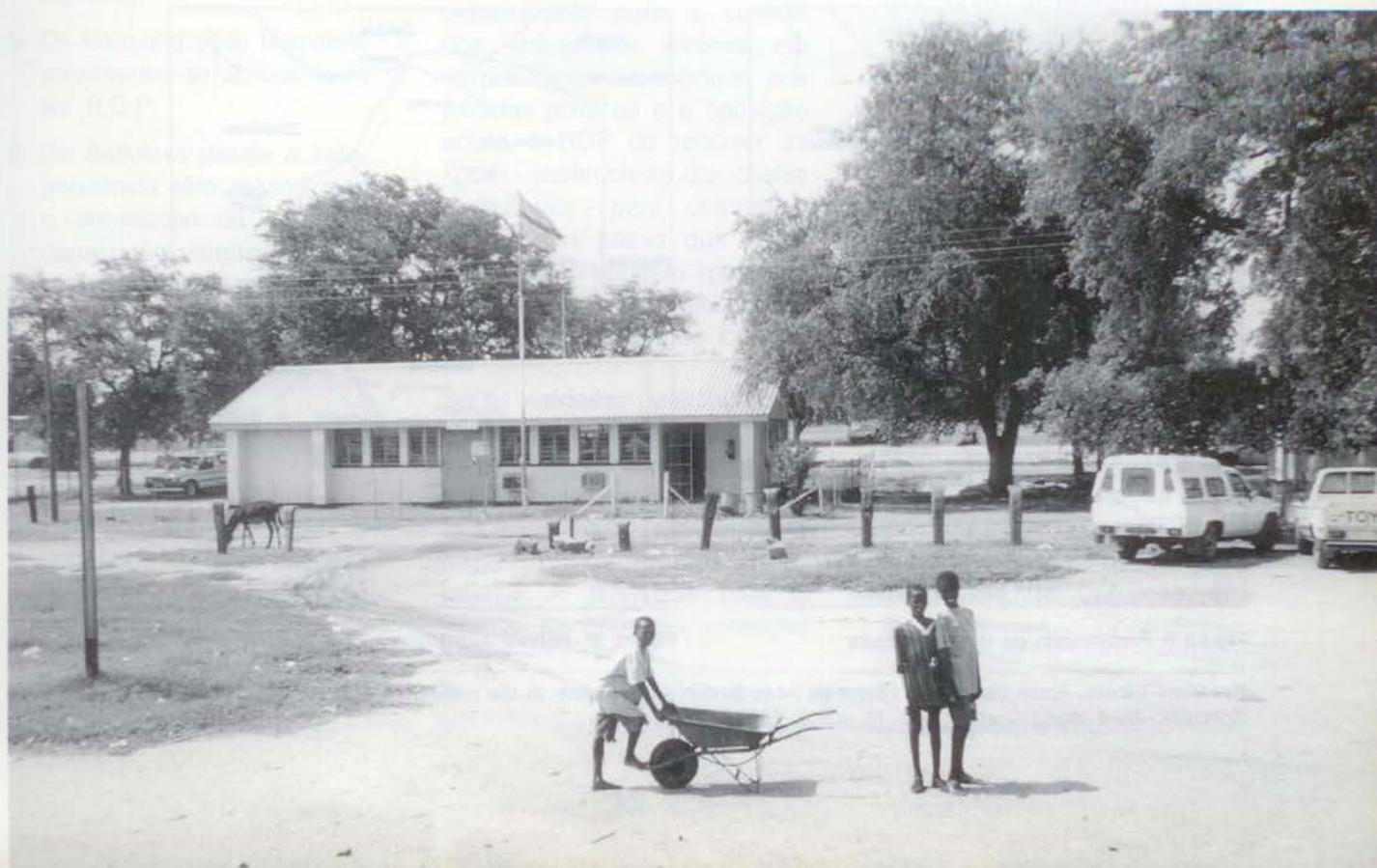
A oferta política e as tendências de implantação social

A partir da análise dos resultados eleitorais oficiais ressalta automaticamente a preponderância da representatividade do BDP, sempre com amplas maiorias, quer ao nível nacional, quer ao nível local. Se tivermos em conta a evolução da oferta política, i.e., os candidatos apresentados por circunscrição eleitoral pelos diferentes partidos, verificamos que até 1989 só o BDP se conseguiu orga-

nizar de modo a garantir candidaturas em todas as circunscrições do vasto território. A partir de 1984, o BNF começou a aproximar-se do BDP em termos de candidaturas, no entanto este esforço só deu frutos em 1994 mediante a eleição de 13 deputados para a Assembleia Nacional. No caso do BPP, a sua representatividade ao nível nacional tornou-se nula e o partido tem-se mantido devido à sua forte implantação numa das principais cidades no nordeste do País e junto da etnia Kalanga,

mantendo alguma representatividade ao nível local. A possibilidade da alternância partidária no executivo, esteve fortemente condicionada até 1994 pela limitação dos partidos da oposição em termos de competitividade no mercado eleitoral. O desequilíbrio partidário em termos de candidaturas é notório a partir de uma análise da oferta política. Como fica claro no quadro I, dos partidos da oposição só o BNF conseguiu reunir candidatos na maioria das circunscrições e somente a partir de 1989.

Uma estação do caminho-de-ferro fotografada a partir do comboio que atravessa a parte leste do Botswana.
Foto da autora, Janeiro 99.



Quadro II: Resultados das eleições nacionais, 1969-1994
Representatividade partidária na Assembleia Nacional

Candidatos eleitos por partido	BDP	BNF	BPP	Outro	Total de parlamentares eleitos
1969	24	3	3	1	31
1974	27	2	2	1	32
1979	29	2	1	0	32
1984	29	4	1	0	34
1989	31	3	0	0	34
1994	27	13	0	0	40

Fontes dos quadros: Reports to the Minister of Presidential Affairs and Public Administration, Gaborone : Government Printer, 1969/174/79/84/89/94.

O avanço do partido que lidera a oposição – o BNF –, no parlamento e nos conselhos das cidades, não pode ser, meramente, explicado a partir da evolução da oferta política; sendo que esta própria é um reflexo do desempenho dos partidos em termos de mobilização de apoios. No quadro II, torna-se visível o fraco peso da oposição na Assembleia Nacional. O BDP para além de ter garantido a maioria dos assentos devido a uma disposição constitucional pode nomear quatro membros. Os resultados eleitorais só podem ser com-

preendidos à luz das dinâmicas estruturantes do tecido social do Botswana, que condicionam a implantação social dos partidos políticos.

Em primeiro lugar, os grupos étnicos são determinantes na formação da decisão de voto. Nas capitais das antigas reservas tribais, actualmente correspondem às capitais de Distrito, e nas áreas dependentes dos Chefes de cada um dos oito sub-grupos da etnia dominante verifica-se uma preponderância das lealdades partidárias étnicas, sendo que

o mapa político nestas áreas não sofreu grandes alterações desde a independência.

Mediante uma comparação do mapa relativo à divisão do território em reservas tribais, no período colonial, e do mapa relativo à delimitação de Distritos, no período pós-colonial, é possível inferir a implantação dos principais partidos políticos entre os principais sub-grupos e grupos étnicos a partir dos resultados eleitorais em cada um dos Conselhos Distritais onde cada uma das tribos oficiais continua a exercer uma influência dominante.



Figura I: Protectorado da Bechuanalândia

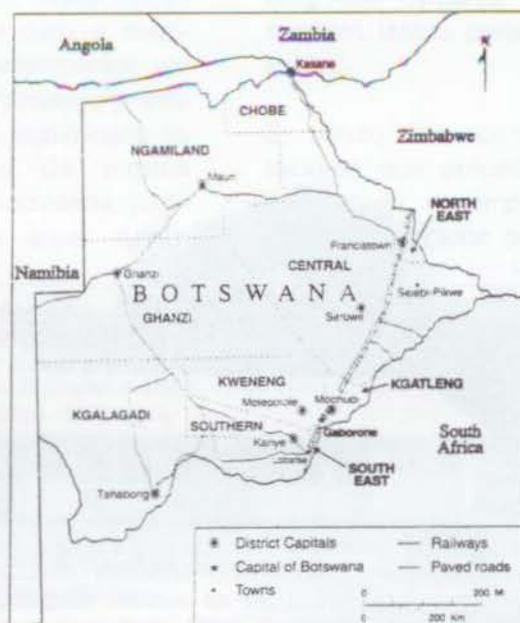


Figura II: Botswana/Distritos

Reservas tribais. Fonte das figuras: Samatar, «Leadership and ethnicity in the making of African state models: Botswana versus Somalia», *Third World Quarterly*, vol. 18, n.º 4, 1997, p. 691.

Complementando as imagens cartográficas com a análise dos resultados eleitorais oficiais – aos níveis nacional e local – e com base na literatura disponível acerca das lealdades partidárias é possível inferir que:

1. Os Bamangwato, desde a independência e mesmo depois da morte daquele que por direito seria o seu Chefe legítimo – Seretse Khama – mantiveram-se leais ao B.D.P., o que pode ser inferido a partir das largas maiorias obtidas no Distrito Central;
2. Os Bakwena, apesar de nas últimas eleições (1994) se ter verificado um aumento de assentos do B.N.F., mantêm-se, maioritariamente, leais ao B.D.P., que obteve 38 dos 50 assentos do Conselho do Distrito de Kweneng;
3. Os Bangwaketse até à morte do Chefe Bathoen mantiveram-se leais ao B.N.F., à excepção das eleições de 1989, o que se traduziu no domínio deste partido na Assembleia do Distrito meridional(ou do Sul);
4. Os Bakgatla, de um modo geral, mantiveram-se leais ao B.D.P., dada a implantação deste no Distrito de Kgatleng;
5. Os Barolong e os Bamalete mantiveram-se ambos leais ao B.D.P.;
6. Os Batlokwa desde a independência têm reivindicado a delimitação de uma circunscrição eleitoral, que consubstancie a sua autonomia, o BDP, por intermédio das Comissões de Delimitação Eleitoral, tem ignorado esta exigência; daí a oscilação de apoio entre o B.P.P. e o B.N.F.;
7. Os Batawana, dada a residência do líder histórico do B.I.P. na área onde estão concentrados, nas

duas primeiras eleições após a independência apoiaram este partido; posteriormente, assistiu-se a uma divisão dos votos pelo B.I.P. (actualmente IFP) e pelo B.N.F.;

8. Os Bakalanga, grupo não Tswana, têm apoiado o B.P.P. que recorreu à estratégia de mobilização desta etnia com base numa discriminação positiva da não pertença ao grupo étnico dominante;
9. Os Bakgalagadi, pejorativamente referidos como grupo banto do deserto, nas últimas eleições aumentaram o seu apoio ao B.N.F. ⁽⁴⁰⁾;

Em suma, parece-nos evidente que apesar da pertença aos grupos étnicos, (dominante e minoritários) e aos sub-grupos da etnia dominante, por si só, não determinar a implantação social dos partidos, parte da explicação reside nesta dimensão. A influência exercida pelos chefes tradicionais é determinante para a coesão dos sub-grupos étnicos em termos de permeabilidade aos partidos políticos e a oposição acusa o BDP de recorrer às *kgotla* – assembleias dos chefes tradicionais – para campanha política, ao passo que estes últimos se encontram impossibilitados de usufruírem deste local privilegiado de debate local.

Se as lealdades partidárias são explicadas a partir das pertenças étnicas, a variação das escolhas de apoio partidário são explicáveis, em parte, a partir do diferencial rural-urbano. A tendência para o avanço da oposição começou

a verificar-se primeiramente ao nível local e em áreas urbanas. Em 1984, o BNF obteve a maioria dos assentos do Conselho Municipal da capital – Gaborone e em Lobatse – uma das cidades mais importantes do país, onde está situado o Supremo Tribunal – obteve menos um assento do que o BDP. Os residentes em áreas urbanas foram os que maiores benefícios extrairam do elevado crescimento económico na década de oitenta. Contudo, a partir de 1988 começa a verificar-se um decréscimo do excedente orçamental, provocado pela queda das receitas diamantíferas, que se fez sentir de forma mais acentuada em áreas urbanas. A generalização do descontentamento por parte do eleitorado urbano traduziu-se na transferência dos votos do BDP para o BNF.

O BNF obtem os seus apoios, maioritariamente, em áreas urbanas, onde as pertenças étnicas tendem a diluir-se. No caso do BPP, como já referimos anteriormente, a sua representatividade na principal cidade do Nordeste – Francistown, deve-se à lealdade de um dos grupos étnicos minoritários – os Bakalanga.

O BDP continua a extrair os seus apoios junto do eleitorado rural, que permanece – de um modo geral – impermeável aos partidos da oposição.

Mediante a análise dos resultados eleitorais ao nível local, a partir de 1984, torna-se evidente a tendência para o avanço da oposição em áreas urbanas.

⁽⁴⁰⁾ Solway, 1994: 264 - 5.

Quadro III: Resultados das Eleições para os Conselhos Urbanos, 1984-94
Eleições para os Conselhos Municipais/Conselheiros Eleitos por Partido

Cidade/Partidos	1984					1989					1994				
	BDP	BNF	BPP	OUTROS	TOTAL	BDP	BNF	BPP	OUTROS	TOTAL	BDP	BNF	BPP	OUTROS	TOTAL
Selibe-Phikwe	10	0	0	0	10	6	4	0	0	10	0	13	0	0	13
Lobatse	5	4	0	0	9	4	5	0	0	9	1	10	0	0	11
Gaborone	3	10	0	0	13	1	12	0	0	13	1	24	0	0	25
Francistown	4	0	7	0	11	8	0	5	0	13	6	4	6	0	16

FONTES: Reports to the minister of presidential affairs on the general elections, Gaborone: Government Printer, 1984/89/94.

Como se pode verificar na leitura do quadro III, de 1984 para 1994 o aumento da representatividade do BNF nos conselhos municipais é notório. A transferência de votos do BDP para o BNF foi mais elevada nas eleições de 1989, culminando nas eleições de 1994 com a vitória maioritária do BNF nas principais cidades, à exceção de Francistown. No caso da cidade dos mineiros, Selibe-Phikwe, o BDP caso não existisse uma disposição que prevê a nomeação de quatro membros especiais pelo governo ficaria sem qualquer representação no Conselho desta cidade.

Alguns autores partem do pressuposto da concentração da classe assalariada nas áreas urbanas para concluir que o principal apoio do BNF provem do proletariado. No Botswana ainda não foi conduzido um estudo sistemático que permita determinar se (e que segmentos) do eleitorado votam a partir de uma perspectiva de classe.

Mudanças na cena partidário eleitoral

As mudanças ocorridas após 1994 poderão ter um forte impacto nos resultados das próximas eleições.

Em primeiro lugar, em Outubro de 1997 a realização de um referendo para mudanças constitucionais desbloqueou um conflito que opunha desde os anos oitenta a oposição ao partido que governa. As questões referendadas foram as seguintes:

- 1) a criação de uma Comissão Eleitoral Independente, até ao momento o supervisor das eleições era nomeado pelo Presidente;
- 2) o reconhecimento do direito de voto aos emigrantes; e
- 3) a redução da idade mínima para o exercício do direito de voto – de 21 para 18.

Apesar de uma elevada abstenção, a vitória do SIM foi alcançada. O BDP, evidentemente, fez campanha pelo Não. Os únicos locais onde a posição contra o reconhecimento do direito de voto aos

jovens (dos 18 aos 21) venceu foram as circunscrições eleitorais em áreas rurais, nomeadamente naquelas aonde se concentram os Bamangwato e os Bakgatla, o que indica uma forte aposta na manutenção do status quo⁽⁴¹⁾. De acordo com os estudos realizados pelo Projecto de Pesquisa sobre a Democracia – da Universidade do Botswana – os jovens dos 21 aos 35 tendem a apoiar maioritariamente o BNF, logo a questão do referendo relativa à idade poderá ter um impacto positivo para a oposição.

O abandono da política por parte de Quett Masire, o sucessor de S. Khama na Presidência do País, foi marcado pela dificuldade de nomear alguém que reunisse consenso dentro do BDP. O escolhido para assumir o cargo de Chefe de Estado, Festus Mogae, representa uma das facções do partido. A forma encontrada para garantir, simultaneamente, o equilíbrio interno e a recuperação dos eleitores que se transferiram para o BNF foi a nomeação do filho do primeiro Presidente do Botswana para o cargo de Vice-Presidente.

⁽⁴¹⁾ Cfr. Molomo, «The political Implications of the 4 October 1997 Referendum for Botswana», Democratization, vol. 5, n.º 4, Winter 1998, pp. 151-175.

Em último lugar, a cisão do BNF, num Congresso do partido, em Abril de 1998 poderá ter um impacto negativo nas próximas eleições. O conflito no interior do BNF em torno da questão da sucessão na liderança e de reformas internas opôs a maioria dos deputados parlamentares ao líder histórico do partido – Kenneth Koma. Dada a insistência do líder em permanecer à frente do partido e a disputa por posições internas e num futuro governo – BNF redundaram na expulsão da facção liderada por Michael Dingake. Este último, face à decisão do Supremo Tradicional a favor do líder histórico, criou um novo partido político: o Partido do Congresso do Botswana – BCP. Apesar dos parlamentares eleitos pelo BNF se terem transferido para o novo partido, K. Koma tem

muita popularidade junto dos trabalhadores não qualificados e da juventude. Esta cisão fragmentou, indiscutivelmente, o voto da oposição e vem pôr em causa a tendência de avanço do principal partido da oposição. Aos membros do BCP restou-lhes o enorme desafio de se organizarem até às eleições de Outubro de 1999. Dificilmente conseguirão obter os resultados alcançados em 1994 enquanto candidatos pelo BNF⁽⁴²⁾.

Conclusão

Neste artigo analisaram-se os resultados eleitorais para concluir quanto ao avanço da oposição entre 1984 e 1994. A partir da análise da evolução da oferta política e das tendências de implantação social dos partidos políticos é possível explicar em parte as

mudanças eleitorais ocorridas. Como nos interessava reflectir acerca das tendências dominantes em termos de implantação social dos partidos políticos, concentramo-nos nas pertenças étnicas e no diferencial rural-urbano. Para além destas clivagens, outros factores condicionam a decisão de voto, no entanto estas são as tendências mais abrangentes e mais marcantes em termos de implantação social dos principais partidos políticos.

Face às mudanças ocorridas a tendência para o avanço da oposição poderá diminuir. Entre a não alternância partidária no executivo e o avanço lento (mas progressivo) da oposição assistimos à anulação de um esforço de décadas pela resistência à alternância na liderança do principal partido da oposição.

(42) Idem, *ibidem*, p. 160-61.

A Diplomacia do PAIGC durante a Luta de Libertação

Por Isabel Lopes Ferreira

O PAIGC e o seu líder

O PAIGC, Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde, é fundado em 19 de Setembro de 1956, na Guiné. O seu mentor e líder, Amílcar Cabral, é um caboverdeano-guineense. Como cerca de 2/3 dos caboverdeanos, é filho de pais caboverdeanos emigrados, neste caso na Guiné, nasce naquele território e segue um pouco mais tarde para Cabo Verde onde realiza os seus estudos. Vive os primeiros anos da década

de 40, os anos da fome que mataram 1/3 da população caboverdeana. Após o Liceu, não tendo conseguido bolsa para o curso de Direito, Cabral opta por ser Engenheiro Agrónomo e para tal desloca-se a Portugal em 1945. Em Lisboa destaca-se no grupo da Casa dos Estudantes do Império, que desenvolve, primeiro, ideias anti-fascistas, seguidamente anti-colonialistas e, finalmente, nacionalistas. Mais tarde, ao regressar a Cabo Verde, tenta despertar

a atenção da população para a necessidade de repensar o aproveitamento agrícola das ilhas e lutar contra as secas cíclicas. Já na Guiné, e chegando cedo à conclusão de que a solução para o problema colonial terá de ser política, funda o PAIGC. Forçado pouco depois pelo governo a desenvolver a sua vida profissional fora daquele território, vai para Angola onde reencontra velhos camaradas de Lisboa, com quem continua a planear o derrube do colonialismo.

Vendo recusadas as suas propostas para uma solução política, por Portugal, o PAIGC foi o segundo dos movimentos das colónias portuguesas a iniciar a luta armada anti-colonial (1963). Acaba por ser o primeiro a vencer. É em 24 de Setembro de 1973, pouco depois do assassinio de Cabral, que o PAIGC declara a independência da Guiné Bissau, com o reconhecimento imediato de mais de 80 países do bloco Socialista, da Ásia, e da África, assim como da ONU em 2 de Novembro. No primeiro momento brilham pela ausência os países do bloco ocidental. Os objectivos do PAIGC eram, tão só, dois: «conquistar a independência nacional dos povos da Guiné e de Cabo Verde e levar-lhes paz, progresso e felicidade» (Fonte 1, pag 83 e 84).

O ambiente internacional
(Fonte 1, pag. 54 a 58; Fonte 2; Fonte 10)

Falar do ambiente internacional que precede a fundação do PAIGC e acompanha a sua evolução é falar das influências sofridas pelos jovens líderes de então e, portanto, também de Amílcar Cabral e dos seus companheiros do PAIGC. Temos diversos acontecimentos a formar o tecido político que irá facilitar a emergência dos movimentos nacionalistas: O fim da segunda Guerra Mundial, que redefine o sistema de forças a nível internacional; O «apelo aos oprimidos» feito por Kwame Nkrumah, no 5.º Congresso Panafricano em Manchester, defendendo as independências; a vitória do Exército de Libertação Nacional da China e a proclamação da República Popular em 1949; o nascimento da República Democrática do Vietname um pouco mais

tarde; a eclosão da guerra dos Mau-Mau em Outubro de 1952; a proclamação da República do Egipto em 18 de Junho de 1953; a eclosão da insurreição na Argélia em Novembro de 1954; a Cimeira de Bandoeng; a nacionalização do canal do Suez pelo Egipto; o relançamento do panafrikanismo pelo Gana; a rejeição do neo-colonialismo francês pela Guiné-Conackry; a reafirmação pela Argélia, e também pelos Camarões, da sua luta de libertação; as diversas reuniões internacionais no Cairo e em Accra que divulgarão o Pan-africanismo e o Afro-Asiatismo; a actividade da resistência anti-fascista em Portugal (Fontes 2 e 10).

A vocação internacional do PAIGC

Desde o início o PAIGC demonstra à vontade a lidar com as entidades a quem se dirige. Os argumentos que usa fazem frequentemente cuidadosa e propositada referência a instâncias internacionais, como que a insistir que, para além de estar determinado a levar o seu objectivo avante, está apoiado pela opinião internacional.

Talvez não seja, por isso, exagero dizer que o PAIGC nasce com uma bem definida vocação internacional. Como poderia tão ambicioso projecto triunfar sem que a comunidade internacional fosse mobilizada para a causa? Amílcar Cabral afirma «Personne ne se laisse tromper en pensant que si nous n'avions pas gagné la lutte à l'extérieur, nous pouvions la conduire à l'intérieure. Le riz se cuit dans la chaudière, mais il lui faut de feu qui se trouve à l'extérieur» (Fonte 1, pag. 55).

O PAIGC inicia a sua actividade diplomática praticamente após a sua fundação, desenvolvendo-a durante os 7 anos de luta exclusivamente política e continuando a fazê-lo mais intensamente, após iniciar a luta armada em 1963.

Note-se que as acções diplomáticas dependem, muito, na época, das relações pessoais. Talvez seja por esse facto que o próprio Secretário-Geral do partido se empenha em deslocar-se pessoalmente aonde seja necessário. Não encontramos um Corpo Diplomático no PAIGC, apesar da intensa actividade a esse nível. «O partido é antes de mais uma estrutura militar», explica Manuel Delgado (Fonte 2), «Todos os elementos têm treino militar. A Diplomacia é uma diplomacia de guerra». O indivíduo escolhido para uma missão diplomática pertence então a um corpo militar e, não a um corpo diplomático. Desempenha a sua missão e depois regressa à sua unidade armada. A Diplomacia do PAIGC é assim apenas uma outra forma de combate. Mais tarde, após a independência de Cabo Verde, o Estado cria um quadro de diplomatas e herda profissionais jovens mas já «bem aceites internacionalmente pela sua grande rodamem, pela sua demonstrada competência, pelo domínio de conhecimentos que evidenciam e, sobretudo, pelo profundo conhecimento dos meandros», diz Manuel Delgado, ex-representante do PAIGC em França (Fonte 2).

São 3, as fases da Diplomacia do PAIGC, explica Manuel Delgado (Fonte 2). A primeira vai de 1956/7 a 1968. Corresponde à busca de alianças e apoios na Frente Africana e na Frente Socialista, com algumas incursões à Frente Ocidental.

A segunda fase decorre entre 1969 e 1973, correspondendo à intensificação das relações com a ONU, culminando na proclamação da independência da Guiné Bissau.

A terceira fase é a das negociações sobre as independências e os reconhecimentos, após o 25 de Abril de 1974. O resultados das incursões às «Frentes» será visto mais adiante.

Há que registar que o líder e a Diplomacia estão intimamente ligados. De tal modo é a sua projecção, que um relatório da missão portuguesa na ONU, de 1973, citado por José Pedro Castanheira (Fonte 3, pag. 267), contém a seguinte observação relativa a uma das suas reuniões «grande número de delegados referiu-se à morte do chefe do PAIGC antes de prestar homenagem ao Presidente Johnson (que estivera à frente dos destinos dos EUA entre 1963 e 1969 e que falecera... vítima de um ataque cardíaco)». É uma morte sentida internacionalmente, mas que não pára o PAIGC, como sabemos.

O estatuto internacional do PAIGC

Diplomacia, diz a Enciclopédia Americana Colliers (Fonte 4), é «a Teoria e a Prática de conduzir negociações entre governos». A Enciclopédia brasileira Visum (Fonte 5) define-a assim: «Simultaneamente arte e ciência, tem por objectivo essencial a manutenção de relações harmoniosas e pacíficas entre as nações. Estas relações regem-se pelo direito internacional e por tratados particulares...». Por outro lado, o Dicionário Enciclopédico Koogan-Larousse (Fonte 6)

refere que «a Diplomacia é a arte de manter o Direito e de promover os interesses de um Estado ou governo perante os Estados ou governos estrangeiros». Uma rápida análise das definições apresentadas levar-nos-á a destacar os conceitos de Governo, Nação e Estado. Servirá qualquer deles para qualificar o PAIGC durante a resistência? A resposta é *não*. As definições acima mencionadas são muito restritas. António Duarte Silva (Fonte 7, pags. 346, 347, 348 e 349) refere outros tipos de personalidade jurídica internacional: Beligerante, insurgente, comité nacional e governo no exílio, e explica a razão porque o conceito de «Nação», apesar das aparências, não é apropriado. Assim:

O estatuto de Beligerante «pode ser concedido a uma insurreição armada, desencadeada em certo Estado e, em princípio, significa uma internacionalização da guerra civil e que a organização em luta contra o governo estabelecido conseguiu alcançar o controlo efectivo de uma parte do território, onde exerce um poder como governo de facto ou parcial. ... Este reconhecimento era preliminar ao reconhecimento de Estado e restringia-se aos movimentos secessionistas. ... A sua não utilização quanto aos movimentos independentistas da Ásia, Médio Oriente e da África parece comprovar ter sido, apenas, uma prática anglo-saxónica».

O estatuto de Insurgente «é uma prática exclusivamente americana. ... os efeitos são mais limitados (do que a anterior)... os insurrectos não conseguiram implantar-se efectivamente em qualquer parcela do território nacional».

O estatuto de Comité Nacional «foi concedido durante a II Guerra Mundial a um novo Comité Nacional Checoslovaco e ao Comité Nacional Francês, criado em 1941 sob a chefia do general De Gaulle... Tinha efeitos limitados, servindo para institucionalizar a participação no conflito de uma parte combatente e conferir-lhe certas imunidades diplomáticas e era, diferentemente do reconhecimento como nação, apenas preliminar ao reconhecimento de governo». (pag. 348)

O estatuto de Governo no Exílio, «surgiu na II Guerra Mundial, quando os governos de vários países ocupados pela Alemanha se refugiaram em Londres e lhes foi reconhecida capacidade para exercer autoridade e protecção diplomática sobre os seus súbditos, manter relações diplomáticas e concluir acordos internacionais. Embora ocupado, o Estado que o governo no exílio pretende representar continuará, pois, a existir como sujeito de direito internacional».

O estatuto de Nação «surgiu durante a I Guerra Mundial e foi concedido pelos aliados aos Comités Nacionais polaco e checoslovaco, tendo em vista a restauração do Estado polaco e a criação do Estado checoslovaco. ... Considerou-se este reconhecimento como prévio ao reconhecimento de Estado, à constituição das nações polaca e checoslovaca, cuja existência era inegável, em Estados independentes e, por isso, era uma manifestação do princípio das nacionalidades (numa altura em que este princípio, eurocêntrico, iria submergir e ser substituído pelo princípio da autodeterminação)». Apesar das semelhanças, o reconhecimento do PAIGC não

derivou deste tipo de personalidade jurídica, já que veio a assentar no conceito de «povo colonial – sujeito de direito».

Não preenchendo nenhuma das categorias previstas na altura, com que estatuto o PAIGC é internacionalmente reconhecido, e exerce actividades diplomáticas? Com o estatuto de Movimento de Libertação Nacional (Fonte 7, pag 349). Esta categoria tem a sua origem na guerra da Argélia, com o reconhecimento do Governo Provisório da República Argelina. O direito à autodeterminação está então a ser definido pelos Estados e pela ONU «e transformará as guerras civis em guerras de libertação nacional». Este direito, que atribui um estatuto a meio caminho entre o de Beligerante e o de Estado, «abre uma nova perspectiva quanto aos conflitos coloniais e indicia a sua internacionalização». António Duarte Silva explica que são os países de Leste que tomam a iniciativa de teorizar este tipo de reconhecimento. Até aos anos 50 as guerras coloniais são conflitos internos e o Estado é o único sujeito de direito internacional, na óptica da doutrina soviética. A mudança dá-se no vigésimo Congresso do Partido Comunista da URSS, ao considerar-se que Povo e Nação são também sujeitos de direito internacional, «... mesmo não constituídos em Estado... desde que titulares do direito à autodeterminação». É também este o entendimento da OUA e da ONU. Embora a URSS vá ainda mais longe, declarando que o reconhecimento será feito nos termos de «uma nação ou de um povo como Estado em Formação» (Fonte 7, pag. 354), perspectiva não adoptada internacionalmente.

Os reconhecimentos bilaterais, no entanto, não esperam pelos da OUA e da ONU. Vão acontecendo desde o início das abordagens diplomáticas do PAIGC, nomeadamente de Amílcar Cabral.

As Relações Diplomáticas Multilaterais

A OUA

A vocação africana do PAIGC é revelada desde cedo. Já em 1957, ao colaborar activamente na redacção do manifesto do Movimento Anti-Colonialista (MAC), Amílcar Cabral é um dos defensores da «unidade dos africanos na luta contra o colonialismo português» (Fonte 1, pag. 86).

Algumas declarações do líder são ilustrativas: «Pour nous, révolution africaine veut dire: transformation de la vie économique actuelle des sociétés africaines dans le sens du progrès». (Fonte 1, pag. 89) E «Plus que la lutte de classes dans les pays capitalistes et l'antagonisme entre ces pays et le monde socialiste, la lutte de libération des peuples coloniaux est la caractéristique essentielle, nous dirions le moteur principal, de la marche de l'histoire de nos jours; c'est à cette lutte, à ce conflit sur trois continents que s'intègre notre lutte de libération nationale contre le colonialisme portugais». (Fonte 1, pag. 89).

A OUA, Organização de Unidade Africana, formada em 1963, apoia as lutas de libertação nacional de três formas (Fonte 7, pag. 350): reconhecendo «os movimentos nacionalistas que lutavam contra a dominação colonial e racista», combatendo «os movimentos fantoches ou com pretensões

secessionistas» e apoiando «os movimentos que reconheceu». Vários meios foram utilizados para apoiar a causa dos movimentos, desde o romper de relações diplomáticas, até ao treino de militares.

A relação do PAIGC com a OUA começa por ser uma luta daquele partido pelo reconhecimento como único movimento de libertação credível para a Guiné Bissau e Cabo Verde, tendo por concorrente a FLING, Frente de Libertação Nacional da Guiné. Em Outubro de 1965 é-lhe dado esse reconhecimento, pela implantação no terreno que já conseguiu.

Cerca de 8 anos mais tarde, em 20 de Novembro de 1973, o Conselho de Ministros da OUA admite o Estado da Guiné Bissau como seu 42.º membro, por aclamação.

Os reconhecimentos e admissões por parte da OUA são essenciais para que a ONU faça o mesmo. É nesse facto que assenta a importância da OUA para o PAIGC, uma vez que as intenções de proporcionar outros tipos de apoios não se traduzem numa prática eficaz.

A ONU

(Fonte de informação 8)

À data da fundação do PAIGC, 19 de Setembro de 1956, passam já sete meses sobre o «Não» de Portugal à pergunta feita por aquela organização «Portugal administra territórios que entrem na categoria indicada no artigo 73.º da Carta?», ou seja, se possui colónias. A fundação do PAIGC coincide com o início da movimentação na ONU contra a colonização portuguesa. Esta movimentação ganha maior

expressão em 1960, quando 16 novos Estados africanos ingressam na organização, pondo em causa a hegemonia ocidental tal como ela existe então.

O conflito entre Portugal e a ONU dura 18 anos e podem ser destacados os seguintes momentos de vitória para os defensores da descolonização e, a partir de certa data, especialmente para o PAIGC:

a) 15 de Dezembro de 1960 – A Assembleia Geral da ONU, divergindo da posição portuguesa, e após 4 anos passados sobre o «Não» português, «atribui-se competência para determinar os territórios não autónomos existentes, o sentido das informações a prestar obrigatoriamente pela potência administrante e os termos em que um território não autónomo deixa de o ser». (pag. 10)

b) 20 de Abril de 1961 – com o eclodir da guerra em Angola, a Assembleia Geral da ONU decide (pag. 13):

1) incitar «o governo português a promover urgentemente reformas que dêem cumprimento à *Declaração Anticolonialista*, (em itálico no original) tendo em devida conta os direitos humanos e as liberdades fundamentais e em conformidade com a Carta».

2) instituir «um subcomité de cinco membros encarregado de investigar a situação».

c) 19 de Dezembro de 1961 (após a ocupação por forças indianas, do território indiano administrado por Portugal) – (pag. 14):

1) Instituição de um Comité para os territórios administrados por Portugal.

2) Convite para que os Estados membros pressionem «Portugal para cumprir as obrigações decorrentes do estatuto de membro da ONU» e recusem «qualquer ajuda ou assistência utilizável contra as populações dos territórios ultramarinos».

d) Dezembro de 1962 (vários dias): A Assembleia Geral condena a atitude de Portugal e pede (pags. 15 e 16):

1) «Reconhecimento imediato do direito dos povos dos seus territórios não autónomos à autodeterminação e independência».

2) «Cessação imediata de todos os actos de repressão e retirada de forças, militares e outras, utilizadas com tal fim.

3) «Aministia política incondicional e liberdade de funcionamento dos partidos políticos».

4) «Início de negociações na base da autodeterminação... com o fim de transferir os poderes para instituições políticas livremente eleitas e representativas da população».

5) «Rápida concessão da independência a todos os territórios, de acordo com as aspirações da população».

Pede ainda ao Conselho de Segurança que em caso de não acatamento das resoluções da Assembleia, sejam tomadas «medidas para Portugal se conformar às suas obrigações de Estado membro».

Logo a seguir, em 23 de Janeiro de 1963, começou a guerra na Guiné Bissau, desencadeada pelo PAIGC.

e) 10 de Junho de 1965: A Comissão de Descolonização da ONU altera a terminologia. Deixa «de falar nos territórios administrados por Portugal, passando a referir-se aos territórios sob dominação portuguesa e, pela primeira vez... (reconhece) a legitimidade das lutas de libertação nacional, pedindo aos Estados que... (concedam) a ajuda moral e material necessária» (pag. 28 e 29). Convida, por outro lado, «o Alto Comissariado e as instituições especializadas a aumentarem a assistência aos refugiados e, pelo contrário... (solicita-lhes), nomeada-mente ao BIRD e ao FMI, a não concessão de assistência financeira, económica ou técnica, a Portugal».

Esta posição resulta de uma das muitas visitas a África efectuadas pela Comissão de Descolonização. Amílcar Cabral aproveita-a para denunciar «a política de Lisboa e a ajuda militar da NATO; preconizando a luta armada contra o colonialismo, solicita o apoio efectivo da ONU e das organizações especializadas e convida a Comissão a visitar as regiões libertadas da Guiné Bissau» (pag. 28). Amílcar Cabral volta a ser ouvido em 1966, numa outra visita da Comissão de Descolonização a África. Não ainda à Guiné Bissau.

f) 1968: Amílcar Cabral denuncia à ONU a utilização por Portugal de napalm e bombas de fósforo branco contra a população civil guineense. Nessa altura a ONU parece ter baixado o tom das acusações a Portugal e cai em descré-

- dito perante a maioria dos protagonistas das lutas nacionalistas.
- g) 1971: O Conselho de Segurança decide «o envio de uma missão de visita às regiões libertadas da Guiné Bissau...» (pag. 38). Decorrem agora 6 anos sobre o convite formulado por Amílcar Cabral.
- h) Fevereiro de 1972 – Amílcar Cabral discursa na primeira sessão do Conselho de Segurança realizada em África, mais exactamente em Adis Abeba. Compara os combatentes aos capacetes azuis, chama à ONU companheira de luta e pede a admissão da Guiné Bissau na organização, não reconhecendo Portugal como representante das nações guineenses e cabo-verdeana. A visita da ONU à Guiné Bissau decorre de 2 a 8 de Abril de 1972. Em 14 de Novembro de 1972 a Assembleia Geral da ONU toma a decisão de reconhecer o PAIGC (e outros movimentos de outros territórios) como observador perante a organização, e representante autêntico das referidas nações.
- i) 2 de Novembro de 1973 – a Assembleia Geral da ONU reconhece a independência da Guiné Bissau, proclamada em 24 de Setembro de 1973. E convida «a República da Guiné-Bissau (e não apenas o PAIGC) a participar na Terceira Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar» (pag. 43). O reconhecimento pelo Conselho de Segurança só viria mais tarde, após a admissão do Estado da Guiné Bissau pela OUA a 20 de Novembro de 1973, seguida da notificação do facto à ONU.

- j) 12 de Dezembro 1973: O relatório da Comissão de Descolonização aprovado pela Assembleia Geral «já não ... (abrange) a Guiné por se entender que passara a ser um Estado independente» (pag. 44).
- l) Em 25 de Abril de 1974 Portugal capitula e cessa a luta armada. Em breve reconhece a independência da Guiné Bissau (26 de Agosto de 1974) e o direito de Cabo Verde à independência.
- n) 16 de Julho de 1974: A República da Guiné Bissau apresenta o pedido de admissão à ONU. Após 26 de Agosto é Portugal, cuja posição sofre uma viragem de 180 graus, quem promove a admissão da Guiné. A 17 de Setembro este país torna-se o membro n.º 138 das Nações Unidas. Cabo Verde sê-lo ia no ano seguinte, após a independência.

As Relações Bilaterais

As relações bilaterais do PAIGC iniciam-se muito cedo. A organização é reconhecida por parceiros bilaterais que dão os seus contributos à causa muito antes dos reconhecimentos formais pela OUA e pela ONU. O estabelecimento dessas relações remonta quase ao início da formação da organização.

O caso da Guiné Conakry e do Senegal

A Guiné Conakry e o Senegal são um caso muito particular na História das Relações Internacionais do PAIGC. Aqueles dois países possuem uma vantagem fundamental, que é o facto de serem os vizinhos mais directos da Guiné Bissau,

o que é útil no que concerne, por exemplo, a abastecimento, tratamento de feridos e evacuação dos mesmos. Mas, por outro lado, possuem um obstáculo, que é a presença de grupos de imigrantes idos da Guiné, com forte presença quer como força política, quer como clientela. Esses grupos opõem-se ferozmente ao PAIGC (Fonte 1, pag 54).

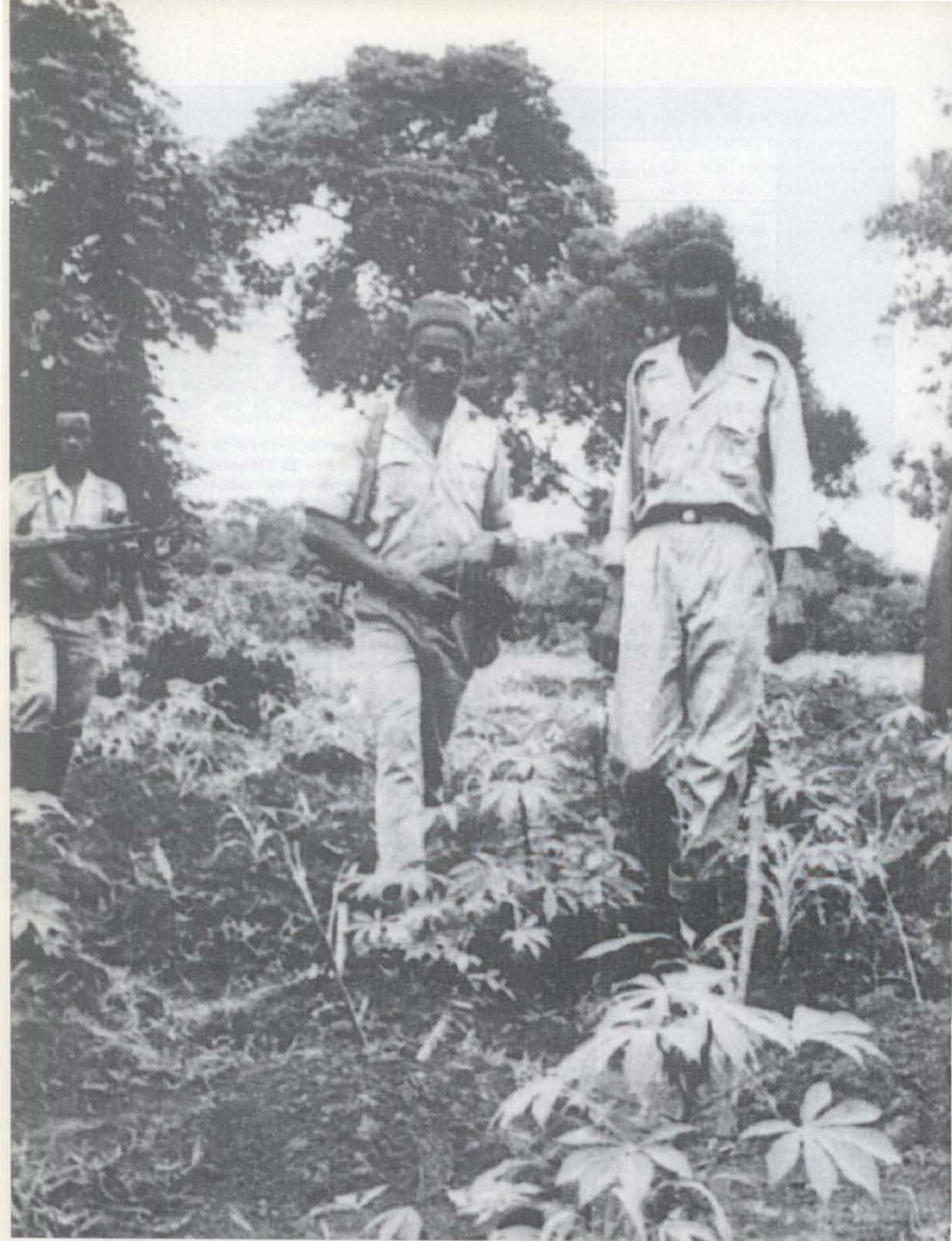
No caso da Guiné Conakry, os efeitos da oposição dos referidos grupos são de tal modo evidentes, que a certo momento todo o grupo de militantes do PAIGC é preso, por ordem de Sekou Touré. É necessária muita sagacidade política do líder do partido, Amílcar Cabral, para que a liberdade dos militantes seja conseguida, para conquistar a confiança dos actores políticos do país e para convencer os líderes de que os inimigos do PAIGC identificam-se com os adversários do então governo. A opção da Guiné Conakry de apoiar o então ainda PAI tem lugar em 1960. É nesse mesmo ano que o partido aí instala oficialmente uma delegação externa.

No que se refere ao Senegal, são precisos seis anos para Amílcar Cabral vencer a hostilidade do governo de Senghor. Como o próprio líder do PAIGC afirma, «Six années durant, nous avons affronté l'hostilité du Sénégal jusqu' à ce que les autorités reconnaissent notre parti. Ce fut une grande victoire de notre lutte. Vous pouvez donc imaginer le combat mené» (Fonte 1, pag. 55).

Amílcar Cabral refere-se assim às duas vitórias diplomáticas: «Dans les conditions concrètes de la vie du peuple de notre pays, il ne serait pas possible

As posições do PAIGC, da ONU e de Portugal antes e durante o conflito (Fonte 8)

	Antes do conflito	Durante o conflito
PAIGC	<p>Recusa o colonialismo. Exige a independência da Guiné Bissau e de Cabo Verde. Defende que Portugal não representa os interesses daqueles povos. Propõe a transferência pacífica do poder. O inimigo é o sistema colonial e, não, o povo português. A libertação dos povos africanos, do colonialismo, seria também a libertação do povo português, do fascismo.</p>	<p>Recusa, juntamente com outros movimentos e países africanos, todas as propostas que não sejam as de autodeterminação e independência. A sua luta não se insere na de qualquer bloco, seja comunista ou capitalista.</p> <p>Continua a propor a transferência pacífica do poder.</p> <p>Acusa Portugal de usar napalm e bombas de fósforo branco, contra as populações civis.</p> <p>Alerta para os riscos de uma independência branca.</p> <p>Após a ONU aceitar o convite de visitar a Guiné, rotula os membros do Conselho de Segurança de «Companheiros de Luta», compara os combatentes aos capacetes azuis na defesa da Humanidade e chama-lhes «soldados anónimos da causa das Nações Unidas».</p>
ONU	<p>As colónias portuguesas são uma questão da competência da ONU e, não, apenas um assunto interno de Portugal.</p> <p>Defende a Autodeterminação, a Democracia e o Desenvolvimento.</p>	<p>Esgrime com Direitos Humanos, Paz e Segurança Internacionais. Acusa Portugal de repressão e acção armada em violação dos direitos e liberdades fundamentais dos povos dos «territórios administrados por Portugal». Em breve muda essa designação para «territórios dominados por Portugal». O discurso atinge proporções máximas quando chama à acção de Portugal «crime contra a Humanidade»</p>
PORTUGAL	<p>Recusa as propostas de independência feitas pelos movimentos de libertação, nomeadamente o PAIGC. Nega que possua colónias. Rotula-as de províncias ultramarinas, apesar do Acto Colonial.</p> <p>Recusa autoridade à ONU para se imiscuir no que chama «assuntos internos de Portugal». Ficou célebre o discurso de Salazar na ONU a 12 de Agosto de 1963, intitulado «Vamos lá ver se nos entendemos». Decididamente, não foi entendido.</p>	<p>Os Movimento de Libertação são «terroristas». Portugal é vítima e, não, provocador da guerra. As resoluções da ONU visam «criar uma atmosfera internacional favorável ao desmembramento» de Portugal.</p> <p>A presença portuguesa subordina-se a valores como os do trabalho, humanismo cristão e missão civilizadora.</p> <p>A comunidade portuguesa tem feição euro-africana. A posição da ONU resulta de intenções destrutivas dos comunistas em relação ao ocidente; e é também resultado da defesa de interesses de alguns países ocidentais, que poderia confundir-se com deserção. Tudo se resumia à competição entre a Rússia, os EUA e a China.</p> <p>A libertação dos africanos não expressava a vontade dos mesmos.</p> <p>Propõe «pactos de não agressão com os países contínuos como garantia de relações de boa vizinhança com os territórios africanos de Portugal», que são recusados pela ONU.</p> <p>Propõe discutir questões como cooperação regional, paz e segurança internacionais. Proposta recusada pela ONU, que prefere discutir a questão da autodeterminação.</p>



Não encontramos um corpo diplomático no PAIGC, apesar da intensa actividade a esse nível. O partido é, antes de mais, uma estrutura militar. O próprio Secretário-Geral empenha-se em deslocar-se pessoalmente aonde seja necessário.

Foto: Cortesia da Agência Noticiosa Lusa.



Dr. M. S. ...
...
...
...
...

Dr. M. S. ...
...
...
...
...

Dr. M. S. ...
...
...
...
...

de mener notre lutte – il faut le dire clairement – si nous n'avions pas obtenu ces victoires sur le plan extérieur, surtout dans ces deux pays voisins, et en particulier en République de Guinée» (Fonte 1, pag. 55).

Outros países

É importante registrar que a diplomacia do PAIGC assenta na personalidade do líder. Este é sempre considerado como *pivot* daquela actividade na organização. Aliás, o investigador Mustafah Dahda fornece-nos uma lista de países visitados por Amílcar Cabral ao serviço do PAIGC, assim como o número de viagens por cada país. Lista da qual podemos tirar informações interessantes (Fonte 9, pages 172 a 180).

Quais são os países mais visitados por A. C. no seu périplo diplomático? Corresponderão essas visitas a apoios firmes e declarados? Façamos o exercício que se segue. Vejamos os valores absolutos, que nos dizem que 9 países lideram os programas de visitas:

Senegal = 11 visitas
União Soviética = 9
Argélia = 7
Guiné Conakry = 6
Suécia = 5
Cuba = 4
Egipto = 4
Etiópia = 4
Marrocos = 4

E qual a importância de cada continente nos planos de deslocações de Amílcar Cabral? Vejamos os países mais visitados de cada um.

África

Senegal = 11
Argélia = 7
Guiné Conakry = 6

América

Cuba = 4
EUA = 3

Ásia

Japão = 1
China = 2
Coreia do Norte = 1

Europa

União Soviética = 9
Suécia = 5
França e Reino Unido = 3

O *ranking* parece ser: África, Europa, América, Ásia. Mas tendo em conta o conceito de «Frentes» transmitido por Manuel Delgado, sabemos que estas eram 3, para o PAIGC. A Frente Africana, a Frente Socialista e a Frente Ocidental, correspondendo a divisões ideológicas: Anticolonialista Africana; Socialista; Capitalista e Social-Democrata. Assim sendo, como se distribuem as visitas pelas Frentes, tendo em conta apenas os países mais visitados em cada uma delas?

Frente Africana

Senegal = 11
Argélia = 7
Guiné Conakry = 6

Frente Socialista

União Soviética = 9
Cuba = 4
China e Jugoslávia = 2

Frente Ocidental

Suécia = 5
EUA, Finlândia e França = 3
Itália e Finlândia = 2

Neste caso o *ranking* parece ser: Frente Africana, Frente Socialista, Frente Ocidental. O número de visitas a cada um dos países citados acima, demonstra o empenho de Amílcar Cabral em obter apoio

para a causa do PAIGC, mas a conclusão é que aquele não revela a importância do apoio dado por cada um. Por exemplo, o apoio dado pela Guiné Conakry é de longe muito mais importante do que as seis visitas diplomáticas podem deixar adivinhar. Neste estudo devemos ter também em conta que muitos países há que mantêm o seu apoio secreto, para não porem em causa a sua posição relativamente a países mais fortes, de quem dependem e que são adversários do PAIGC. Luís Cabral (Fonte 10) recorda-se do seguinte episódio: após a visita da delegação da ONU à Guiné Bissau, onde é confirmado o domínio, por parte do PAIGC, de 2/3 do território, é sugerido a Amílcar Cabral discursar perante a Assembleia das Nações Unidas, ao invés de discursar apenas perante o Comité de Descolonização. Mas como a aceitação por parte da Assembleia Geral tem de ser sujeita a votação, Amílcar recusa a proposta, justificando-se perante os seus companheiros com o argumento de que queria evitar **embaraçar países que demonstram a sua solidariedade para com o PAIGC, mas que não podem declará-lo, e que são obrigados a votar «não».**

Posto isto, vejamos então alguns dos países que dão os apoios mais significativos ao PAIGC, a nível militar e humanitário, tendo em conta que todos os países citados e muitos dos não referidos aqui, dão o seu apoio político. Este consiste fundamentalmente em dois tipos: Promover encontros dos elementos do PAIGC com personalidades internacionais no seu território; e ajudar o PAIGC a «fazer corredores» em defesa da sua causa.

Frente Africana

Marrocos (4 visitas): Primeiro país a fornecer armas ao PAIGC. Marrocos tinha já dado um apoio determinante à formação da CONCP (Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas). A fundação foi a 18 de Abril de 1961 em Casablanca.

Um dos objectivos desta organização é alargar as possibilidades de obter apoios internacionais para a causa das independências.

Argélia (7 visitas): Este país é um dos mais activos na concessão de treino militar e armamento.

Guiné Conakry (6 visitas): Este é nitidamente um caso em que o número de visitas não revela a importância da ajuda. A Guiné Conakry é fundamental como um dos dois países vizinhos da Guiné Bissau, alberga o Secretariado Geral do PAIGC e é uma das portas de entrada de armas e outros apoios.

Senegal (11 visitas): Este é um caso semelhante ao da Guiné Conakry. Sendo o outro país vizinho, o Senegal desempenha um papel semelhante ao da Guiné Conakry no que respeita a ser uma porta aberta.

Tunísia (3 visitas): Em 1960 o PAIGC participa pela primeira vez nas conferências pan-africanas em Túnis, onde se junta formalmente à Frente Revolucionária Africana para a Independência Nacional das Colónias Portuguesas (FRAIN), participando no delineamento de uma estratégia unitária. Mais tarde a organização vem a chamar-se CONCP, Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas.

Frente Ocidental

Suécia (5 visitas): Primeiro país ocidental a conceder apoio e aquele cuja contribuição é mais importante. O apoio consiste em ajuda humanitária, tal como medicamentos e alimentos, assim como ajuda monetária. É Olaf Palme, Primeiro Ministro, a personalidade que lidera a ajuda sueca.

Grã-Bretanha (2 visitas): Será este um dos países de ajuda encoberta?

Itália (2 visitas): Proporciona apoio político, permitindo que o seu território seja palco de troca de ideias entre os pensadores nacionalistas, como aconteceu na Conferência de Solidariedade com os Povos das Colónias Portuguesas.

França (3 visitas): A França é tida como apoiante de Portugal e hostil ao PAIGC. Será assim? Na realidade vota com Portugal nas instituições internacionais. Mas, por outro lado, recusa-se a entregar militantes do PAIGC, inclusivamente Amílcar Cabral, às autoridades portuguesas, quando os prende. Será a França um dos países que Amílcar Cabral não quer embaraçar na ONU?

Frente Socialista

URSS (9 visitas): Este país dá um largo apoio militar em treino e armas, assim como apoio político.

Cuba (4 visitas): Fundamentalmente apoio militar em treino, supervisionado pessoalmente por Che Guevara, armamento, participação directa na guerra, e bolsas de estudo. O apoio militar de Cuba reveste-se de alguma particularidade, pelo

facto de militares cubanos combaterem integrados nas forças do PAIGC, na Guiné.

China (2 visitas): Este país é o primeiro a conceder apoio militar, respeitante a treino e formação política.

Alemanha Democrática (1 visita): Este é também um exemplo de o número de visitas não reflectir a importância dos apoios. A Alemanha Democrática dá muito apoio militar e educacional ao PAIGC.

De uma maneira ou de outra, muitos são os países envolvidos no apoio ao PAIGC, quer tenham sido visitados oficialmente por Amílcar Cabral ou não. Esse apoio é político, militar, médico, alimentar, educacional (materiais de estudo e bolsas), de consumo diverso, e outros nunca especificados. Mustafah Dhada (Fonte 9, pags. 180 e 181) apresenta a seguinte lista de países cooperantes: Alemanha Democrática, Argélia, Brasil, Bulgária, Checoslováquia, China, Congo, Dinamarca, Egipto, Finlândia, França, Gana, Grã-Bretanha, Guiné Conakry, Holanda, Hungria, Índia, Jugoslávia, Marrocos, Mauritânia, Nigéria, Noruega, Polónia, Senegal, Suécia, Tanzânia, União Soviética, Vietname do Norte, Zâmbia.

Organizações Várias

De acordo com Mustafah Dhada (Fonte 9, pag 181), o PAIGC recebe ajuda de várias organizações (*aid agencies*) identificadas, assim como de algumas anónimas, consistindo fundamentalmente em ajuda monetária e educacional. Refira-se que, segundo Luís Cabral (Fonte 10), muitos países hostis ou simplesmente

não colaborantes têm ONG e partidos de cor política oposta à dos governos, que contribuíram para o PAIGC.

Outras organizações, estas políticas, com que o PAIGC se envolve, são a CONCP, à qual pertence (e que já foi referida anteriormente) e diversos partidos dispostos a colaborar, africanos, asiáticos e europeus, tais como o SPD alemão, o Partido Comunista da URSS e o Partido Comunista Português. Nunca esquecendo que a luta entre os blocos não é a sua luta e que os Comunistas portugueses visavam o combate ao fascismo e, não, ao colonialismo.

Igrejas

O PAIGC não descarta o apoio da igrejas cristãs nas suas relações diplomáticas. A grande vitória relativamente à Igreja Católica é quando o Papa Paulo VI concede uma audiência ao líder do PAIGC,

Fontes de Informação

O recurso às fontes de informação está rigorosamente assinalado ao longo do texto, através do número da fonte atribuído de acordo com esta tabela, e também da página de onde a citação foi extraída, no caso das fontes escritas. A tabela foi elaborada segundo a sequência de utilização das fontes, no texto. Assim sendo, não reflecte qualquer hierarquia relativamente aos autores lidos ou entrevistados.

- 1 - «Amílcar Cabral», por Mário de Andrade, Petite Collection Maspero, Paris, 1980.
- 2 - Entrevista a Manuel Delgado, ex-Residente, ex-Representante do PAIGC em França (de Setembro de 1974 a Maio de 1975) e actual jornalista do Expresso, 8 de Maio de 1998, Lisboa.

acompanhado do líder do MPLA e do Vice-Presidente da FRELIMO (Fonte 11). O acto do Papa segue-se à decisão do Vaticano de nomear Bispos negros para Angola e Moçambique, anunciada ao governo português em 10 de Março de 1970 (Fonte 12). A audiência aos líderes dos três movimentos nacionalistas africanos acontece em 1 de Julho do mesmo ano, logo após a realização da Conferência de Solidariedade com os Povos das Colónias portuguesas, em Roma, entre 27 e 29 de Junho (Fonte 11). A audiência causa muita polémica na Igreja e entre esta e Portugal, e projecta fortemente uma imagem positiva dos movimentos.

Por outro lado, o PAIGC consegue o apoio do Conselho Mundial das Igrejas, «de raiz cristã mas animado por protestantes», define José Pedro Castanheira (Fonte 13). Luís Cabral (Fonte 10) esclarece que a ajuda desta

organização sediada nos EUA é muito importante no que se refere à criação e manutenção de barreiras sanitárias para proteger as populações das zonas libertadas. Um bom exemplo são as vacinas que são fornecidas para esse fim.

Em jeito de desafio ...

Esta foi uma tentativa de compreender, de forma sistematizada, a actividade diplomática do PAIGC durante a resistência, tão frutuosa mas infelizmente muito pouco estudada ainda. Um projecto gigantesco, idealizado por um caboverdeano que aprendeu com o seu povo a desenvolver uma infinita capacidade de sobrevivência. Mas, surpreendentemente, quase não há fontes escritas pelos protagonistas. Quando irão eles registar as suas memórias sobre este e outros temas? É urgente escrever a História, sob pena de as gerações seguintes não poderem herdá-la.

- 3 - «Quem mandou matar Amílcar Cabral?», de José Pedro Castanheira, Editora Relógio d'Água, Lisboa.
- 4 - Enciclopédia Colliers, Vol. 8, Editora Crowell-Collier Educational Corporation, EUA, 1971.
- 5 - Enciclopédia Visum, Vol. 4, Editora Verbo, Lisboa, sem data.
- 6 - Dicionário Enciclopédico Koogan-Larouse, Vol. 1, Editora Larouse do Brasil, Ltd., Rio de Janeiro, 1978.
- 7 - «A independência da Guiné-Bissau e a descolonização portuguesa», de António E. Duarte Silva, Coleção Textos/30, Edições Afrontamento, Porto, 1997.
- 8 - «O litígio entre Portugal e a ONU (1960-1974)», de António E. Duarte Silva, in Análise

- Social, Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- 9 - «Warriors at work - How Guinea was really set free», de Mustafah Dhada University Press of Colorado, EUA, 1993.
- 10 - Entrevista a Luís Cabral, fundador do PAIGC e ex-Presidente da Guiné-Bissau, 15 de Maio de 1998, Miraflores, Portugal.
- 11 - «A amiga italiana de Cabral», de José Pedro Castanheira, in Revista Expresso, 22/2/97, Portugal.
- 12 - «Segredos de uma audiência», de José Pedro Castanheira, in Revista Expresso, 15/7/95, Portugal.
- 13 - Entrevista a José Pedro Castanheira, Jornalista do Expresso 14/5/98, Sede do Expresso, Portugal.

A Manuel Delgado, José Pedro Castanheira e Luís Cabral (por ordem cronológica das entrevistas), muito obrigada pela disponibilidade de tempo, pelas obras emprestadas e/ou referenciadas, e pelo empenho em contribuir para este pequeno trabalho.

A António Duarte Silva e Mustafah Dahda a minha admiração pelos excelentes trabalhos de investigação, que tão úteis me foram.

Embora não esteja particularmente citada no texto, Ana Paula Fernandes, Licenciada em Relações Internacionais e Mestranda do

6.º curso de Desenvolvimento Económico e Social de África do CEA, ISCTE, deu um apreciável contributo para este estralho, em ideias, assim como em indicação e empréstimo de obras, respeitante ao enquadramento das actividades diplomáticas dos Movimentos de libertação no contexto das Relações Internacionais, pelo que aqui ficam os meus agradecimentos também.

Last but not least, a minha gratidão vai, do mesmo modo, para Corsino Tolentino, ex-Combatente, ex-Ministro da Educação de Cabo Verde e presentemente Diplomata; e para Elisa Andrade, ex-Com-

batente e actualmente investigadora, que me puseram na direcção certa.

Aproveito também para realçar a importância dos conhecimentos que me foram transmitidos na disciplina de Relações Internacionais e dos que me têm sido transmitidos neste Mestrado em geral.

Ao ter a oportunidade de realizar este trabalho, desejei estar a contribuir um pouco, como cabo-verdeana, para que a História recente de Cabo Verde seja investigada e contada.

Colapso Estatal em África O caso da Somália



Por António Balhanas

Durante a Guerra Fria, graças ao apoio das superpotências,⁽⁴³⁾ observou-se a sobrevivência de Estados artificiais, os quais não possuíam nem base social de apoio, nem legitimação popular. Nos anos 90, assistiu-se ao colapso de alguns destes Estados, que se desagregaram assim que desapareceu o apoio externo e aumentaram as exigências, não só sociais como também de boa governação, tendo estas como móbil o desenvolvimento económico. Este trabalho tem como objectivo analisar o que foi o colapso estatal na Somália. Analisar o processo que lhe deu origem, dando maior protagonismo aos actores internos, não descurando no entanto o *environment* internacional. A análise

vai basear-se de forma sucinta em três períodos: pré-colonial, colonial e pós-colonial, tentando identificar continuidades e rupturas que tenham criado disfunções que possam ter contribuído para o processo degenerativo que conduziu ao colapso estatal.

Colapso estatal

O colapso estatal verifica-se quando a estrutura, a autoridade, o poder legítimo, a lei e a ordem política desaparecem, deixando uma sociedade civil sem capacidade para preencher o vazio. As estruturas da ordem legítima devem então ser reconstituídas de alguma forma, nova ou antiga. Só que, por vezes, este imperativo conduz à anarquia, podendo

também, no entanto, devolver a legitimidade a grupos locais. O desaparecimento do Estado relaciona-se intimamente com a quebra da coerência social a um nível extensivo, devido ao facto de a sociedade civil não ter capacidade de criar, **agregar e articular os suportes** e as exigências que são as fundações do Estado. Sem o Estado a sociedade desagrega-se e sem estruturas sociais, o Estado não pode sobreviver⁽⁴⁴⁾.

No caso da Somália, o colapso estatal assumiu a seguinte forma: o governo perdeu a capacidade de exercer a sua autoridade legítima sobre o território, algumas regiões decompuerem-se ou escaparam ao controlo central,⁽⁴⁵⁾ enquanto outras se mantiveram sob o

⁽⁴³⁾ Tendo como objectivo o favorecimento da estabilidade e da soberania.

⁽⁴⁴⁾ William Zartman, «Introduction: Posing the Problem of State Collapse», in I. William Zartman, ed, *Collapsed States: The Disintegration and Restoration of Legitimate Authority*, Boulder, Lienne Reiner, 1995.

⁽⁴⁵⁾ O caso paradigmático foi o do norte da Somália, que tentou a secessão, declarando a independência sob o nome de República da Somalilândia, que contudo não foi reconhecida internacionalmente.



O conflito de base era entre milícias, clãs e subclãs antagônicos, estruturados em organizações rivais que se enfrentavam para conquistar territórios e recursos.

Foto: Cortesia da Agência Noticiosa Lusa.

controlo do governo. O colapso estatal aqui, iniciou-se com a perda gradual de capacidade do regime relativamente à satisfação de exigências dos vários grupos sociais, devido à falta de recursos. A insatisfação, bem como a oposição, aumentaram, levando à escalada do emprego das forças de segurança, por parte do regime, com o intuito de manutenção da ordem. O que conduziu a uma degeneração social de uma ordem tal, que a sociedade não conseguiu reconstruir uma fundação coerente para o Estado. O corolário foi o colapso estatal, implicando uma retracção do espaço político e económico, o desaparecimento da autoridade central e a disseminação do poder.

O colapso estatal de facto, deu-se com a destituição de Siad Barre em Janeiro de 91. Assistiu-se a um vazio de instituições legítimas que foi preenchido de várias formas em diversas regiões. A ausência de lei, a anarquia e a fome foram mais profundas no sul, incidindo na área entre os rios Juba e Shebele, bem como na capital Mogadíscio, onde nenhum grupo era dominante. No centro e nordeste, o *Somali Salvation Democratic Front* (SSDF) tinha uma maior base de apoio e limitou o saque e a fome. No noroeste, o *Somali National Movement* (SNM) obteve o controlo e proclamou a independência da antiga colónia britânica como República da Somalilândia, a qual não obteve reconhecimento

internacional. Os incidentes mais dramáticos verificaram-se na área entre Kismayu, Mogadíscio e Belet Weyn. Neste triângulo, a violência processou-se a dois níveis: o conflito de base era entre milícias, clãs e subclãs antagônicos, estruturados em organizações rivais que se enfrentavam para conquistar território e recursos. E o saque e o banditismo, perpetrado por grupos de adolescentes conhecidos por *mooryaan*. Estes bandos aterrorizavam as áreas rurais e as cidades em veículos equipados com armas pesadas. O seu objectivo principal era o saque e não estavam ligados politicamente a nenhum grupo⁽⁴⁶⁾. Era esta a situação que se observava após o desaparecimento do Estado.

⁽⁴⁶⁾ Mohamed Shanoun, *Somalia: the Missed Opportunities*, USIP Press, Washington D. C., 1995.

Anatomia do colapso estatal

21 de Janeiro de 1991, marcou o fim do regime de Siad Barre e de uma era, sem contudo se ter organizado uma nova. O Estado somali foi uma criação artificial e frágil, não só por ser extremamente dependente de recursos externos, como também por ter um equilíbrio precário sobre uma sociedade descentralizada e fraccionada. O colapso do Estado ficou a dever-se em grande parte à interligação destes elementos, mas também às políticas divisivas e destrutivas conduzidas por Siad Barre. Tudo isto influenciou a que não existissem grupos políticos de base que pudessem assumir a sucessão. Como tal, a competição entre facções e a consequente anarquia encheram o vazio. Com o colapso do Estado na Somália passou a existir um estado de natureza hobbesiano, sem lei nem instituições que regulassem as relações entre grupos e protegessem os cidadãos. O estado de anarquia e violência que se instalou impediu a produção económica bem como a distribuição de alimentos, conduzindo desta forma a uma crise alimentar que matou milhares de indivíduos.

Evolução do Estado somali

Para se compreender a complexidade da crise de 1992, é necessário traçar a evolução da moderna Somália, à luz do passado, enfatizando a sociedade, a economia e a cultura.

De ressaltar que o Estado somali foi uma criação erigida pelas potências coloniais sobre uma sociedade predominantemente pastoril, descentralizada e de subsistência. A cultura somali tem um complexo sistema de normas éticas que regulam os comportamentos que, por sua vez, têm ligação com as exigências de uma forma de vida pastoril de subsistência.

As formações sociais somalis de subsistência caracterizam-se pela interpenetração entre a produção económica, a política e a cultura. A produção de pequena escala para consumo faz-se no *rer* (agregado doméstico). Como tal, as normas políticas e os valores culturais ligam-se às estruturas económicas através da ideologia do parentesco, criando desta forma uma teia de instituições sociais, económicas e políticas interligadas. Como resultado, a inclusão de um indivíduo numa destas engloba-o automaticamente nas outras. Esta estrutura permitiu aos somalis assegurarem a sua reprodução nas difíceis condições do nordeste africano⁽⁴⁷⁾.

A ideologia do parentesco tinha dois elementos centrais, a consanguinidade e a *heer*. A primeira era um produto das ligações genealógicas reforçadas por um sistema patrilinear centrado num antepassado comum real ou imaginário⁽⁴⁸⁾. Os somalis dividem-se em vários clãs – O Saab, o Irir e o Darod. Cada um destes tem

sub-famílias que se segmentaram em inúmeras linhagens, até atingirem o *rer*. A maior parte dos clãs eram geograficamente dispersos e ocupavam territórios descontínuos. A solidariedade clânica era mantida em parte pelas instituições dos «pactos de sangue» – a *diya* – onde a linhagem tinha obrigações colectivas de honrar certas dívidas e reparar os erros com as consequentes restituições. A estrutura clânica foi reforçada com o acesso e a posse comunal do gado, por parte da família, o que é extremamente importante visto ser este o principal bem económico. Esta Sociedade acéfala era altamente igualitária e democrática, mas também bastante susceptível à rivalidade interclânica.

O segundo aspecto do parentesco era a *heer*. As instituições políticas pré coloniais promoveram um misto de democracia, igualdade e anarquia. A «base legal» da política tradicional assentava na *heer*. Esta era um contrato informal através do qual a sociedade somali resolvia as suas disputas legais e políticas, ou seja, esta era a base das sanções políticas somalis. Um pacto de *heer* podia ser lançado por grupos de linhagens⁽⁴⁹⁾.

Estes pactos eram institucionalizados por assembleias, denominadas *shirs*, as quais tinham o poder de declarar a guerra e fazer a paz. Teoricamente todos os homens podiam participar nas suas delibera-

⁽⁴⁷⁾ Terrence Lyons, Ahmed Samatar, Somalia: State Collapse, Multilateral Intervention, and Strategies for Political Reconstruction, Brookings Occasional Papers, Washington D. C., 1995.

⁽⁴⁸⁾ O sentido de pertencerem a uma comunidade distinta com uma herança e um destino comuns, tem as suas raízes na crença de que todos os somalis descendem do mesmo «pai fundador», Samaale, a partir do qual a esmagadora maioria traça a sua origem genealógica. A genealogia constitui assim, o coração do sistema social somali e é a base da predilecção colectiva pelas fissuras e conflitos seccionários internos, reflectindo-se ainda ao nível do pensamento e da acção entre os somalis.

⁽⁴⁹⁾ Os acordos de *heer*, incorporavam famílias do mesmo clã, bem como grupos aliados de outros clãs. Regiam-se pela lei islâmica, mas também tinham regulamentação própria que determinava as compensações a atribuir em caso de homicídio, ferimento ou calúnia.

ções, e a participação democrática era promovida só para estes⁽⁵⁰⁾. Na prática, as assembleias *shir* eram dominadas por homens que fossem ricos, detivessem capacidades oratórias, conhecimentos religiosos ou tivessem praticado actos heróicos. No entanto, este *status* derivado ou da riqueza ou da sabedoria não lhes conferia direitos ou privilégios especiais, pois todos os homens eram conciliadores ou políticos⁽⁵¹⁾. Aqui a participação democrática era largamente consolidada com o valor da liberdade individual. A igualdade estava igualmente integrada nos valores democráticos somalis, pois no *shir* todos os homens tinham o direito de participar. A *praxis* somali de normas democráticas e a rejeição da dominação criaram de certa forma, uma tradição de anarquia. Esta porém, não significa desordem, mas sim, a falta de institucionalização da autoridade⁽⁵²⁾. Encontramos aqui ao mesmo tempo, um espaço político multidimensional, centrípeto, centrífugo e multipolar que se divide em vários espaços, o espaço doméstico, o da aldeia e o da soberania⁽⁵³⁾. Com a chegada do Islão, no século VIII, a *heer* foi reforçada em várias dimensões. Este, introduziu uma moral nova na cultura somali ao exigir que todos os crentes se vissem

como membros de uma larga fraternidade, e se comprometessem em praticar o bem neste mundo para assegurarem a sua salvação. O destino ofereceu aos somalis um caminho adicional para expandirem e fortalecerem os antigos modelos de comportamento. A simbiose entre a *heer* e o Islão estipularam novos valores como a integridade e a piedade, os quais ajudaram à aceitação do processo de participação no dia a dia. A economia pastoril somali orientada para a comunidade, na sua produção e nas relações de parentesco juntamente com os princípios islâmicos definiram o quadro de referência da vida política e cultural.

Imperialismo e divisão

Este sistema sofreu distorções assim que foi introduzida a produção para o mercado internacional. Com o colonialismo, as tradições somalis forma-se desligando das forças sociais e culturais e a história da Somália mudou de trajectória⁽⁵⁴⁾. A Grã-Bretanha, contentou-se em extrair recursos utilizando o seu sistema de *indirect rule* no norte, ao passo que a Itália estabeleceu uma colónia de fixação, enviando inúmeros colonos, impondo no sul um administração directa que introduziu os aspectos mais brutais

do fascismo. A introdução das poderosas forças do mercado internacional conduziu à corrosão da antiga ordem moral somali. O fim do período colonial, originou uma grande disparidade entre a lógica interna com as exigências de uma estrutura social adaptada a uma sociedade pastoril e descentralizada, face a um estado alienígena e artificial orientado para o sistema de mercado mundial.

Descolonização e pós-independência.

O Estado pós-colonial, apesar do seu nacionalismo, manteve as características do seu antecessor. A geração que conduziu à independência formou-se «à sombra» do colonialismo britânico e italiano. Os líderes dos movimentos viram surgir a oportunidade de conseguirem lugares pessoais lucrativos nas novas estruturas (particularmente no Estado) passando para segundo plano a oportunidade de construir novas estruturas públicas capazes de enfrentar os grandes desafios que se lhes deparavam⁽⁵⁵⁾. Cada segmento do que se iria tornar o bloco de poder (comerciantes, artesãos, burocratas e elementos religiosos literatos) estava mais preocupado com as vantagens pessoais do

⁽⁵⁰⁾ Embora as mulheres desempenhassem um importante papel ao nível familiar, não participavam publicamente na assembleia *shir*.

⁽⁵¹⁾ Laitin, David, Samatar, Said, 1987, *Somalia Nation in Search of a State*, London, Gower Publishing Company Limited, pp. 42.

⁽⁵²⁾ Os clãs Samaale eram acéfalos. Apesar de alguns *shirs* elegerem um sultão (*suldaan*, *boqor* ou *garaad*), ou homens religiosos (*wadaads*), estes não tinham nem poder, nem autoridade especiais. Não é difícil de constatar a falta de uma autoridade institucionalizada em culturas nómadas, mas mesmo entre os agriculturalistas do sul da Somália, existe um ênfase menor no papel formal da autoridade do que noutras sociedades agrícolas. No entanto, apesar de o sistema ser mais hierárquico no sul, deve ser visto à luz do sistema mais anárquico do norte.

⁽⁵³⁾ Sardan, J. P. Olivier, *Séniorité et Citoyenneté en Afrique Pré-coloniale*, 1994, in *Communications*, n.º 59, pp. 166-131.

⁽⁵⁴⁾ Em 1886, os britânicos assinaram acordos formais com os representantes dos maiores grupos somalis, no sentido de tornarem a Somália do norte num protectorado. Este servia unicamente como fonte de abastecimento de carne a Adem que era um posto vital de contacto com a jóia da coroa. Os franceses chegaram à região na mesma altura e compraram concessões e criaram a Somalilândia francesa (actualmente Djibouti), foram atraídos pelas riquezas da Etiópia e também para arranjar um porto de escala a caminho da Indochina e de Madagáscar. Os italianos estabeleceram a sua colónia em 1893, desejosos de grandeza imperial. O imperador Menelik da Etiópia expandiu o seu estado para leste e ocupou o Ogaden no princípio do século. Finalmente a autoridade colonial britânica reclamou território habitado por somalis no nordeste do Quénia e incorporou-o neste país. Os primeiros nacionalistas somalis opuseram-se a esta partilha histórica e tentaram unir estes cinco territórios num único estado, a Grande Somália.

⁽⁵⁵⁾ Davidson, Basil, *The Black Man's Burden: Africa and the Curse of the Nation-State*, James Currey, Oxford, 1994, chapter VI.

que com as difíceis questões económicas e de desenvolvimento que se deparavam à Somália.

Uma das primeiras questões que se levantaram foi a natureza da unificação entre as somalilândias britânica e italiana. Os políticos do sul ficaram com a parte de leão, ocupando os melhores cargos⁽⁵⁶⁾. Naturalmente os políticos do norte não ficaram contentes, suspeitavam que toda a região norte iria ser descurada. Como resultado destas suspeições (e também por ambição pessoal) um grupo de jovens

oficiais formados durante a administração britânica tentou conquistar as maiores cidades da região em Dezembro de 1961. A revolta foi controlada mas deixou inúmeros resquícios que foram despoletando ao longo dos anos.

Apesar das desigualdades regionais, o sistema político após a independência descurou os interesses de muitos somalis, enquanto os membros do regime e a sua rede clientelística perseguiram os seus interesses pessoais. Deslumbrados com a facilidade de obtenção de ajuda externa para

resolver défices e apoiar planos de desenvolvimento, descuraram os sectores produtivos da economia e esqueceram simplesmente as necessidades da população. O Estado era visto como o lugar estratégico para assegurar o enriquecimento pessoal, o que levou à criação de uma plêiade de partidos políticos⁽⁵⁷⁾. Estes apareciam nas vésperas das eleições e desapareciam logo a seguir (mesmo que tivessem ganho lugares na assembleia nacional), o que se tornou um elemento caracterizador da democracia liberal somali⁽⁵⁸⁾.

⁽⁵⁶⁾ Entre eles os de: Presidente, Primeiro Ministro, mais de 2/3 dos principais postos governativos e ainda os dois postos mais elevados do Exército e da polícia.

⁽⁵⁷⁾ Sendo que os partidos políticos eram vistos como uma forma de aceder ao poder. Nas primeiras eleições após a independência, realizadas em 1964, concorreram 18 partidos, de ressaltar que surgiram acusações de fraude e corrupção. Somente três partidos tinham implantação nacional, o Somali Youth League (SYL), o Somali National Congress (SNC) e o Somali Democratic Union (SDU).

⁽⁵⁸⁾ Bem exemplificativo é o caso das eleições de 1969, mais de 60 partidos perfilaram 1000 candidatos para 122 lugares. Afim de garantir a vitória o SYL, nomeou para primeiro ministro Ibrahim Egal que era líder do partido, violando a estabelecida separação de poderes dentro do partido. Esta acção criou a percepção pública que I. Egal e a sua *entourage* fariam tudo para ganhar. O regime depauperou o tesouro nacional em 5 milhões de dólares a comprar votos e pressionou o chefe da polícia nacional a colocar à sua disposição tropas e logística. Finalmente, as leis eleitorais foram revogadas da representação proporcional para *winner takes all*, uma inovação que serviu perfeitamente o partido do regime.

O saque e o banditismo perpetrado por grupos de adolescentes conhecidos por *rooryaan*. Estes bandos aterrorizavam as áreas rurais e as cidades em veículos equipados com armas pesadas. O seu objectivo principal era o saque e não estavam ligados politicamente a nenhum grupo.

Foto: Cortesia da Agência Noticiosa Lusa.



Nesta procura por proveitos, os assuntos nacionais ou locais passavam para segundo plano, sendo muito raramente discutidos. Cada candidato, para ganhar, identificava a sua campanha com interesses de subclãs. Estas tácticas aceleraram o desmembramento do que restava das regras de parentesco e islâmicas, provocando a expansão do clanismo. Cada novo deputado preocupava-se em cobrir as despesas da sua campanha e também em assegurar um lugar favorável face à distribuição de poder e inerentes privilégios. O Parlamento transformou-se num «mercado sórdido», que simplesmente não prestava atenção às necessidades da população⁽⁵⁹⁾. Consequentemente a Somália tornou-se num partido-Estado. Os primeiros nove anos de independência não conseguiram criar um Estado apto e responsável para enfrentar os desafios que eram colocados à sociedade somali.

Siad Barre e a destruição do Estado somali

O descrédito em que caiu o sistema democrático parlamentar, juntamente com o assassinato do Presidente Abdirasshiid Ali Shermaarke por um membro da força policial, levaram as forças armadas em 21 de Outubro de 1969, a intervir através de um golpe de Estado. Os líderes militares eram chefiados pelo general Siad Barre, organizados no *Supreme Revolutionary Council* (SRC), e tiveram o apoio popular. No início o SRC, teve a liberdade para agir e resolver assuntos que a ineficiência parlamentar

não tinha conseguido, tais como a selecção de uma ortografia para a língua somali, programas de alfabetização de adultos e a instalação de populações afectadas pela seca.

Em 1970, Siad Barre adopta o socialismo científico como guia ideológico do regime e ilegaliza as identidades tribais e clánicas. No entanto, a meio dos anos 70, o apoio ao SRC começou a diminuir, pois era claro que este não tencionava restaurar a Democracia. Verificava-se uma maior concentração do poder e de privilégios, bem como uma polícia secreta omnipresente que «disciplinava» aqueles que se opunham⁽⁶⁰⁾. A corrupção do SRC era exemplificada pelo próprio Siad Barre que transformou a veneração estatal pela revolução em culto da personalidade.

Apesar de tentar criar ideologias unificadoras através de campanhas contra o tribalismo ou de promoção do socialismo científico, Barre, construiu o seu poder através da manipulação dos clãs e da implementação da teoria clássica do «dividir para reinar». O seu regime dependia fortemente do apoio do clã Darod, particularmente dos subclãs Marehan, Dolbahnte e Ogaden⁽⁶¹⁾. A guerra com a Etiópia (1977-78) revelou as fragilidades da sua autoridade. Os líderes políticos em Mogadíscio, mesmo antes da independência, já insistiam no direito de autodeterminação para os somalis que habitavam a região do Ogaden, incidentes e apoio aos insurgentes marcaram as relações entre os dois países nas décadas de

60-70. Em 1977, Barre enviou as suas tropas julgando que lhe seria fácil capturar o Ogaden, devido não só à fragilidade pós-revolucionária da Etiópia, como também ao excelente apetrechamento do exército somali⁽⁶²⁾. O exército somali avançou bastante e chegou a ameaçar as cidades de Harar e Dire Dawa. No entanto o exército etíope, apoiado pelos soviéticos e reforçado com tropas cubanas contra-atacou e expulsou os somalis. A derrota removeu o nacionalismo pan-somali como ideologia de legitimação para o regime. A derrota do Ogaden causou também incompatibilidades entre clãs, bem como clivagens intraclánicas. O regime, com o intuito de manter a autoridade, passa a manipular as rivalidades entre os clãs e a apoiar uns em detrimento dos outros, bem como a utilizar de forma crescente a repressão, o que se tornou patente nos anos 80. À medida que o poder de Siad Barre sofria a erosão, crescia a força arbitrária do regime. Aquele, para se manter no poder, utilizava somente o terror e a manipulação das identidades clánicas⁽⁶³⁾.

Colapso económico

A economia entrou em crise ao mesmo tempo que a política entrou num cenário de violenta luta pelo poder. Cada uma das duas vertentes reforçava a outra. A economia sempre foi precária e dependente dos imprevistos da produção da pastorícia e dos camponeses. Até 1988, o gado representava mais de 80 % dos bens exportados. Contudo, o retorno aos produtores era pequeno.

⁽⁵⁹⁾ I. M. Lewis, *A Modern History of Somali: Nation and State in the Horn of Africa*, Boulder: Westview, 1985, pp. 204-206.

⁽⁶⁰⁾ Uma das primeiras vítimas deste poder arbitrário foram os generais Mohamed Ainanshe e Salad Gabeire, membros do SRC, executados em 1971.

⁽⁶¹⁾ De referir que Mohamad Siad Barre era membro do subclã Marehan.

⁽⁶²⁾ Graças ao generoso apoio soviético.

⁽⁶³⁾ David Laitin, Said Samatar, *Somalia: Nation in Search of a State*, Boulder, Westview press, Colorado, (1987), pp. 129-52.

Em 1986-87, os gastos governamentais para este sector rural vital variaram de 3 % em 1963 a 14 %. Grande parte destas alocações foram gastas em melhoramento de infraestruturas de mercado. A Somália tornou-se o país sub-saariano mais dependente da importação alimentar devido aos descuidos com a agricultura camponesa ⁽⁶⁴⁾.

Os anos 80, trouxeram uma alteração nos preços e também uma grande competição pelo mercado saudita ⁽⁶⁵⁾. O declínio no preço do petróleo, a internacionalização do mercado da carne e a ansiedade do Estado somali sobre a possibilidade de perder um mercado crítico conduziram a um declínio dos preços de exportação. Isto afectou não só as receitas do Estado como também os rendimentos dos produtores ⁽⁶⁶⁾. Esta situação significou a diminuição dos termos de troca dos produtores, lucros baixos para os comerciantes e falta de divisas para o Estado. Os mais afectados foram os produtores de gado, pois apesar de estarem bem adaptados às duras condições de vida do deserto, a volatilidade do mercado tornou esta actividade uma tarefa hercúlea.

Apesar da situação ser dramática a Somália teve também que se deparar com as intervenções do FMI e do BM, devido ao debilitante e enorme montante da dívida externa. A balança de pagamentos negativa, fraca produção e uma alta taxa de crescimento populacional (3,1 %), conduziram a Somália aos empréstimos externos. O FMI e o BM, concordaram com estes exercendo uma pesada condicionalidade. Em 1981 foi promulgado o primeiro Programa de Ajustamento Estrutural (PAE). O regime abriu-se ao investimento externo, como parte do acordado no PAE, o que atraiu investidores italianos para a indústria da banana ⁽⁶⁷⁾. A liberalização trouxe algum crescimento a este sector em estagnação. No entanto, os grandes beneficiários do *boom* da indústria da banana foram a investidora multinacional italiana ⁽⁶⁸⁾, os países importadores do médio oriente e os proprietários das plantações ⁽⁶⁹⁾.

As outras consequências da crise económica incluíram: uma taxa de inflação de 500 a 800 % anuais, total desaparecimento dos serviços sociais (incluindo a Educação) e o aumento astronómico do desemprego ⁽⁷⁰⁾.

A Somália captava grandes somas de ajuda, tanto em termos *per capita* como de percentagem do PNB (cerca de 25 %). No entanto, a dívida externa era enorme, tinha um dos maiores rácios dívida-PNB do continente (203 %), que se traduzia numa dívida *per capita* de 350 dólares, quando este rendimento se traduzia em 175 dólares ⁽⁷¹⁾.

Repressão e resistência ⁽⁷²⁾

Em 1978, após a guerra do Ogaden, verificou-se uma tentativa de golpe falhado, liderado por coronéis do clã Mijerteen. Naquilo que se viria a tornar um padrão, o regime lançou várias campanhas de repressão comunais contra este clã. Ataques a civis e destruição de bens comunais tais como poços e rebanhos ⁽⁷³⁾. Os exilados deste clã, criaram grupos armados de oposição que se vieram a unir na SSDF ⁽⁷⁴⁾.

Este padrão de alvejar clãs específicos manteve-se sobretudo no norte. Após 78, com a derrota, muitos ogadenis simpáticos de Barre, instalaram-se em território tradicionalmente ocupado pelo clã Isaq, o que veio criar antagonismo profundo entre estes. Isto veio reavivar a oposição do norte

⁽⁶⁴⁾ Esta situação deveu-se a duas razões: uma má coordenação da ajuda alimentar feita pelos países doadores e acções imprudentes do estado que favoreceram os consumidores urbanos em detrimento (ou à custa) dos produtores.

⁽⁶⁵⁾ A Arábia Saudita recebia mais de 90 % das exportações da Somália. Esta passa a ter que competir com países como a Austrália, o que foi um rude golpe num mercado que era quase um monopólio da Somália.

⁽⁶⁶⁾ Ver anexo A.

⁽⁶⁷⁾ Os italianos tinham iniciado esta cultura no período colonial, e esta tinha continuado a ser dominada por capital italiano mesmo nos tempos do estatismo.

⁽⁶⁸⁾ A De Nadai, o único exportador das bananas somalis e o único importador de inputs agrícolas. A dominação por esta do sector fez-se acompanhar por uma generalizada exploração do trabalho infantil.

⁽⁶⁹⁾ Abdi Samatar, «Structural Adjustment as Development Strategy in the Third World: Bananas, Boom, and Poverty in Somalia», *Economic Geography*, Vol 69 (1993), pp. 117-31.

⁽⁷⁰⁾ Segundo o Relatório do PNUD de 1988, A taxa de mortalidade infantil em 1987 era de 151 por 1000 nados vivos; o acesso a água potável cobria 11 % da população, a percentagem do orçamento destinado à educação era de 2 %.

⁽⁷¹⁾ Em 87-88, a ajuda externa cifrou-se em 360 milhões de dólares, do qual uma parte significativa se destinava aos refugiados. A dívida da Somália em 88, atingia 2137 milhões de dólares a maior parte a credores multilaterais e governos estrangeiros. O serviço da dívida em 1989 atingia 124 % das receitas de exportação.

⁽⁷²⁾ Ver anexo B.

⁽⁷³⁾ Assiste-se nesta fase à política de autêntica «terra queimada».

⁽⁷⁴⁾ Este movimento organizou-se sob a égide de um dos sobreviventes do golpe de 78, o coronel Abdullahi Yusuf. Este movimento operou como uma frente multiclânica, mas cedo foi afectado pelo faccionalismo e passou a ser um movimento baseado no clã Mijerteen. Em meados de 80 estava moribundo, devido à cooperação com a Etiópia que o impediu de ter o apoio popular.

face à longa disparidade regional ⁽⁷⁵⁾. O descontentamento surgiu com o insucesso económico, o colapso da legitimidade política e a repressão premeditada. Esta situação conduziu à formação do SNM ⁽⁷⁶⁾, cujo objectivo era destronar Barre pela força das armas. A resposta não se fez esperar, e assistiu-se a um «banho de sangue» ⁽⁷⁷⁾. Deu-se a destruição de Hargeysa, a segunda maior cidade da Somália, ataque à população civil Isaq. Assistiu-se ao colapso da lei e do estado central nesta região. Até ao fim de 1991 o governo ganhou o controle das cidades mas utilizou-o para perseguições e destruições, expulsando o SNM das cidades.

Com a desintegração do Estado nas regiões norte e centro, o caos e a luta entre clãs espalharam-se para o sul. Aparece aqui o SPM, constituído por membros do clã Ogaden ⁽⁷⁸⁾. A resposta do regime foi a habitual, a actividade insurgente cobria agora partes do médio e alto Jubba e o Banaadir.

O alvo seguinte do regime foi o clã Hawiye ⁽⁷⁹⁾. Este criou o USC ⁽⁸⁰⁾. O alastramento da resistência ao sul, fez com que o conflito civil se tornasse nacional e gerou as forças que eclipsaram as instituições estatais, levando ao colapso do Estado em 1991. Com o recuo da capacidade governamental os somalis procuravam a protecção e segurança das

suas linhagens e subclãs. Com a devastação no norte, o comércio do gado como base económica acabou. No sul a produção agrícola, devido à violenta anarquia, declinou. Com isso a base financeira do Estado e das instituições locais desapareceu. A vida política somali processava-se ao longo das linhas dos clãs, sendo as acções analisadas sob o ponto de vista da filiação clânica. O próprio regime de Siad Barre era visto como uma instituição capturada pelo conjunto de interesses do seu clã. Todas as nomeações recaíam em relações de sangue ou então através de casamento. Em 1990, o exército era predominantemente Marehan, sendo visto pela maioria dos somalis como uma ameaça.

A política de manipulação de clãs levada a cabo por Barre, acabou por conduzir a insurgências de base clânica em defesa do clã. Outro aspecto desta política revelou-se também no facto de tornar a cooperação entre grupos opostos bastante difícil, por o principal foco de organização ser a identidade clânica, sendo este um princípio divisivo. A política dos grupos tornou-se de curto prazo, assentando no recrutamento de voluntários do clã, para combater a política estatal de manipulação clânica. As inúmeras tentativas para criar frentes comuns ou, no mínimo, cooperação entre organizações de clãs, falhou ⁽⁸¹⁾.

Conclusão

O colapso estatal na Somália processou-se através de várias fases degenerativas (como se tentou demonstrar) de um processo de desintegração social, político e económico. Uma sociedade pastoril e descentralizada, com uma cultura baseada no parentesco e no Islão que começou a ser distorcida pelas relações coloniais, devido à introdução das relações de mercado e de estruturas de um Estado alienígena e artificial. O processo de descolonização e as instituições pós-coloniais falharam na missão de ligarem definitivamente na Somália a sociedade ao estado. O regime de Siad Barre tornou-se cada vez mais autoritário até ao ponto de só se conseguir manter no poder através da utilização da força e da manipulação das animosidades entre clãs. Os grupos de oposição não conseguiram definir objectivos para além da sua única prioridade – afastar Siad Barre. Quando se deu o colapso estatal, assistiu-se a pouco mais do que tradições distorcidas e instituições artificiais e, o vazio que se seguiu, foi preenchido por indivíduos e grupos perniciosos. O resultado cifrou-se em milhares de mortes e a privação dos mais elementares direitos e necessidades dos cidadãos, sendo que as maiores vítimas foram as mesmas de sempre – as mulheres e as crianças.

⁽⁷⁵⁾ Ver supra – Descolonização e pós-independência.

⁽⁷⁶⁾ Este aparece em 81, formado por intelectuais, oficiais militares, sheiks, antigos ministros demitidos e diplomatas todos de várias sensibilidades ideológicas, tendo como base o clã Isaq do norte.

⁽⁷⁷⁾ O regime enviou todo o seu poder militar sobre o comando do genro de Barre, general Mohammed Siad Hersi «Morgan». O regime armou milícias ogadenis e de outros clãs.

⁽⁷⁸⁾ Estes tinham pertencido anteriormente às forças militares e à burocracia, a sua oposição ao governo devia-se ao afastamento e posterior prisão do ministro da defesa General Gabayo que era na altura a patente mais alta deste clã.

⁽⁷⁹⁾ O motivo aqui foi um motim de tropas Hawiye em Galcayo.

⁽⁸⁰⁾ Este foi formado Roma por antigos membros Hawiye pertencentes ao SNM, este sofreu divisões desde o início, a partir do momento que alguns membros, incluindo o general Mohamed Farah Aideed, escolheram trabalhar com o SNM por algum tempo.

⁽⁸¹⁾ Terrence Lions, Ahmed Samatar, Somalia: State Collapse, Multilateral Intervention, and Strategies for Political Reconstruction, Brookings Occasional Papers, Washington D. C., 1995, pp. 17-9.



O estado de anarquia e violência que se instalou na Somália, impediu a produção econômica bem como a distribuição de alimentos, conduzindo desta forma a uma crise alimentar que matou milhares de indivíduos.
Foto: Cortesia da Agência Noticiosa Lusa.

Anexo A

Somália: Preços de exportação da carne

Item	Antes de Janeiro/95	Após Janeiro/95	%
Gado Ovino	53	42	-21,75
Gado Bovino	280	213	-23,95
Camelos	450	390	-11,11

Fonte: Terrence Lyons and Ahmed Samatar, *State collapse, Multilateral Intervention, and Strategies for Political Reconstruction*, BOC, Washington D. C., pp. 16.

Anexo B

Movimentos somalis mais representativos

Somali African Mukl Organization (SAMO) – Representa populações minoritárias de origem bantu instaladas no sul do país. Foram as vítimas mais vulneráveis da guerra e da fome. Uma facção era aliada do Somali Salvation Alliance e outra do Somali National Alliance.

Somali Democratic Alliance (SDA) – Organização A Gadabursi (clã Dir) da região da Somalilândia, concretamente de Boroma. Foi formada originalmente em 1989, opôs-se à política independentista do SNM.

Somali Democratic Movement (SDM) – Organização do povo Rahanwein (agricultores somalis que sofreram algumas das piores consequências da fome), activo nos arredores de Baidoa.

Somali National Democratic Union (SNDU) – Uma facção Darod aliada com o SSA.

Somali National Front (SNF) – Liderada pelo General Omar Haji Mohamed Siad Hersi «Morgan». O SNF é composto pelo Marehan (parte do clã Darod e de Siad Barre).

Somali National Movement (SNM) – Um movimento Isaq que liderou a oposição a Siad Barre nos anos 80. O SNM foi fundado em 1981, e foi apoiado pela Etiópia durante grande parte dos anos 80. Em 1988 o SNM ocupou grande parte do norte e sofreu os ataques brutais de Siad Barre. O SNM ganhou o controlo do norte em 1991, declarando o território independente como República da Somalilândia.

Somali National Union (SNU) – Este grupo Reer-Hamar é apoiado por muitos somalis das cidades costeiras. Historicamente estes grupos urbanos têm tido fracas ligações clánicas com o resto da Somália, mas fortes ligações comerciais com o Oceano Índico. Como minoria relativamente rica, sofreram bastante durante a guerra civil. Várias facções da SNU aliaram-se com o SSA e o SNA.

Somali Patriotic Movement (SPM) – Este grupo de subclãs Ogaden (do clã Darod) tentou reclamar a região sul do porto de Kismayu, desencadeando conflitos com outros subclãs do Ogaden. Uma facção

liderada por Ahmed Omar Jess, aliou-se com o SNA de Aideed. Outra facção liderada por Adan Abdullahi Nur «Gabyo» aliou-se com Ali Mahdi do SSA e ainda com o General Mohamed Siad Hersi «Morgan».

Somali Salvation Democratic Front (SSDF) – Liderado pelo General Mohamed Abshir Musse e apoiado por muitos Mijerteen (do clã Darod), o seu bastião situa-se no nordeste da Somália. Foi formado em 1979 pelo coronel Yusuf Abdullahi, a seguir aos ataques de Siad Barre contra o Mijerteen, sendo apoiado pela Etiópia nos anos 80. As tensões com Aideed levaram o SSDF a aliar-se com o SSA de Ali Mahdi. Um pequeno grupo do SSDF situa-se em Kismayu entre o subclã Herti e lutou com a facção SPM sob o comando do Coronel Jess. Em 1994, o movimento mergulhou numa complicada luta de sucessão.

Southern Somali National Movement (SSNM) – Este movimento do clã Dir, tem implantação junto do subclã Bimaal na costa sul da Somália. Dividiu-se em facções, uma aliou-se com o SNA de Aideed, e outra com o SSA de Ali Mahdi.

United Somali Congress (USC) – Este grupo apoiado pelo Hawiye, deteve o controlo de Mogadíscio em 1991. O USC dividiu-se em duas facções correspondentes a dois subclãs. Uma facção aliada com o SNA é liderada pelo General Mohammed Farah Aideed e apoiada por grande parte do subclã Habir Gedir. Controla a parte sul de Mogadíscio bem como de algumas regiões do centro da Somália. A facção aliada com o SSA é dirigida por um «presidente interino» Ali Mahdi Mohamed, é apoiada por grande parte do subclã Abgal, controlando a parte norte de Mogadíscio.

United Somali Front (USF) – Do grupo Issa (clã Dir) centrado no noroeste (Somalilândia). O Issa rompeu com o SNM em 1991, e mantém relações estreitas com o governo do Djibouti.

United Somali Party (USP) – Movimento do subclã Dolbahante-Warsangali (do clã Darod). Este subclã está sobre a linha divisória entre o norte e o sul. Encontra-se em conflito com o SNM, aliado ao SSA.

Referências bibliográficas:

- CLAPHAM, Christopher, *Africa and the International System: The Politics of State Survival*, Cambridge, 1997.
- DAVIDSON, Basil, *The Black Man's Burden: Africa and the Curse of the Nation-State*, James Currey, Oxford, 1992.
- GILKES, Patrick, «Recent History», in *Africa South of the Sahara*, 1998, Londres: Europa.
- LAITIN, David, SAMATAR, Somalia: Nation in Search of a State, Westview Press, Boulder, Colorado, 1987.
- LEWIS, I. M., *A Modern History of Somalia: Nation and State in the Horn of Africa*, Boulder, Westview, 1985.
- LEWIS, I. M., «Physical and Social Geography», in *Africa South of the Sahara*, 1998, Londres: Europa.
- LYONS, Terrence, AHMED, I. Samatar, *Somalia: State Collapse, Multilateral Intervention, and Strategies for Political Reconstruction*, Brookings Occasional Papers, Washington D. C., 1995.
- MAYALL, James, *The New Interventionism 1991-1994: United Nations Experience in Cambodia, Former Yugoslavia and Somalia*, Cambridge, 1996.
- SIMONS, Anna, «Somalia: A Security Dilemma», in KELLER, J. Edmond, ROTCHILD, Donald (ed.), *Africa in the New International Order—Rethinking State Sovereignty and Regional Security*, Rienner, 1997.
- SAHNOUN, MOHAMED, *Somalia: The Missed Opportunities*, USIP Papers, Washington D. C., 1994.
- ZARTMAN, William, «Introduction: Posing the problem of State Collapse», in ZARTMAN, William, ed., *Collapsed States: The Desintegration and Restoration of Legitimate Authority*, Boulder, Lynne Rienner, 1995.

O Económico



Sector Informal em Angola



Por Domingas Nazaré

O termo «sector informal» faz a sua estreia nas discussões académicas em conexão com outros como criação de emprego, desenvolvimento económico e distribuição equitativa do rendimento. Aceite tanto por políticos como investigadores, o conceito é usado por estes como uma ferramenta de análise dos problemas sociais e económicos nas áreas urbanas e por aqueles, em alguns casos, como base para decisões políticas, com o objectivo de resolver os problemas urbanos.

Nas sociedades em desenvolvimento, o declínio em espiral das economias oficiais é muitas vezes compensado pelo crescimento de actividades que não constam das estatísticas nacionais. O fenómeno desenvolveu-se de tal forma e em tão larga escala, e está tão bem integrado no funcionamento das economias que já não é possível aos governos continuarem a minimizar a sua importância em termos de política económica⁽⁸²⁾.

Hernando de Soto chamou-lhe a «revolução invisível» do Terceiro Mundo. Para ele, este processo mostra que as pessoas são capazes de violar um sistema que as exclui, não para que possam viver em anarquia, mas para que possam construir um sistema diferente, que lhes garanta um mínimo de direitos essenciais.

Em África a economia informal é um sector omnipresente⁽⁸³⁾, e tem-se tomando cada vez mais importante para o conjunto da economia. Talvez venha a ser aquele que permitirá dar um passo em frente no sentido do desenvolvimento.

No passado, o ambiente criado pelo colonialismo foi o de reforço do sector formal da economia. Infelizmente, após as independências as elites africanas que tomaram o poder, preocuparam-se fundamentalmente em preencher o vazio deixado pelo colonialismo, quando o objectivo de facto deveria ter sido o de alimentar uma liderança abrangente capaz de dar o devido reconhecimento aos empresários privados do comércio e da indústria com vista a ultrapassar prováveis problemas sociais⁽⁸⁴⁾. Nesta óptica Angola não fugiu à regra. No entanto, para além de todos os aspectos assinalados, Angola tinha também a desfavor a rigidez e controlo excessivo do planeamento central.

Não obstante a dimensão atingida pelo mercado informal, o seu papel e suas potencialidades em matéria de emprego, distribuição de receitas e satisfação das necessidades de base, pouca coisa se sabe sobre as características e funcionamento do mercado informal em Angola.

Este trabalho resulta da observação empírica, enquanto utilizadora desse mercado, e de pequenas conversas com pessoas que directa ou indirectamente se encontram envolvidas no sector, e por esta razão pode-se considerar bastante limitado. Os termos mercado, sector e economia informal ou paralela são aqui utilizados indiscriminadamente.

NATUREZA E DESENVOLVIMENTO DO MERCADO INFORMAL

Alguns Aspectos Gerais sobre a Questão

Durante muito tempo a Economia do desenvolvimento não esteve condições de explicar de uma maneira satisfatória o problema do emprego nos países em vias de desenvolvimento e de inferir uma política de desenvolvimento. No modelo de Lewis, o problema do emprego é resolvido automaticamente⁽⁸⁵⁾.

Este problema ocupa um lugar central no Programa Mundial de Emprego, lançado pela O.I.T. em 1969, e que deve ser encarado como uma nova estratégia e de importância fundamental. Toda a atenção vira-se para o problema de desemprego no problema de o emprego existente ser muitas vezes pouco produtivo. O programa conhece todo um desenvolvimento. As mudanças

⁽⁸²⁾ MacGaffey ob. cit. p. 1.

⁽⁸³⁾ Penouil e Lachaud (1985: p. 229) *Le Developpement Spontane; Les activites informelles en Afrique*. A omnipresença do sector informal confirma-se uma vez que grande parte das famílias obtêm os seus rendimentos de actividades informais, particularmente a faixa mais pobre da população, que engloba refugiados e deslocados de guerra.

⁽⁸⁴⁾ Chileshe (1992: 103-126) *Nothing Wrong with Africa Except*.

⁽⁸⁵⁾ Dijk (1986: 33) – No quadro da origem do interesse pelo sector informal, e ainda das ideias que se precipitaram depois da Segunda Guerra Mundial sobre o modo como os países subdesenvolvidos se podem desenvolver. Em «O sector informal de Ouagadougou».



O sector informal conheceu um crescimento e diversificação impressionantes, considerando o seu ciclo de existência. Não está, de modo algum, limitado às áreas urbanas e serve, muitas vezes, de elo de ligação entre o rural e o urbano, em relação a pequenas actividades.

Foto: Cortesia da revista Cidades e Municípios. Autora: Paulete Matos.

mais importantes parecem ser a identificação do potencial do mercado informal na sua missão no Quênia. O interesse pelo sector informal pode explicar-se pelo facto de outras estratégias terem sido mal sucedidas ⁽⁸⁶⁾.

A economia informal é definida como consistindo de pequenas unidades econó-

micas e trabalhadores (profissionais e não profissionais) envolvidos em actividades comerciais fora do mecanismo formalmente estabelecido para conduzir tais actividades. Este é um processo gerador de rendimentos caracterizado pelo simples traço de não ser regulamentado e de não constar nas contas nacionais.

No século XIX, muitos economistas, particularmente os holandeses partiam da suposição de que as teorias económicas existentes eram válidas nas colónias, *in casu*. Foi Boeke quem propôs uma abordagem particular para os problemas específicos dos países subdesenvolvidos. A sua tese lança as bases de discussão sobre o carácter

⁽⁸⁶⁾ Ibid. pp. 33-4.



dualista das economias coloniais que durará cerca de cinquenta anos, e que se vê relançada depois para fazer a distinção entre os sectores formais e informais da economia nesses países ⁽⁸⁷⁾.

As teorias relativas ao sector informal podem ter uma perspectiva macro-económica ou micro-económica. Na perspectiva macro procura-se conhecer a contribuição da economia informal para o emprego e o rendimento nacional, atendendo às questões que se levantam sobre as condições de trabalho nesta área, bem como ao papel que podem jogar no desenvolvimento do país. A nível micro colocam-se questões sobre os factores que determinam os lucros do pequeno empresário e a possibilidade de acumular capital, assim como sobre as decisões que é obrigado a tomar, atendendo ao ambiente conjuntural em que trabalha ⁽⁸⁸⁾.

Fapohunda refere-se a uma escola de pensamento económico que aborda, o que ele chama de «Teoria da Contribuição Positiva do Rendimento». Vê no sector informal não só possibilidades de crescimento e vitalidade, mas também uma fonte de novas estratégias de desenvolvimento ⁽⁸⁹⁾.

A essência da economia informal conduz qualquer análise para o campo das necessidades básicas.

A abordagem das necessidades básicas leva-nos ao conceito de necessidade como princípio de organização social: a não satisfação torna a emergência de outras necessidades insuportáveis, desde que trabalho e

necessidade estão inter-relacionados; a força da necessidade alimenta a dinâmica da produção, que por seu lado impõe o seu próprio ímpeto ⁽⁹⁰⁾. Neste âmbito Streeten fala de interpretação objectiva e subjectiva. A abordagem neoclássica assume que o consumidor é o melhor juiz das suas necessidades ⁽⁹¹⁾. Estes aspectos, no quadro da nossa análise, são como o pano de fundo da economia informal em Angola. A análise do aparecimento e desenvolvimento do mercado informal em Angola insere-se num contexto determinado, e que dividiremos em duas fases: a primeira remete ao início dos anos oitenta; a segunda vem decorrendo desde finais dos anos oitenta até aos dias que correm.

O sector informal conheceu um crescimento e diversificação impressionante, considerando o seu ciclo de existência, não estando, de modo algum, limitado as áreas urbanas, e servindo, muitas vezes de elo de ligação entre o rural e o urbano em relação a pequenas actividades.

À medida que foi crescendo, este sector foi-se tornando cada vez mais heterogéneo, tanto do ponto de vista da sua natureza como do seu modo de funcionamento. A situação actual do mercado informal em Angola, vem espelhada na seguinte descrição feita pelo ambientalista francês, Jacques

⁽⁸⁷⁾ Dijk ob. cit. pp. 35-39 – Considera-se que as teorias concernente ao dualismo e ao desenvolvimento económico são ponto de partida para a distinção formal/informal. Apesar de posições contrárias a Boeke, as suas ideias sensibilizaram os investigadores, sobretudo, em relação aos dois pólos que encontramos no interior duma economia. Outros autores abordaram o problema do dualismo no quadro da migração do emprego, da acumulação de capital e diferença de rendimentos. Todas estas questões formam a essência do mercado informal. As teorias marxistas tratam esta matéria de uma forma muitas vezes estática, pois rejeitam a distinção entre sector formal e informal.

⁽⁸⁸⁾ Ibid. p. 31.

⁽⁸⁹⁾ Fapohunda (1985: 22) Com relação ao pensamento teórico sobre o sector informal, em *The Informal Sector of Lagos*.

⁽⁹⁰⁾ De Bernis (1986: 28) JASPA of International Labour Organization em *The Challenge of Employment and Basic Needs in Africa*.

⁽⁹¹⁾ Paul Streeten (1986: 21) JASPA of International Labour Organization em *The Challenge of Employment and Basic Needs in Africa*.

Giri, sobre a natureza essencialmente heterogénea deste sector no fornecimento tanto de bens como de serviços, que se resume no seguinte:

Alguns são como «aproveitadores do mercado», tais como os guardadores de carros, ou são moral e legalmente repreensíveis, como a prostituição ou a venda ilegal de droga. Outros dão uma contribuição essencial para a vida urbana, tais como fornecimento de madeira ou carvão para as donas de casa, um comércio que é hoje inteiramente informal. Também inclui actividades como reparação de bicicletas, motas, automóveis e rádios – actividade que inclui muitas vezes o fabrico de peças que não se podem obter no mercado.

Actividades de artesanato – algumas das quais altamente desenvolvidas, tais como ferro fundido e fundições de alumínio estão igualmente incluídas. O sector informal proporciona também transporte de passageiros e mercadorias nas cidades. Fornece serviços para as vizinhanças, cujo acesso é difícil, e outros serviços que o sector de transportes formal não providencia; quase sempre concorre intensamente com as carreiras formais. Fornece serviço público, tal como a distribuição de água.

O sector informal inclui actividades económicas, tais como «bancos informais» que recolhem pequenas poupanças e fazem empréstimos por segmentos da população que não tem acesso ao tradicional crédito bancário ⁽⁹²⁾.

Apesar do tamanho da lista, muitas componentes importantes da economia informal têm sido omitidas, em particular a cozinha e o fabrico de bebidas, a comercialização de medicamentos, a confecção de roupas, os sapateiros, os relojoeiros, os mecânicos de fundo de quintal e de beira de estrada, os artesãos que trabalham madeira e metal, os pedreiros e carregadores. Inclui ainda a actividade de importação e exportação, que muitas vezes está ligada ao contrabando.

Caracterização da Primeira Fase

No princípio dos anos oitenta a situação económica começara a tornar-se bastante difícil, não respondendo ao crescimento das necessidades, tanto no plano da produção como a nível das famílias. Uma combinação de aumento do custo de vida, congelamento dos salários reais, racionamento e falta de bens e serviços nos mercados oficiais, está entre as principais causas do aparecimento do mercado informal. A nível rural a situação é agravada pelo facto de ter desaparecido o pequeno comércio de abastecimento rural e pela acção de intervenção do Estado. As políticas de preços e a sua fixação administrativa tinham efeitos negativos na produção agrícola. Por outro lado, os produtos comercializados com as estruturas oficiais eram pagos em moeda escritural, obrigando os camponeses, analfabetos na sua maior parte, a deslocarem-se para os centros urbanos mais próximos a fim de obterem o dinheiro correspondente à venda dos seus produtos.

Este quadro levou as pessoas a procurarem meios alternativos para complementarem os seus rendimentos, mas que excluíssem a obrigação de pagar impostos, pois este é um factor que reduz ainda mais a qualidade de vida.

O mercado informal em Angola surgiu inicialmente como um espaço de troca directa, e comércio transfronteiriço a norte, alimentado por retornados zairenses. Foi fundamentalmente uma reacção aos problemas de sobrevivência associados a uma urbanização rápida e descontrolada e ao desemprego resultante da migração provocada pela guerra, nos primeiros tempos.

O sector informal corresponde, com efeito, a uma resposta espontânea, criativa e racional de indivíduos «empreendedores» face a uma procura solvente e à incapacidade do governo em fornecer uma estrutura para satisfação das necessidades básicas.

Na primeira fase, devido a um conjunto de problemas, muito particularmente a depreciação do Kwanza e a inflação encoberta resultante da sua sobrevalorização, a cerveja assumiu muitas vezes o papel de meio de troca ⁽⁹³⁾, pois o seu valor informal era dez vezes superior ao preço oficial. Embora com alguma relevância a nível urbano, este procedimento era bastante mais expressivo a nível das relações campo/cidade, pois as populações rurais têm maiores dificuldades de acesso às escassas infra-estruturas de transportes e comunicações.

⁽⁹²⁾ Giri (1986: 110-11) «L'Afrique en panne» Este destaca como todas as oportunidades são utilizadas e transformadas em actividade remuneratória por simples que seja.

⁽⁹³⁾ Para além da cerveja, produtos como cigarros, whisky eram tidos como quase-moeda.



O sector informal inclui actividades económicas, tais como «bancos informais» que recolhem pequenas poupanças e fazem empréstimos por segmentos da população que não tem acesso ao tradicional crédito bancário.

Foto: Cortesia da revista Cidades e Municípios. Autora: *Paulete Matos*.

Os chamados *esquemas* eram funcionais e muito diversos, geralmente associados à actividade comercial, uma área que não exige, à partida, a existência de um capital fixo elevado. Contudo, para muitas actividades do sector informal, significa que a obtenção de um mínimo de subsistência é tudo o que se pode esperar para um futuro previsível.

As pessoas desdobram-se para conseguir produtos para abastecer o mercado, tanto internamente como no exterior. Muitos dos produtos adquiridos no exterior, como roupas e outros considerados não prioritários pelo governo são vendidos em casa ou entregues a pessoas de confiança que os vendem.

Apesar de todo este afã, acreditou-se durante muito tempo que a situação era temporária, porque o mercado paralelo era tido como estranho a Angola e era alimentado principalmente por retornados. Mas a medida que cresciam as dificuldades mais pessoas entravam para este mercado, uns trabalhando apenas no final de semana, outros depois da saída dos empregos no sector formal.

Como vimos antes, o mercado informal cresceu rapidamente e atingiu uma diversificação apreciável, os produtos transaccionados eram provenientes de diferentes fontes: da produção familiar artesanal não canalizada para o mercado oficial; da venda de bens obti-

dos através dos privilégios do «autoconsumo» no sector industrial; da revenda de produtos originalmente adquiridos nas lojas de acesso restrito; e do contrabando, roubo e corrupção nas empresas e na administração pública⁽⁹⁴⁾.

A actividade económica nos mercados informais, bastante activa, caracteriza-se por uma situação de relativa concorrência, em que os preços são fundamentalmente determinados pelas forças da oferta e da procura. Embora possam ser discutidos, tipicamente os preços no mercado paralelo situam-se em níveis consideravelmente superiores⁽⁹⁵⁾ aos do mercado oficial, reflectindo a pressão do excesso de procura existente, resultado das políticas governamentais de controlo simultâneo dos preços e quantidades, com preços abaixo do preço de equilíbrio do mercado. Este aspecto contribui para que o poder aquisitivo da população seja cada vez mais baixo.

Os salários auferidos pelos angolanos não têm qualquer correspondência no mercado. Nem os trabalhadores, nem os altos funcionários do Estado conseguem sustentar as suas famílias com os salários oficiais. Algumas compras no paralelo, e esgota-se o salário do mês. Por exemplo, em 1985, no Roque Santeiro⁽⁹⁶⁾, o maior centro de comércio informal do país, um ovo era quase o valor de meio dia de salário de um trabalhador e o preço

de um frango era quase o equivalente a seis dias de trabalho de um alto funcionário. Os preços diferem também de região para região, reflectindo quer as diferenças regionais nos padrões da oferta e da procura, quer os elevados custos de transportes, devido à quase inexistência de transportes internos. Deste modo, surgem inúmeras oportunidades de especulação, isto é, a possibilidade de comprar num mercado e vender noutro com lucro e apenas com um pequeno risco associado. Sendo os preços no mercado paralelo radicalmente diferentes dos preços oficiais, os incentivos as actividades dos agentes económicos são fortemente orientadas para este mercado.

A economia informal contribui igualmente para uma distribuição de rendimentos, mais assimétrica, com os que têm acesso a bens passíveis de venda no mercado paralelo a enriquecerem rapidamente. O autoconsumo é um elemento determinante dos rendimentos dos trabalhadores⁽⁹⁷⁾.

Durante este período as estruturas oficiais foram-se deteriorando cada vez mais, deixando mais espaço para o informal, ao mesmo tempo o governo tornava-se numa força sufocante, de modo que o sector privado para escapar vai para o informal.

No final desta primeira fase verificou-se uma verdadeira corrida para o sector informal

⁽⁹⁴⁾ Ensaio sobre o Mercado Paralelo em Angola – Ministério do Plano da Republica de Angola (1989: 2).

⁽⁹⁵⁾ *Ibid.* pp. 4-5 – Talvez este não possa ser considerado um aspecto único, no entanto, vai em sentido contrário em relação a alguns estudos da Organização Internacional do Trabalho em que os preços do mercado informal são geralmente inferiores ao do mercado formal.

⁽⁹⁶⁾ Embora seja o maior, existem outros mercados com uma dimensão considerável, como o Asa Branca, Parque, Mercado do Rocha Pinto e o da Kaponte em Benguela, para citar alguns.

⁽⁹⁷⁾ O autoconsumo é uma forma de pagamento em espécie que as indústrias dão aos seus empregados como forma de incentivo, e complemento aos baixos salários oficialmente estabelecidos.

Este começou a ser encarado como um meio fácil de fazer dinheiro. O imediato e o lucro fácil passaram a ser o princípio orientador para muitos envolvidos no sector, e para alguns que optaram por uma mudança «para melhor». E o facto de o acesso ao sector não depender de qualquer qualificação, contribui para o abandono das estruturas de ensino e integração de novos actores no mercado, especialmente crianças e jovens. Foi por essa altura que apareceram as primeiras lanchonetes, yougurtelas e pequenas moageiras, pequenos investimentos que vão absorvendo parte da mão de obra existente. Dada a escassez relativa de trabalho especializado, o mercado informal estando mais próximo do equilíbrio de mercado livre que o mercado oficial, tende a pagar salários mais elevados, acentuando, deste modo, a assimetria na distribuição do rendimento.

O sector informal foi visto, inicialmente, como uma actividade do submundo, que minava o funcionamento saudável da economia formal. Após algumas tentativas infrutíferas para travar o seu desenvolvimento, actualmente, é evidente a tolerância e, até certo ponto, a aceitação dos poderes públicos em relação as actividades informais, inicialmente tidas como condenáveis. Este tipo de condescendência, está relacionado não apenas com o facto de terem reconhecido de que não havia meios para travar este género de actividades, mas também porque algumas individualidades são, elas próprias, parte do sector, com uma participação considerável, particularmente, no sistema de transportes.

Caracterização da Segunda Fase

Em finais dos anos oitenta e princípios dos anos noventa, o mercado informal ganhou novos contornos, assumindo um papel cada vez mais preponderante no conjunto da economia nacional.

A introdução do SEF (Programa de Saneamento Económico e Financeiro) em 1987, a troca da moeda em 1991, seguida de desvalorização, e outros programas adoptados posteriormente, na tentativa de introdução de medidas correctoras na economia, bem como o processo de redimensionamento empresarial, cuja primeira fase tem início em 1991 coloca novos desafios, a que o Estado não consegue dar resposta.

Com o declínio da produtividade agrícola e industrial, e no âmbito das reformas, uma certa pressão foi exercida sobre o governo para a transferência da propriedade e responsabilidade das empresas públicas para o sector privado. Neste contexto, procura-se mudar a tendência de o governo ser o maior agente e «líder nos negócios», uma situação que deve ser analisada, também em termos de perda de certos factores sócio-económicos.

As medidas de correcção sem uma acção prática que conduzisse a inflexão da situação levaram a uma expansão ainda maior do mercado informal. Esta foi acompanhada, também, de um incremento de agentes estrangeiros, tais como os Indianos e Libaneses no sector de mobiliário, comércio de bens e venda de divisas e os Senegaleses e Malianos na venda do chamado cabrité, bem como do comércio transfronteiriço, que nesta segunda fase estendeu-se também para sul.

As atitudes mudaram, em alguns casos passou-se do descaso à ignorância total da ordem estabelecida. Em outros, assistiu-se a uma verdadeira organização em diferentes áreas.

O sector informal permitiu a muitos dos seus actores, criar um pequeno capital que foi aplicado em diferentes áreas. Os investimentos já iniciados no período anterior, tornam-se mais dinâmicos, abrangendo não somente aquele sector, mas também a economia formal, entretanto é preciso salientar que o nível de investimento não segue a evolução do excedente conseguido.

A área comercial foi a mais escolhida, pois é aquela que oferece menos riscos, e funciona geralmente como o trampolim indispensável para a entrada em outros sectores com carácter quase formal. Mas optou-se também por outras áreas: a industria mineira, com destaque para a exploração de mármore e granitos; o sector financeiro com a criação das casas de câmbio. Apareceu aquilo a que se apelidou, por essa altura, de «doença do empresariado».

A tentativa de passagem para o formal, de muitos dos actores informais, é sinal de desejo de expansão dos negócios. No entanto, muitas das empresas criadas esbarraram, no exercício da sua função, com o quadro burocrático oficial. A força das actividades informais reside na sua espontaneidade. Por esta razão muitas das empresas com estatuto formal, têm uma gestão com carácter informal.

Um dos males de que enferma a economia formal é a debilidade do sistema bancário: depósitos com taxas de juros negativos; um sistema de crédito disfuncional, em que os empréstimos se fazem a uma taxa de juro de 100 %, e uma política que acentua as distorções existentes. Uma das características do sector informal em África é a quase ausência do recurso ao sistema bancário⁽⁹⁸⁾. Para cobrir esta falha o mercado informal, introduz algumas formas de crédito, atribuídos a revendedores informais, são utilizados como uma forma mais rápida de venda de mercadorias. No caso angolano, este processo que cria e alimenta o mercado ambulante, é geralmente denominado mercado de rua. Estes esquemas de crédito são, de um modo geral, concedidos a prazos muito curtos, que variam entre a semana e o mês, e funcionam também na área cambial.

Acredita-se que mais de um milhão de dólares circula diariamente no mercado paralelo de moeda. O comércio de divisas, que inicialmente funcionava apenas em relação à venda, actualmente a compra e venda é «livre», apesar da perseguição que geralmente é feita às kinguilas⁽⁹⁹⁾. A diferença de preços entre o mercado oficial e o paralelo é tão grande que em finais de 1995, a média anual situava-se nos 194 %⁽¹⁰⁰⁾. Este comércio

quase livre permite ao empresários importar livremente, no quadro das medidas de abertura introduzidas no quadro dos programas.

O volume de moeda transacionado no mercado informal cria um quadro propício para outras actividades mais ou menos ilegais, e deduz-se que em Angola esta tem permitido o branqueamento de dinheiro e ao tráfico de drogas, actividades que de um modo geral se encontram associadas.

Ligada ao mercado da moeda, encontra-se actividade de garimpo, que é um dos seus maiores suportes. Esta actividade cresceu de tal modo, que não se sabe se ela ultrapassa a própria actividade oficial. Porque de acordo com o Southern African Economist as exportações de diamantes em Angola caíram de 1,5 milhões de carates em 1980 para 1,03 milhões em 1983 devido ao contrabando, pela mesma razão a Diamang estava perdendo aproximadamente 50 % das suas receitas, numa altura em que garimpo não tinha expressão nenhuma.

Toda esta actividade é acompanhada por um crescimento rápido e contínuo da taxa de inflação, reflexo da pressão dos preços dos produtos e serviços, dos exorbitantes custos dos transportes, de rendas altas, dos desequilíbrios macro-económicos e, muito particularmente, da instabilidade resultante

da guerra. Esta atingiu o seu ponto mais alto em 1993, com uma taxa de mais de 3000 %⁽¹⁰¹⁾. É neste clima de caos e incerteza que floresce e cresce o mercado informal, fornecendo emprego, jogando um papel de amortecedor em relação à pobreza e, sobretudo, permitindo que muitas pessoas participem na economia nacional, questão fundamental para a manutenção de um certo equilíbrio social.

Nestas circunstâncias, o facto de a população sobreviver, — alimentar-se, vestir-se e resolver os problemas de habitação —, por conta própria, com diferentes graus de dificuldade ou prosperidade, — é um indicador significativo da magnitude do sector informal e do seu grande dinamismo no conjunto da economia.

Articulação entre os Mercados Formal e Informal

As actividades do sector informal apresentam-se como soluções mais ou menos improvisadas face à ausência de resposta do sector formal aos problemas de mercado. Estes dois sectores não se encontram em oposição, muito pelo contrário, eles se complementam, são dois circuitos da economia. E em conjunto formam a economia real do país⁽¹⁰²⁾.

A articulação entre a economia formal e informal manifesta-se antes de tudo nas modalidades de abastecimento do mercado informal. Estes são diversos

⁽⁹⁸⁾ Pernouil, Lachaud et al. ob. cit. p. 124.

⁽⁹⁹⁾ As kinguilas são as pessoas que actuam no mercado informal de divisas. Compostos quase exclusivamente de mulheres, esta área permite avaliar, sem fazer uma investigação, o papel e a importância do género no mercado informal.

⁽¹⁰⁰⁾ Estatísticas do B.N.A. (1995) Sobre o comportamento cambial nos mercados primário, secundário e paralelo.

⁽¹⁰¹⁾ Boletim n.º 12 do I.N.E. (1993: 3) sobre o Índice de Preços no Consumidor.

⁽¹⁰²⁾ MacGaffey ob. cit. pp. 10-1 Vista como uma nova abordagem o conceito de «economia real» cobre a totalidade das actividades económicas, e vai além das limitações do âmbito restrito das actividades retratadas nas contas nacionais e que respeitam a economia oficial.



Mercado formal. A tentativa de passagem para o formal, de muitos actores informais, é sinal de desejo de expansão de negócios. No entanto, muitas das empresas criadas esbarram no exercício da sua função, com o quadro burocrático oficial. A força das actividades informais reside na sua espontaneidade. Por esta razão, muitas das empresas com o estatuto formal têm uma gestão com carácter informal.

Foto: Cortesia da revista Cidades e Municípios. Autora: Paulete Matos.

como vimos antes, no entanto, o sector formal foi e continua a ser, em grande medida, uma das suas maiores fontes de abastecimento. Porém, as actividades informais cresceram de tal forma, que mesmo a economia formal tem de conduzir os seus negócios no quadro da economia informal⁽¹⁰³⁾, para a aquisição de divisas, fornecimento de medicamentos vitais, bens e serviços básicos, peças sobresselentes, por exemplo. O sistema de distribuição, e num menor grau o de produção, depende forte-

mente da iniciativa privada. É esta a vantagem da Economia informal.

Em alguns casos, a economia formal não tem alternativas senão subcontratar vertical ou horizontalmente alguma da sua produção ou outras actividades à economia informal, para tirar vantagens de técnicas de produção mais eficientes e acesso a inputs⁽¹⁰⁴⁾. Um aspecto a considerar dentro desta problemática, relaciona-se com o IPC (Índice de Preços no Consumidor), que é calculado

com base num cabaz de produtos, grande parte dos quais apenas se encontram disponíveis no mercado paralelo, o que é uma indicação de que, o sector informal começa a ser considerado em algumas áreas da análise económica.

Impacto da Economia Informal no modo de vida das populações e a Economia no seu todo

É geralmente a dimensão económica do sector informal a que mais se destaca quando se aborda este «métier».

⁽¹⁰³⁾ Hope ob. cit..

⁽¹⁰⁴⁾ Ibid.

Contudo, a sua dimensão social é de importância fundamental em termos de impacto no quotidiano das populações.

O contexto social em que funciona o mercado informal decompõe-se na relação com o governo (contexto institucional), relação com outros operadores do mercado (grandes ou pequenos) e a relação com os clientes e empregados (formando no conjunto um quadro sócio-económico) ⁽¹⁰⁵⁾.

As reformas e desvalorizações que têm que ser feitas no âmbito da crise têm custos, que acentuam os desequilíbrios entre as possibilidades de emprego e as aspirações dos indivíduos. E fazem os responsáveis pela tomada de decisões, interrogarem-se sobre o tipo de políticas económicas a levar a cabo. Neste contexto, o sector informal aparece explicitamente como um elemento estrutural decisivo para erradicar o problema do emprego ⁽¹⁰⁶⁾.

A inquietação causada pela falta de poder de compra das populações é, de certa forma, aliviado pela economia informal, pois a sua contribuição efectiva e potencial para o emprego é um factor de tranquilidade para muitas pessoas, principalmente as que vivem nos muceques ⁽¹⁰⁷⁾.

O mercado informal assegura uma função de regulação do excedente da mão de obra,

por um lado absorvendo os fluxos migratórios e, por outro, jogando o papel de filtro e de decantador, criando comportamentos assalariados dos indivíduos ou das empresas.

Um ponto de estrangulamento e que contraria a performance da economia informal, situa-se no domínio da formação do capital humano.

Não podemos deixar de destacar que a educação é um dos mais importantes agentes de mudança política e de progresso económico. Nesta óptica a contribuição do sector informal deve-se considerar negativa, pois está entre as principais causas de desistência escolar, principalmente, a nível do primário e do secundário. Pese embora esta situação concreta, é preciso reconhecer que o emprego é um meio essencial para fornecer experiências de aprendizagem informal. Esta, constitui um processo de formação aceitável, porque permite a inserção rápida do indivíduo na vida profissional ⁽¹⁰⁸⁾. Através dela adquire-se um saber-fazer, mas este não cobre a fraca qualificação da mão de obra, o que torna o factor trabalho relativamente limitado. Este saber-fazer é adquirido por indivíduos que têm sabido perceber as mensagens do mercado. Verifica-se que muitos dos responsáveis de empresas informais gerem mais por intuição do que por um conhecimento real dos mecanismos do mercado ⁽¹⁰⁹⁾.

A natureza deste processo de aprendizagem não está em condições de assegurar aos indivíduos a formação global necessária, para permitir a emergência de uma classe empresarial forte e actuante, um aspecto que limita o crescimento do próprio sector informal. A limitação do campo do conhecimento reduz a capacidade de apreensão das potencialidades deste mercado.

A questão da formação no trabalho, ou seja, a ligação entre a aquisição do saber-fazer e a escolarização é crucial ⁽¹¹⁰⁾, para a inflexão da própria economia informal.

A deficiência das inspecções de finanças e dos serviços de impostos deixam em aberto um campo para o crescimento do mercado informal, com todas as consequências daí decorrentes para as receitas do Estado, e para o desenvolvimento do país. Associado a todo este quadro cresce, também, a pressão sobre a corrupção. Porém podemos afirmar, sem medo de errar, que o desenvolvimento do sector informal, evitou a inviabilidade do país, mas, por conseguinte, tornou mais notório o fosso entre ricos e pobres.

ASPECTOS POSITIVOS E NEGATIVOS DO MERCADO INFORMAL

A complexidade do mercado informal sugere um estudo mais aprofundado desta matéria quanto aos seus meca-

⁽¹⁰⁵⁾ Dijk ob. cit. p. 79.

⁽¹⁰⁶⁾ Penouil, Lachaud et al. ob. cit. p. 250 Erradicação do problema do emprego, embora sendo uma questão discutível, parece-me demasiado terminado. Penso que temos que considerar, e com acuidade o modo como se pode atenuar o desemprego.

⁽¹⁰⁷⁾ Muceques são os bairros da periferia da cidade e onde vivem as populações mais pobres.

⁽¹⁰⁸⁾ Penouil, Lachaud et al. ob. cit. p. 33.

⁽¹⁰⁹⁾ Ibid. p. 238.

⁽¹¹⁰⁾ Archambault, Greffe et al. ob. cit. p. 194.

nismos, considerando não apenas os aspectos negativos, aqueles sobre os quais se atem a classe política, mas realçando sobretudo os benefícios. Entre os benefícios podemos focar os seguintes:

- Permite o acesso a bens e serviços essenciais, que representa ao mesmo tempo, meios de sobrevivência para a maior parte da população e melhoria das condições de vida.
- Contribui para o PIB, cobrindo o vácuo e ineficiência de políticas no sector formal.
- Fornece uma contribuição indispensável para a criação de emprego, revelando-se um terreno, de certa forma, propício para a acumulação de capital, bem como constitui um instrumento de distribuição de rendimentos. Além destas características económicas, as pequenas actividades têm também outra vantagem, pois funcionam como uma válvula de segurança ao possibilitar manutenção duma relativa paz social.
- Tem capacidade de funcionar no meio de uma inflação incontrolada, e num ambiente quase hostil.
- Cria uma nova classe de empresários, capazes de usar pura iniciativa para funcionar numa conjuntura da maior crise económica e social.
- Encoraja a tomada do risco. E cria novas oportunidades, uma vez que a classe dominante não pode monopolizar o sector informal ou controlar a sua expansão.

Assinalamos apenas alguns aspectos negativos e que mais reflexos têm no conjunto da economia:

- Contribui para a permanência da instabilidade macro-económica⁽¹¹¹⁾ e para a espiral inflacionária resultante da alta de preços em resposta às várias desvalorizações.
- Permite a evasão fiscal, reduzindo a receita nacional, o contrabando, e a ela encontram-se associados o suborno, o tráfico de drogas e a lavagem de dinheiro.
- Interfere de forma brutal no sistema de educação e formação com todas as consequências daí resultante para o futuro da nação.

Estes são aspectos que devem ser considerados e questionados. E o Estado ao atender a esta realidade deverá trabalhar sobre a complexidade dos aspectos da economia informal, de modo a promover os aspectos positivos e a limitar os aspectos negativos

Conclusões

A economia informal, tal como vimos, parece jogar um papel importante no conjunto da economia angolana; o seu alcance é ainda maior devido à crise e à instabilidade militar.

Sem recorrer à interpretações do tipo teórico, dois factores são sistematicamente invocados para o desenvolvimento da economia informal: a crise por um lado e o peso do Estado por outro. No caso angolano, a crise não resulta apenas da

má performance económica, mas fundamentalmente da situação de guerra.

A economia informal nasce e cresce no seio da economia formal. Esta constatação, reforça a posição de S. Wallman, de que a Economia Informal «é uma economia que organiza suas próprias redes de solidariedade ao mesmo tempo que desenvolve várias actividades informais». ⁽¹¹²⁾

Está intimamente ligada ao sector oficial, implantou-se nela de forma tão simbiótica, que é difícil discernir a ténue linha que as separa. Qualquer que sejam as modalidades desta relação, pode-se dizer que o sector informal joga um papel positivo⁽¹¹³⁾. Ele permite atenuar uma falha importante da economia formal, a rigidez e incapacidade de adaptação desta. Por outro lado, permite fornecer bens e serviços não produzidos pelo sector formal, e assim corrigir a estrutura de consumo.

A economia informal contribui largamente para a estruturação da produção, do consumo e do rendimento. Dela depende a vida de milhões de pessoas, e permitiu fazer a diferença entre a habilidade para subsistir e a pobreza humilhante da maioria da população.

É fundamental não realçar apenas os aspectos negativos, como geralmente acontece, mas reconhecer que o mercado informal é fundamentalmente fruto de políticas inadequadas, sendo um dos maiores contribuidores para o PIB (não estimado por falta de análise

⁽¹¹¹⁾ Ellis ob. cit. p. 225.

⁽¹¹²⁾ Archambault, Greffe et al. ob. cit. p. 137.

⁽¹¹³⁾ Ibid. p. 169.

a nível nacional), particularmente se nos debruçarmos e questionarmos sobre o volume de receitas proveniente deste sector, e mais ainda, pelas oportunidades de emprego que oferece, num país em que a taxa de emprego teve evolução negativa nos últimos anos.

É preciso examinar com atenção as actividades do sector informal e questionar sobre o peso de cada uma das componentes da economia real. Atender a esta questão, permitirá obter informações valiosas sobre o funcionamento real da economia, não se fazendo previsões com base em estatísticas deficientes e incompletas.

É indispensável atender à sua capacidade eventual de, a longo prazo, engendrar uma classe

de pequenos empresários⁽¹¹⁴⁾, e que poderá constituir um pilar essencial para a recuperação económica.

O crescimento que conheceu o comércio transfronteiriço, especialmente a norte nordeste e, num grau mais reduzido, a sul, põe em evidência a capacidade de mobilidade do sector informal, e vem demonstrar que a sua dinâmica é mais forte que o da cooperação oficial.

A função de regulação do emprego do sector, cria uma dinâmica de evolução, que não pode ser negligenciável. Assim sendo, uma justificação válida para que os responsáveis pela política económica tenham obrigatoriamente ter em conta este papel, integrando-o nas estratégias de desenvolvimento,

o que implica também cultivar uma relação saudável de coexistência entre o formal e o informal.

As potencialidades do sector informal deverão ser consideradas não só a nível de programas de desenvolvimento, mas também de projectos específicos⁽¹¹⁵⁾.

Os políticos estão conscientes de que a economia informal pode jogar um papel de primeiro plano, pelo que a existência de uma vontade política é verdadeiramente o factor decisivo⁽¹¹⁶⁾, para qualquer tipo de mudança. Além do mais, as actividades da economia informal não são uma ameaça política, mas certamente colocam um desafio às autoridades.

Bibliografia Geral

- ARCHAMBAULT, E. e GREFFE, X., «Les économies non officiels». Estudo crítico, ÉDITIONS LA DECOUVERTE, Paris, 1984.
- BOLETIM N.º 12 DO I.N.E. «Índice Geral dos Preços no Consumidor», Luanda, 1993.
- BROWN, M. B. «AFRICAS' CHOICES: After thirty years of World Bank». Penguin Books, 1995.
- CHILESHE, J. H. «Nothing Wrong with Africa except» VIKAS PUBLISHING HOUSE PVT.LDA, 1992.
- DIJK, ... V. «Le Secteur Informel de Ouagoudogou» L'HARTMAN, 1986.
- ELLIS, S. «L'Afrique Maintenant» 1995.
- ESTATÍSTICAS DO B.N.A.. «Comportamento da Taxa de Câmbio». Luanda, 1995.
- FAPOHUNDA, O. P., «THE INFORMAL SECTOR OF LAGOS. An Inquiry into Urban Poverty and Employment». University Press Limited, 1985.
- GIRI, J., «L'Afrique en Panne». KARTHALA, Paris, 1986.
- (JASPA) – of International Labour Organization. «The Challenge of Employment and Basic Needs in Africa». Nairobi, 1986.
- MACGAFFEY, J., «The Real Economy of Zaire. The contribution of smuggling & other unofficial activities to national wealth». Londres, 1991.
- MINISTÉRIO DO PLANO DE ANGOLA. «Ensaio sobre os Mercados Paralelos em Angola». Luanda, 1989.
- NYAMBAL, E., «Afrique: Quels changements après la faillite», Éditions Nouvelles de Sud, 1994.
- SR., K. R. H., «African Political Economy». Contemporary issues in Development, USA, 1997.
- PENOUIL, DE M. e LACHAUD, J.P., «LE DEVELOPPMENT SPONTANE». Les Activites Informelles en Afrique, Éditions A. Pedone, Paris, 1985.

⁽¹¹⁴⁾ Pernouil, Lachaud et al. p. 274.

⁽¹¹⁵⁾ Ibid. p. 50.

⁽¹¹⁶⁾ Ibid. p. 52.

Cabo Verde: Desenvolvimento Económico, Sistema MIRAB, Emigração

Por José Mário Barros

Seria, talvez, possível abordar o caso de Cabo Verde isoladamente. No entanto o arquipélago, tendo em consideração o que exposto acima, encaixa-se bem dentro da definição de «Pequenos Estados Insulares». Estes retiram a sua especificidade de uma combinação da sua pequena dimensão territorial e populacional e por serem territórios coloniais ou ex-coloniais pertencentes à cintura tropical do globo. Como refere Lesourd: «*Le Cap-Vert fait partie du groupe des micro-États insulaires (moins de 20 000 km², 1 million d'habitants maximum) récemment indépendants. Dans l'ensemble des États et pays insulaires, la spécificité de ce groupe est basée sur un certain nombre de contraintes internes et externes liées à la géographie et à la petite dimension.*»⁽¹¹⁷⁾

A sua economia enquadra-se igualmente na definição de «Pequenas Economias Insulares», que além das características anteriores se definem, também, por uma situação periférica relativamente aos espaços continentais industriais, das economias desenvolvidas.

Decorrem, por isso, para Cabo Verde, os constrangimentos da reduzida dimensão e do isolamento, no limiar da viabilidade económica e humana, além de uma posição geográfica desi-

gualmente utilizada, dentro dos contextos políticos e técnicos, durante a sua história.

O objectivo principal do I Plano Nacional de Desenvolvimento 1982-1985, era a edificação de uma economia nacional independente, através da eliminação das sequelas da dominação colonial e da libertação das forças produtivas. Este Plano traçava a primeira estratégia de desenvolvimento do país, embora, na sequência das orientações económicas anteriores. Porque, como é referido neste mesmo plano, desde a Independência até à altura, tinha-se essencialmente dado respostas ao que era considerado mais urgente, sem se pensar numa estratégia, nem se avaliar as consequências das medidas tomadas.⁽¹¹⁸⁾

A situação económica herdada do sistema económico anterior à independência caracterizava-se pela existência de um débil aparelho produtivo, pela quase inexistência de infra-estruturas económicas e sociais, pela carência de formas de acumulação de capital e de financiamento, pela baixa qualificação dos trabalhadores e pela sua fraca produtividade, além da total dependência do fluxo de capital externo.

A linha geral da estratégia de desenvolvimento social e económico de Cabo Verde, de

acordo com os documentos do PAICV, pretendia evitar que o crescimento económico se traduzisse no aumento das injustiças sociais. Deveria, por isso: «*promover a implantação de um novo modelo que ultrapasse o mero crescimento económico e realize um desenvolvimento equilibrado e harmonioso do país, baseado no esforço nacional e centrado sobre a promoção global do homem caboverdiano.*»⁽¹¹⁹⁾

Tendo em consideração as limitações da economia caboverdiana, designadamente, a escassez de recursos naturais, a insularidade, a reduzida dimensão, a elevada taxa de desemprego, a fraca qualificação dos recursos humanos e a inserção marginal na DIT, a estratégia de desenvolvimento visava:

- Aumentar a capacidade produtiva;
- Unificar e estabilizar o espaço económico nacional;
- Limitar o desequilíbrio externo;
- Aumentar a eficácia da economia.

Os autores desta estratégia consideravam que para romper o ciclo de subdesenvolvimento era fundamental aumentar a produção e diversificar a capacidade produtiva de vários sectores simultaneamente, nomeadamente: a agricultura, a pesca e a indústria.

⁽¹¹⁷⁾ Lesourd, Michel «État et société aux îles du Cap-Vert» Éditions Karthala, Paris, 1995, pg. 56.

⁽¹¹⁸⁾ I Plano Nacional de Desenvolvimento 1982/85, República de Cabo Verde, Praia, 1983, pg. 28.

⁽¹¹⁹⁾ Lutar pelo desenvolvimento económico e social - Documentos do II Congresso do PAICV, Edição do PAICV, Praia, 1983, pg. 10.



«L'autodéveloppement c'est l'engagement du Cape-Vert dès 1975 dans une voie non capitaliste de développement, inspirée des thèses marxistes et tiers-mondistes, qui rejette un certain nombre d'orientations jugées socialement et idéologiquement inacceptables, comme par exemple l'ouverture d'activités industrielles en zone franche (modèle mauricien) ou tertiaires comme le tourisme. Cet engagement, verbal, n'est toute fois ni total ni irréversible». (96)

Foto: Cortesia da revista Cidade e Municípios. Autora: Paulete Matos.



Numa primeira fase, a atenção prioritária iria para a agricultura, criando paralelamente condições para a construção de infra-estruturas e organização do aparelho económico, necessárias ao desenvolvimento dos outros sectores que deveriam numa fase posterior, substituir a agricultura nessa posição, nomeadamente, a pesca e a indústria.

Em particular, a estratégia de desenvolvimento industrial deveria combinar: «*por um lado, as pequenas e médias empresas vocacionadas para o aproveitamento e valorização dos recursos naturais, para a satisfação das necessidades fundamentais da população e para a substituição das importações e por outro lado as unidades vocacionadas para o mercado externo que aproveitem os condicionalismos específicos de Cabo Verde.*»⁽¹²⁰⁾

Portanto, durante a primeira república, até 1988, a estratégia de desenvolvimento adoptada por Cabo Verde aproxima-se claramente das estratégias autocentradas, (inward-looking), viradas para o mercado interno. Essa aproximação torna-se mais clara a partir da análise dos documentos do PAICV, nomeadamente no que se refere à estratégia de desenvolvimento industrial baseada na substituição das importações.

Lesourd caracteriza do seguinte modo a via do autodesenvolvimento, então, seguida por Cabo Verde: «*L'autodéveloppement c'est l'engagement du Cap-Vert dès 1975 dans une voie non capitaliste de développement, inspirée des thèses marxistes et tiers-mondistes, qui rejette*

un certain nombre d'orientations jugées socialement et idéologiquement inacceptables, comme par exemple l'ouverture d'activités industrielles en zone franche ('modèle' mauricien) ou tertiaires comme le tourisme. Cet engagement, verbal, n'est toutefois ni total ni irréversible.»⁽¹²¹⁾

Como vimos acima a via de substituição das importações caracteriza-se pela orientação da indústria local para o mercado interno, pelo encorajamento das actividades industriais susceptíveis de substituírem as importações de bens manufacturados e pelo reforço das barreiras aduaneiras, para proteger essas indústrias na sua fase de arranque.

Mas, uma das condições essenciais para o sucesso desta estratégia é a existência de um mercado interno que permita considerar uma produção a grande escala, condição indispensável, para que se atinja um nível óptimo, em termos de produtividade, para que se possa exportar. Porém, isto é possível, apenas, em países com um grande mercado interno, não tendo, por isso, sentido aplicar esta estratégia num país com um pequeno mercado, como é o caso de Cabo Verde

João Estevão desenvolve, numa Comunicação, uma análise sobre a evolução das concepções do desenvolvimento de Cabo Verde em que afirma, que essas concepções reflectiam plenamente os modelos tradicionais de desenvolvimento. Este autor referindo-se ao I PND afirma que: «*Embora se dê alguma atenção ao que*

se chama de vocação geoeconómica, é visível uma perspectiva muito virada para o mercado interno como motor de transformação.»⁽¹²²⁾

Ainda, segundo João Estevão, o I Plano continha um projecto fortemente centralizador, sendo totalmente tradicional, na sua concepção do processo de desenvolvimento. Este Plano considerava que o processo de desenvolvimento do país deveria realizar-se tendo em consideração dois momentos distintos: no primeiro, a orientação seria prioritariamente para o mercado interno, procurando construir as bases da coerência produtiva e do mercado que permitissem sustentar uma futura modificação da especialização internacional do país; no segundo momento a economia poderia orientar-se progressivamente para o mercado externo de forma sustentada e suportada pela base produtiva criada na etapa anterior.

No entanto, este autor argumenta que a opção por esta estratégia deveria ter em consideração dois elementos importantes. Em primeiro lugar, os resultados observados nos países, em que as estratégias adoptadas foram similares. Em segundo lugar, as condicionantes específicas da economia caboverdiana. No que respeita ao primeiro ponto, o autor refere que no começo dos anos 80 já eram conhecidas as dificuldades a que tinham conduzido as diferentes estratégias introvertidas nos países em desenvolvimento, além de que se viviam já os debates sobre a crise do paradigma do desenvolvimento e sobre as novas posições introduzidas

⁽¹²⁰⁾ Idem, ibidem, pg. 15.

⁽¹²¹⁾ Lesourd, Michel op. cit., pg. 17.

⁽¹²²⁾ Estevão, João, *Bases Metodológicas para uma Abordagem do Desenvolvimento Caboverdiano*, II Encontro de Economistas de Língua Portuguesa – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Edição do Instituto de Economia Industrial, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, I Parte, pg. 358.

pelos economistas neoliberais. Sobre o segundo aspecto, o autor defende que numa estratégia de desenvolvimento, sobretudo se for orientada para o mercado interno, se deveria ter em conta uma condicionante fundamental que é a dimensão. Para concluir que, como estamos perante uma economia de micro-dimensão, uma opção por um modelo introvertido não tem sentido. Como vimos anteriormente, uma estratégia com as características da que foi adoptada por Cabo Verde, seria, de facto, a menos indicada para as pequenas economias insulares

A partir de 1988, apesar de se terem atingido alguns objectivos, estava-se ainda longe de se considerar que o sucesso da estratégia de desenvolvimento estava assegurado, pelo que se procedeu a uma mudança da estratégia de desenvolvimento. Passa-se de uma estratégia centrada no mercado interno (*inward-looking*), para uma estratégia virada para o mercado externo (*outward-looking*).

Esta reorientação do sistema económico caboverdiano foi definida no III congresso do PAICV cujas resoluções referiam que: «Tendo em conta as características da economia nacional que proíbem a velocidade de um desenvolvimento autárquico, num contexto internacional de profundas e rápidas mudanças, cujos traços dominantes são a internacionalização do processo produtivo e o aprofundamento da interdependência, torna-se necessário, para a viabilização do país, explorar novas vias que permitam à Nação responder aos desafios do futuro, de

forma mais autónoma e dinâmica. Para tanto, haverá que reorientar o sistema económico e passar da gestão da dependência para a gestão dos mecanismos de independência, de forma sistemática e com base numa estratégia integrada e coerente de extroversão da economia que permita a sua inserção em espaços económicos mais vastos.» (123)

Reconhece-se que as características do sistema económico, nomeadamente a reduzida dimensão do mercado inviabilizam uma estratégia de desenvolvimento autárquico, pelo que a viabilização a economia deveria passar pelo desenvolvimento de sectores virados para a exportação. Programa-se a concessão da prioridade aos sectores da indústria viradas exclusivamente para a exportação, para a pesca, o turismo e a prestação de serviços internacionais. A opção por uma estratégia de desenvolvimento introvertida da economia revelava-se ineficaz, a estratégia de desenvolvimento extrovertida parecia ser a alternativa.

No entanto, Lesourd afirma: «*Le Cap-Vert ne s'est jamais enrôlé dans l'autodéveloppement. L'autre alternative, l'ouverture, n'a pas été négligée.*» (124) E uma das razões porque Cabo Verde nunca se fechou totalmente é a existência de grandes comunidades de emigrantes caboverdianos.

Lesourd refere que a emigração, cuja tradição está solidamente ancorada no arquipélago, serviu de impulso para a abertura, posto que: «*Quand un pays a une diaspora réputée être plus nombreuse que la popu-*

lation des îles – ce qui demande examen – et surtout dispersée dans des pays riches à économie de marché, la rupture avec le capitalisme est un choix délicat ... que n'a jamais fait le gouvernement cap-verdien entre 1975 et 1991.» (125) A emigração caboverdiana embora reputada como sendo mais numerosa que a população residente e dispersa pelos países ricos parece, no entanto, ter desempenhado um papel relativamente passivo. Mas que papel terá a emigração numa estratégia de desenvolvimento do país?

Também a procura de ajuda externa foi um objectivo sempre presente. A eficácia da gestão da ajuda pública e privada permitiu a Cabo Verde figurar entre os países que receberam mais ajuda *per capita*, mesmo tendo os responsáveis usado sempre o slogan «ajudem-nos a libertar da ajuda», como refere Lesourd: «*La recherche de l'aide extérieure a toujours été pour ce petit pays privé de ressources un objectif vital. L'efficacité de la gestion de l'aide publique et privée permet au Cap-Vert de figurer parmi les pays les plus aidés du monde per capita, même si ses responsables ont toujours usé du slogan "aidez-nous à nous libérer de l'aide". Mais que nous enseigne la structure et la géographie de l'aide, notamment en terme de géopolitique africaine, ou atlantique, avec les partenaires riches "de l'outre côté de l'eau"...?*» (126)

Depois de 1991 a estratégia de desenvolvimento passou a ter como principal objectivo a inserção dinâmica de Cabo

(123) PAICV – III Congresso – Resoluções, Praia, 1988, pg. 30.

(124) Lesourd, Michel op. cit. pg. 18.

(125) Idem, ibidem. pg. 56.

(126) Idem, ibidem, pg. 19.

Verde no sistema económico mundial, assente na valorização do mercado e na iniciativa privada. Poderemos dizer que completa-se a extroversão da economia caboverdiana, pela opção por uma estratégia de desenvolvimento extrovertido, virada essencialmente para o exterior.

A opção por uma estratégia orientada para o mercado externo, iniciada em 1988 e definitivamente assumida e implementada a partir de 1991, enquadra-se mais numa estratégia que tem em consideração os condicionalismos específicos das pequenas economias insulares e, como veremos, se aproxima das propostas apresentadas acima.

O III Plano de desenvolvimento insere-se num contexto de profunda modificação das opções essenciais da economia e da sociedade caboverdianas e pretende ser um instrumento dessa modificação. O objectivo principal é, de acordo com o Plano e com o Programa do Governo, a inserção dinâmica de Cabo Verde na economia internacional o que implica, necessariamente, a opção por uma estratégia orientada para o mercado externo.

João Estevão considera que, no entanto, «essa inserção não se realiza com a simples opção por uma política voluntarista de abertura da economia.»⁽¹²⁷⁾ Sendo, por isso, para este autor, imprescindível a com-

preensão da natureza dos constrangimentos específicos da economia caboverdiana e o modo como condicionam o delineamento de uma estratégia de desenvolvimento.

Segundo João Estevão, as principais características das pequenas economias insulares não se enquadram no contexto dos modelos tradicionais de desenvolvimento. Como vimos acima essas principais características são:

- A insularidade;
- A deseconomia de escala;
- A necessidade da especialização e da abertura;
- A dependência de fluxos de capital externo.



Depois de 1991 a estratégia de desenvolvimento passou a ter como principal objectivo a inserção dinâmica de Cabo Verde no sistema económico mundial, assente na valorização do mercado e na iniciativa privada. Podemos dizer que completa-se totalmente a viragem para o exterior, pela opção por uma estratégia de desenvolvimento extrovertido.

Foto: Cortesia da revista Cidades e Municípios. Autora: Paulete Matos.

⁽¹²⁷⁾ Estevão, João, *Bases Metodológicas para uma Abordagem do Desenvolvimento Caboverdiano*, op. cit., pg. 359.

É, portanto, a partir da consideração destes condicionamentos específicos, que deveremos proceder à análise de uma estratégia de desenvolvimento para Cabo Verde.

Dadas as características da economia de Cabo Verde, a produção tenderá a concentrar-se nos produtos em que consegue ter alguma vantagem comparativa.

A diminuta dimensão do mercado impossibilita a dimensão óptima de produção, o que reduz as oportunidades para tirar proveito das economias de escala resultantes da indivisibilidade em certos sectores. Deste modo, Cabo Verde necessita de recorrer a uma grande parte dos seus recursos para financiar infra-estruturas básicas, tais como aeroportos, portos, estradas, energia, bem como para financiar serviços públicos como a administração, a educação e a saúde.

A incompatibilidade entre a reduzida dimensão de mercado e a dimensão óptima da produção parece poder ser resolvido, apenas, através do mercado externo. Porque essa referida incompatibilidade aponta para a necessidade de abertura ao comércio internacional, como a única possibilidade de colher os benefícios das economias de escala e dos rendimentos crescentes e, conseqüentemente, de fontes endógenas de acumulação de capital. Por outro lado, a escassez de recursos naturais reduz a variedade dos bens primários que poderiam ser produzidos internamente, o que aumenta, ainda mais, a necessidade de abertura da economia.

Esta abertura inclui, ainda, no caso de Cabo Verde, uma forte dependência em relação aos

fluxos de capital externo (remessas de emigrantes e ajuda pública ao desenvolvimento), sendo o seu impacto sobre o PNB bastante elevado, porque uma parte significativa das actividades e do rendimento gerado resultam directa ou indirectamente daqueles fluxos.

A condição insular e arquipélagica têm, também, um certo número de implicações na concepção das estratégias de desenvolvimento de Cabo Verde. Algumas dessas características são:

- A descontinuidade territorial e do espaço económico;
- O isolamento do espaço económico;
- Os problemas de transporte e comunicações.

A descontinuidade do território fracciona o espaço económico e agrava as desvantagens associadas à pequena dimensão. São particularmente significativas as deseconomias de escala que resultam da necessidade de multiplicação da infra-estruturas básicas, económicas e sociais. Em suma, as dificuldades da criação do mercado interno são agravadas pela descontinuidade do espaço económico, o que cria mais dificuldades ao processo de desenvolvimento, porque implica, nomeadamente a necessidade de: transportes inter-ilhas, mais circuitos de distribuição e de comunicações, etc.

Outra condicionante importante, da pequena economia insular caboverdiana, prende-se com a sua distância relativamente aos importantes mercados internacionais. Tal como a dimensão do mercado económico interno decorre da dimensão

geográfica do território, a distância geográfica tem forte implicações na distância económica. Isto significa que o isolamento económico depende não só da intensidade das relações económicas, custos de transportes, dificuldades de comunicações, etc., mas também, da distância geográfica.

No entanto, um maior constrangimento do processo de desenvolvimento resulta da presença simultânea das condições de pequena dimensão e de isolamento. O problema é relativamente complicado, posto que: se a reduzida dimensão inviabiliza uma estratégia de desenvolvimento baseada exclusivamente no mercado interno, o relativo afastamento em relação aos mercados internacionais tende a anular os benefícios da abertura à economia internacional. Ou seja, por um lado, a pequena dimensão impõe às pequenas economias insulares, uma crescente integração no comércio internacional, como a única estratégia possível de conduzir ao desenvolvimento económico. Por outro lado, o isolamento em relação aos grandes mercados internacionais impede, que essa integração produza os meios esperados, para o efectivo desenvolvimento.

A insularidade impõe também um duplo condicionalismo. Porque, por um lado, o país está totalmente dependente dos transportes marítimos e aéreos, para estabelecer as suas relações com o exterior, o que significa elevados custos dos transportes associados, ainda, aos custos das próprias infra-estruturas, que, como vimos, tendem a reduzir os benefícios do comércio internacional. Por

outro lado, a descontinuidade territorial implica, também, uma forte dependência em relação aos transportes marítimos e aéreos inter-ilhas, o que determina um aumento do número de infra-estruturas, um aumento dos custos da manutenção das mesmas e dificuldades na integração do mercado interno.

As condicionantes, da economia caboverdiana, referidas acima serão basicamente comuns a todas as pequenas economias insulares. Mas, como refere João Estevão, existem algumas particularidades adicionais, na economia caboverdiana, que condicionam ainda mais a concepção de uma estratégia de desenvolvimento. Sendo três dessas particularidades relativamente importantes, a saber:

- O progressivo isolamento em relação ao seu espaço histórico;
- A ausência de uma base produtiva anterior à independência;
- A ausência de um espaço económico regional dinâmico.

João Estevão traça do seguinte modo o percurso da economia até à independência: «*Após um breve período em que teve alguma importância na economia do tráfico, Cabo Verde foi progressivamente remetido para uma situação de isolamento em relação ao seu espaço histórico (o espaço da expansão portuguesa) e, por essa via, em relação ao espaço económico do Atlântico. Isso correspondeu ao agravamento da condição distância e, portanto, a um maior isolamento económico. Por outro lado, o modo e a*

intensidade de articulação com as economias do Atlântico não contribuiu para a criação de uma base produtiva (sector exportador colonial) que melhorasse essa articulação e que, posteriormente, pudesse constituir uma base de apoio, ainda que parcial, do financiamento da transição económica. O modo de articulação que se desenvolveu (a emigração) conduziu apenas à construção de uma economia de rendas, cuja dimensão foi aumentada com o aparecimento da ajuda externa.» ⁽¹²⁸⁾

Actualmente, a condicionante insular da economia caboverdiana é, ainda mais, agravada pela localização do arquipélago no espaço da África Ocidental, região com pouco dinamismo económico. Daí a extrema dificuldade na criação das articulações e complementaridades, que possibilitariam a integração dinâmica, num espaço económico mais vasto, onde se poderiam esbater as desvantagens das condições de isolamento e reduzida dimensão.

João Estevão, resume em duas as condicionantes fundamentais para a concepção de uma estratégia de desenvolvimento de Cabo Verde: A incompatibilidade entre a dimensão do mercado e a dimensão óptima de produção; A micro dimensão associada ao isolamento. A estas duas, pensamos, faz sentido acrescentar uma terceira que o autor também se refere, mas sem lhe dar essa importância: a ineficácia ou inexistência de formas endógenas de acumulação de capital. Do que resulta a carência de fontes internas de financiamento, do desen-

volvimento e a subsequente dependência dos fluxos de capital externo.

Assim, pensamos, que a concepção de uma estratégia de desenvolvimento para Cabo Verde deverá ter sempre em consideração a anulação ou, pelo menos, a atenuação dos efeitos provocados por estas três condicionantes fundamentais.

Em suma, a questão fundamental que se coloca a Cabo Verde é a concepção de uma estratégia de desenvolvimento que permita ultrapassar os constrangimentos de uma micro economia insular sustentada no sistema MIRAB.

Cabo Verde e o Sistema MIRAB

Cabo Verde constitui um tipo de Economia e sociedade nas quais o efeito combinado dos diferentes elementos que constituem o sistema MIRAB determina e domina o processo de desenvolvimento social e económico.

O sistema MIRAB é composto por 4 elementos: MI de Migração (Emigração de jovens activos para os países ricos); R de Remessas (dinheiro enviado pelos trabalhadores emigrantes às suas famílias); A de Ajuda (Ajuda internacional multilateral e bilateral); B de Burocracia (tendo em consideração o peso importante da administração dentro dos empregos no país, financiado pela Ajuda Internacional). Vamos em seguida analisar o papel de cada um destes elementos dentro do sistema MIRAB caboverdeano.

(128) Idem, ibidem, pg. 360.

Migração: Representa um elemento inerente ao processo de formação da própria sociedade. Aquando da chegada dos portugueses as ilhas eram desabitadas, pelo menos do ponto de vista da permanência de um grupo organizado. Foram povoadas por europeus, principalmente portugueses e italianos, e por africanos de diversas origens étnicas. Em fins do século XVII e princípios do século XVIII tem lugar o primeiro fluxo da emigração caboverdeana orientada para um país industrializado: Os EUA. Portanto, a emigração dos caboverdeanos caracteriza-se por ser transatlântica. O fluxo da emigração caboverdeana continuou ininterruptamente até à actualidade.

A amplitude do fenómeno da emigração, tanto no espaço como no tempo, produziu efeitos a nível social e económico relevantes para a sociedade caboverdeana. Na estrutura da população, provoca uma distorção sexo/ratio, tornando o número de mulheres residentes superior ao de homens. Por outro lado, um grande desequilíbrio entre o número dos activos e dos inactivos. Por exemplo, em 1975 os menores de 15 anos representavam 47 % da população.

No ordenamento do território, o fenómeno tem alterado o aspecto dos centros urbanos, visível na arquitectura e no traçado urbanístico; na estrutura da propriedade, através da compra de terras; no nível de consumo, aumentando o poder de compra das famílias; no nível de emprego, diminuindo o número de desempregados; no equilíbrio

das contas externas, contribuindo positivamente para o equilíbrio da balança de pagamentos.

Remessas: Estas estão subjacentes a grande parte dos efeitos do elemento emigração citados anteriormente. As transferências são constituídas pelas poupanças dos emigrantes.

Ajuda (tal como é entendida pelo PNUD): A dependência de Cabo Verde da Assistência Internacional remonta à década de sessenta, na sequência da grande fome de 1947. Esta, ao provocar cerca de 40 mil mortos despertou a atenção da comunidade internacional sobre os problemas do arquipélago. Assim, à ajuda portuguesa juntou-se nos anos 60 uma ajuda de vários países, sobretudo americana. Esta era uma ajuda alimentar de urgência destinada a cobrir os riscos de fome. Depois da independência, Cabo Verde iniciou uma ajuda de emergência para 4 anos. Sob a forma de ajuda alimentar, assistência técnica e financeira. A 28 de Março de 1977 Cabo Verde aderiu à Convenção de Lomé, o que veio proporcionar maior flexibilidade na procura da ajuda por parte de Cabo Verde. Segundo o PNUD, o valor da ajuda em 1993 representou 33,4% do PNB do país, correspondendo a 313,5 dólares por habitante. Este valor é considerável, se tivermos em atenção que, segundo Lesourd, cada caboverdeano recebeu cerca de 12 vezes mais do que a média do que receberam os habitantes dos países menos avançados, e cerca de 11 vezes mais do que cada habitante da África Sub-Sahariana. Poderemos afirmar, portanto, que no caso de Cabo Verde, como

sustentado pelos autores do conceito MIRAB, a ajuda, embora seja de facto ajuda ao desenvolvimento, é também claramente crucial para a determinação dos níveis de rendimentos e consumo.

Burocracia: Engloba, no caso de Cabo Verde, para além do aparelho burocrático do Estado, os trabalhadores das empresas públicas e os trabalhadores das Frentes de Alta Intensidade de Mão de Obra (FAIMO). A sua importância na economia caboverdeana é significativa, dado que o sector estatal é o maior responsável por empregos no país. A maior parte das despesas de funcionamento do Estado é constituída pelos salários dos funcionários. Por exemplo, no OGE de 1990, dos 4 526 957 000\$00 CVE destinados aos ministérios, 2 176 923 458\$00 CVE, isto é, quase 50 % da verba, eram para despesas com o pessoal. Neste contexto, o peso relativamente elevado do sector público constitui uma condicionante para o desenvolvimento da economia.

O papel relevante da emigração, dentro do sistema MIRAB, decorre das remessas que enviam, que constituem, conjuntamente com a ajuda externa, as fontes de financiamento do sistema. Essas remessas são um factor potencialmente grande de desenvolvimento. Em 1995 representaram 22,9 % do PIB, cerca de 1/4 do total.

As remessas enviadas pelos emigrantes, geradas no exterior, podem ser consideradas como recursos de nacionais que se juntam aos recursos internos para o financiamento directo de investimentos.



Apesar do seu importante papel na economia caboverdeana, o fluxo da ajuda externa não se tem revelado suficiente para a realização do desenvolvimento. A outra fonte de acumulação de capital que se revela acessível a Cabo Verde parece ser as remessas dos emigrantes. Os emigrantes podem ainda revelar-se importantes para a ultrapassagem do constrangimento resultante da incompatibilidade entre a micro dimensão do mercado e a dimensão óptima de produção, servindo como mercado, na emigração, de produtos elaborados em Cabo Verde.

Foto: Cortesia da Agência noticiosa Lusa.

Tendo em consideração as condicionantes fundamentais do desenvolvimento de Cabo Verde anteriormente identificadas, uma estratégia de desenvolvimento eficaz deve poder combinar os poucos factores que permitam minimizar os efeitos desses constrangimentos.

Assim, tendo em consideração que para a viabilização de qualquer estratégia de desenvolvimento é necessário garantir o seu financiamento, dado que apesar do seu importante papel na economia caboverdeana, o fluxo da ajuda externa não se tem revelado suficiente para a

realização do desenvolvimento, a outra fonte de acumulação de capital que se revela acessível para Cabo Verde parece ser as remessas dos emigrantes. Neste sentido, o governo de Cabo Verde tem implementando uma série de medidas para, por um lado, aumentar essas remessas e, para, por outro lado, orientá-las para o investimento produtivo.

Os emigrantes podem, ainda, revelar-se importantes para a ultrapassagem do constrangimento resultante da incompatibilidade entre a micro dimensão do mercado e a dimensão óptima de produção, servindo como

mercado, na emigração, de produtos produzidos em Cabo Verde.

Neste sentido, se aumentarem o fluxo de remessas e se elas forem destinadas essencialmente ao financiamento do investimento em sectores produtivos, por um lado; e se forem óptimos consumidores de produtos fabricados em Cabo Verde, por outro lado; os emigrantes estarão a contribuir duplamente para ultrapassar os constrangimentos da economia caboverdeana, e a garantir a sustentabilidade do sistema MIRAB caboverdeano, mesmo que ocorra um diminuição da ajuda externa, como muitos analistas têm vaticinado.

A Integração Regional em África: É Possível?

Por Armindo Aguiar

Hoje, a integração regional, é uma necessidade para os países africanos que sofrem do problema de serem detentores de mercados nacionais pequenos e não terem capacidade de consumo dado o nível de rendimento auferido pelos seus habitantes.

É necessidade porque a integração económica é um estímulo para atrair capitais estrangeiros, e um eficaz instrumento de complementaridade entre as diferentes economias.

A instabilidade que se regista nos países africanos, particularmente ao sul do Saara, levou os investidores a repensarem os riscos do investimento em territórios envoltos em dificuldades que obstaculizam o desenvolvimento e consequente recuperação do capital. Assim se compreende que nos últimos anos os fluxos tenham estado a baixar substancialmente quando as taxas de retorno são bastante altas. Isto porque o investidor estrangeiro procura investimentos de retorno rápido, no receio de pôr em causa o seu capital.

Entre 1990 e 1994, as taxas de retorno relativas ao investimento directo estrangeiro para os países da África Subsaariana foram em média de 24 a 30 % contra 16 a 18 % para todos os outros países em desenvolvimento.

Conclusivamente, os investidores escolhem países com ambiente político e económico estáveis, mercados abertos, boas infraestruturas, regulamentação mínima e baixo custo de produção, factores atractivos do capital estrangeiro que muitos países africanos não estão em condições de dar.

O panorama africano apresenta-se sombrio. Um declínio bem acentuado de fluxos ocorreu depois da crise da dívida dos anos 80. Os países conheceram uma ligeira recuperação mas na segunda metade dos anos 80 e início da década de 90 voltaram a sofrer uma recaída que ainda se mantém, agravada por problemas diversos.

Nos últimos 15/20 anos, um razoável número de países da região esteve envolvido em conflitos e lutas civis (Libéria, Ruanda, Sumália, Sudão, Zaire, Congo) o que fez sustar as entradas do investimento directo estrangeiro. Mais recentemente, outros países como a Namíbia, Uganda, África do Sul e Moçambique, pararam os conflitos e começaram já a beneficiar de somas para o investimento directo estrangeiro.

As infraestruturas física, financeira, humana e institucional da África Subsaariana, são em geral pouco desenvolvidas e, em muitos casos, deterioraram-se a partir do início dos anos 80. Esse facto reflecte-

-se na falta de investimentos em quase todas as áreas económicas, sociais e institucionais, o que facilita a pesada intervenção do Estado, à qual se associa uma limitada capacidade de implementar programas de êxito. Há também a considerar a perda de mercado para as principais exportações.

O investimento em títulos é igualmente muito pequeno em relação aos fluxos para outros mercados emergentes como são os casos do Leste Asiático e América Latina. Na África Subsaariana a atenção está mais virada para a África do Sul pós-Apartheid.

O conjunto de dificuldades apresentado é, à partida, um bloqueio a qualquer programa de integração regional que se tenha em vista. Por isso esta não se tem mostrado fácil. Todavia, os dirigentes africanos persistem nas suas intenções e objectivos.

Assim em 1980, os líderes de África, interessados na integração regional, defenderam uma estratégia que viria a ser conhecida como *Plano de Acção de Lagos* e que no entender dos proponentes abriria uma nova via para o desenvolvimento. Assentava nos seguintes pontos:

- a) Liberalização de trocas comerciais que é o vector por excelência da integração económica;

- b) Adopção de um modelo semelhante ao da CEE;
- c) Instituição da livre circulação dos factores para todos os lados onde tal seja possível
- d) Criação, seguindo uma lógica de *geometria variável*, de comunidades baseadas na pertença a uma zona monetária.

A proposta de integração por mercados – consequência de trocas comerciais – inspirada na experiência da CEE, não teve em conta que esta organização é constituída por países essencialmente industrializados, dotados de estruturas físicas que asseguram a coesão do seu espaço económico, enquanto os países africanos são maioritariamente pré-industrializados, com economias e espaços físicos desarticulados. Por outro lado, a inconvertibilidade da maior parte das moedas nacionais e a ausência da coordenação entre elas, não permite aos países africanos aplicar eficazmente as concessões tarifárias sem correr o risco de as virem anular com as políticas de desvalorização não concertadas.

Por fim, importa salientar que a liberalização de trocas não é condição suficiente para a integração. A liberalização de trocas não funciona eficazmente onde não existam boas infraestruturas físicas (transportes e comunicações) bem como estruturas de produção desenvolvidas. Desde logo, a tentativa também estava condenada ao fracasso, como veio a suceder. Era ilusória, idílica e irreal.

Em 1991, em Abuja, um novo projecto de integração foi discutido e adoptado, agora

com a designação Comunidade Económica de África (CEA). Para o funcionamento desta Comunidade Económica de África foi proposta a seguinte estratégia:

1. Integração da estruturas físicas, institucionais e sociais;
2. Integração de estruturas de produção;
3. Integração de mercados, base de especialização de produção.

Para além da problemática da integração, mas inseparável desta, estão a cooperação e a solidariedade inter-Estados, que têm por missão facilitar o avanço do processo a nível sub-regional para uma ampla e envolvente articulação a nível do continente.

Assim, a cooperação e a integração nos sectores prioritários ao nível sub-regional, envolvendo a integração de estruturas de produção a partir da produção de bens intermediários e de bens de equipamento, a integração de infra-estruturas físicas (transportes, comunicações e energia) e de infra-estruturas institucionais, e a integração de mercados, são vitais.

A África sofre de problemas crónicos no seu sistema económico que a solidariedade pode ajudar sanar. Um exemplo de relevo nesta ampla actuação solidária foi desenvolvido pela SADCC. Esta organização, pela Declaração de Lusaka definiu como prioridades:

1. Redução da dependência económica;
2. Criação de laços para uma genuína e uma equitativa integração regional;

3. Mobilização de recursos para promover a implementação de políticas nacionais, inter-estatais e regionais;
4. Desenvolvimento de acções concertadas para garantir a cooperação internacional dentro do âmbito da estratégia de libertação económica definida.

De entre as prioridades ficou definida uma de maior preponderância que era a redução da dependência face à África de Sul. O objectivo era pôr fim à subordinação económica em que os países membros se encontravam e ao mesmo tempo, fugir às acções desestabilizadoras que Pretória perpetrava contra os países da região. Por outro lado, ficou estabelecida como prioridade a questão dos transportes e comunicações, pois que a África do Sul, com o sistema de transportes regional que possui, poderia reforçar a sua dominação.

Equacionou-se, por outro lado, a questão de outras fontes de desenvolvimento serem a indústria, as estradas e os caminhos-de-ferro. Porém, a política da SADCC não se resumiu ao político. Englobar os sectores de energia, alimentação e agricultura, recursos minerais, pescas e derivados, produção alimentar e controlo das doenças animais, turismo, cultura e informação. A experiência, até 1994, obteve resultados muito satisfatórios.

A África Sub-Sahariana ensaiou, após Abuja, a criação da Iniciativa transfronteiriça ou seja, *Cross Boarder Initiative* com o fim de aprofundar o processo de integração baseada na promoção da concorrência e da eficácia do domínio da produção nacional

de factores. Os seus objectivos eram a criação de sistemas de troca, a liberalização comercial, a desregulação do investimento e o reforço dos serviços financeiros.

A iniciativa apelava à coordenação geral de reformas dos países participantes nos domínios atrás referidos, à aceleração de algumas reformas e à eliminação, a curto prazo, de restrições aos fluxos de bens, serviços, trabalho e capital.

As reformas situavam-se na perspectiva da CEA, tal como foi entendida pelo Tratado de Abuja assinado em Junho de 1991 e ratificado em 31 de Dezembro de 1994, por 35 Estados. Propõe:

- Integração de mercado através da liberalização comercial e convertibilidade monetária;
- Desenvolvimento da produção, em particular das indústrias de base, com o fim de providenciar uma segurança alimentar colectiva;
- Desenvolvimento das infra-estruturas físicas (transportes e comunicações) afim de unir todos os países;
- Desenvolvimento conjunto de recursos humanos;
- Protecção do meio.

Trata-se de um mercado comum que deve ser posto em marcha num período de 30/40 anos no máximo. Estabelece 6 etapas que deverão ser engajadas simultaneamente por todos os países.

Apesar de pretender ser diferente, este projecto tem alguma semelhança com o da União Europeia cuja consolidação decorre de um tempo semelhante.

O projecto mais global a nível do continente, o CEA, aponta áreas de integração que

pretende que sejam sub-regionais e concorrentes, merecendo todas elas uma cuidada atenção. Vejamos:

No domínio económico:

- Constituição de uma base industrial sólida ao nível sub-regional para assegurar a produção eficaz de factores de produção industrial pouco custosa;
- Produção de energia para os mercados a fim de sustentar o desenvolvimento industrial;
- Criação de um sistema de transportes eficaz aos níveis nacional e sub-regional;
- Desenvolvimento do comércio intra-comunitário que contribua para a realização dos objectivos referidos.

No domínio dos transportes:

- Estabelecer um sistema integral de transportes e de comunicações de África que servirá de base à integração física do continente;
- Melhorar a eficácia do tráfego nacional e internacional;
- Promover a cooperação entre países africanos de modo a realizar um desenvolvimento económico auto-suficiente.

Importa notar que o custo dos transportes de mercadorias em África tem tido um impacto negativo sobre os preços. Na verdade os pagamentos líquidos referentes a transporte e seguros feitos a fornecedores estrangeiros absorvem mais de 25 % do valor total das exportações chegando nalguns casos atingir a cifra de 70 %. Tais pagamentos representam em média 42 % do valor das exportações em especial para países do interior (Burkina Faso, Tchad, Etiópia, Malawi, Mali, Niger, República Centro-Africana, Uganda, Zambia e Zimbabwe).

Uma boa parte das receitas cambiais da África Sub-Saariana não está sendo usada em investimento produtivo mas sim no pagamento dos serviços e transporte internacional. Esses custos igualmente reflectem-se no comércio da África Sub-Saariana.

Os países que sofrem esses constrangimentos têm uma imponente desvantagem em termos de custos de transportes em comparação com os concorrentes que não são da África sub-saariana. O problema é efectivamente muito grave quer se trate de fretes marítimos quer de fretes aéreos.

No domínio agrícola:

- Fazer o sector industrial contribuir primeiramente para o crescimento da produtividade agrícola;
- Fazer o sector industrial contribuir para a modernização de outros sectores económicos prioritários. Para tal é necessário criar uma base industrial sólida, através do desenvolvimento de indústrias-chave, tais como as da siderurgia, do alumínio, da química e da petroquímica de base com o fim de fornecer factores de produção intermediários ao sectores, e reforços às estruturas industriais nesta base. A industrialização deve sustentar o desenvolvimento energético, a construção do material de transporte e outros bens de equipamento de primeira necessidade. Ela permitirá igualmente o desenvolvimento de um sector da pequena indústria sólida e competitiva que utilizará os produtos intermediários locais e as empresas locais.

No domínio da energia:

- Reconhecer que o fornecimento adequado de energia é uma condição essencial a um desenvolvimento estável e durável, em particular um desenvolvimento industrial sólido.
- Na maior parte das sub-regiões, em particular na sub-região da África do oeste, a penúria dos recursos energéticos e o custo elevado do petróleo importado agravaram a situação económica. Há um excedente de produção hidroeléctrica em certas zonas que não é convenientemente explorado por causa da ausência de redes eléctricas para aprovisionar as zonas deficitárias.

No domínio do comércio e finanças:

Uma análise das estruturas de comércio de cada país revela a existência de produtos exportados da África para o estrangeiro que podem numa grande medida ser objecto de comércio em África. Exemplo: produtos agrícolas, criação de gado e bens industriais; as possibilidades importantes de comércio intra-sub-regional são ainda muito negligenciadas.

Os países africanos haviam rejeitado a via comercial para a integração, advogando que cada país deveria continuar a proteger-se, industrializar-se e, sempre que possível, tudo fazer para obter financiamento conjunto. Concluíra-se, então, que o baixo nível de desenvolvimento industrial e da diminuta percentagem de trocas intra-regionais aponta para o facto de o comércio não poder ser tomado como alavanca para o processo integrador.

No entanto existem barreiras que «afogam» o comércio regional. Pode referir-se, entre os mais importantes, que os circuitos comerciais tradicionais

fortemente estabelecidos e as sólidas relações financeiras tecidas entre certos países africanos e as antigas metrópoles são problemas relevantes.

Mas há outros constrangimentos: barreiras linguísticas e históricas, regulamentações e procedimentos aduaneiros, ineficácia das infraestruturas de



É vontade dos países africanos concretizarem o processo de integração regional ponderado e projectado em várias ocasiões. Porém, a maioria terá de pôr em prática políticas e reformas estruturais rápidas para atrair fluxos privados. Entre 1991 e 1994, cerca de 90% dos fluxos de capital privado para os países em desenvolvimento concentraram-se sobretudo nos países de rendimento médio do Leste asiático e da

transporte e de comunicações, ausência de produtos locais competitivos, dificuldades ligadas à convertibilidade monetária intra-regional, falta de conhe-

cimento dos mercados e uma rede de contactos comerciais rudimentares, são alguns de entre os muitos que podem ser apontados.

As condições que são favoráveis à criação do comércio são as exactamente opostas às que tipicamente se encontram nos países africanos.



América Latina. É indispensável que a situação se inverta, não para retirar os fluxos dessas regiões, mas para haver um maior equilíbrio na distribuição. Sem disponibilidade financeira para uma intervenção séria, tanto nos sectores públicos como nos privados, dificilmente os países da África sub-sahariana lograrão sair do estado em que se encontram.

Foto de anónimo. Cedida pelo autor.

Nestes, o comércio externo é elevado quando confrontado com a produção interna, e o comércio inter-grupo representa uma pequena parte do comércio total. Os países da África subsaariana dependem grandemente da exportação de matérias primas, que são livremente transaccionadas nos mercados mundiais. Por sua vez, as importações desses países consistem sobretudo em produtos intermediários e bens finais manufacturados os quais ou não são produzidos por muitos desse países são-no apenas em quantidades muito limitadas. As razões para integração assentam essencialmente nos efeitos que a criação de mercados regionais tem sobre os problemas fundamentais desses países.

Evidentemente que é necessária a criação de um mercado comunitário único, através da abolição de barreiras alfandegárias, da introdução de uma tarifa comum para as mercadorias estrangeiras e do estabelecimento de uma cooperação sub-regional em matéria monetária e financeira de modo a estimular o comércio intra-comunitário.

Ao impacto das crises energéticas de 1973 e 1979 e do endividamento externo, a partir de 1982, associaram-se a diminuição da poupança interna e do investimento estrangeiro.

Estes fenómenos acentuaram a marginalização das economias africanas em relação ao mercado internacional e provocaram a erosão das estratégias de crescimento e de desenvolvimento, o que conduziu a que inúmeros países adoptassem o programa de ajustamento estrutural.

Na verdade, face a uma economia desajustada, com dificuldades macroeconómicas não é sem contenção que se pode falar de condições para uma possível integração regional.

O objectivo do PAE era o de restaurar as condições do crescimento e melhorar as bases de desenvolvimento social e económico a longo prazo, corrigindo os desequilíbrios macroeconómicos e as distorções microeconómicas. Nesse sentido, propunha-se criar capacidades humanas e institucionais, proteger o meio ambiente, induzir a um menor crescimento da população e fomentar a assimilação de novas tecnologias. Assim, o programa procura reestruturar as capacidades de produção de maneira a aumentar a eficácia e a permitir restabelecer o crescimento.

Mas o ajustamento estrutural não conseguiu aumentar a taxa de crescimento aos níveis necessários. A recuperação económica à escala da região

permanece frágil embora os resultados variem fortemente. O sector agrícola em alguns países conheceu um certo desenvolvimento. Contudo, não foi suficiente para satisfazer as necessidades das populações.

O crescimento na África Sub-Saariana nunca atingiu níveis impressionantes e tem sido mesmo o mais fraco entre os países em vias de desenvolvimento. Nos países mais favorecidos pela natureza, a instabilidade política e social limitam o seu potencial.

É vontade dos países africanos concretizarem o processo de integração regional ponderado e projectado em várias ocasiões. Porém, a maioria terá de pôr em prática políticas e reformas estruturais rápidas para atrair fluxos privados. Em 1991/94, cerca de 90 % dos fluxos de capital privado para os países em desenvolvimento concentraram-se sobretudo nos países de rendimento médio do leste asiático e da América latina. É indispensável que a situação se inverta, não para retirar os fluxos dessas regiões, mas para haver um maior equilíbrio na distribuição. Sem disponibilidade financeira para uma intervenção séria tanto nos sectores públicos como no privado dificilmente os países da África Sub-Saariana sairão do estádio em que se encontram.

Bibliografia

- «Teoria Económica de Integração», ROBSON, Peter, Coimbra editora, 1985.
- «SADCC e Interdependência Económica na África Austral», CARDOSO, Fernando Jorge.
- «Ajustement Structurel: Contexte, Hypothese Origine et Diversité», TOYE, Jonh.
- «Conditions Politiques de l'Ajustement en Afrique 1980-1990 (les)» MORISSON, Christian, Jean Dominique LATAY e Sebastien DESSUS.
- «Globalização: Novas Oportunidades, Duros Desafios», OURESHI, Zia, in Revista Finanças e Desenvolvimento, Maio/1996, pp. 30/36.
- «Porque a África Subsaariana Ficou Marginalizada do Comércio Mundial», IEATS, Alexander J., Azita Amjadi Ulrich Reinake e Francis NG in revista Finanças e Desenvolvimento, Dezembro/1996, pp. 36/39.
- «África Subsaariana pode atrair mais capital Privado (A)», BARRACHRMA, Peter J. Amar, MONTELL, e Sunil SHARMA, in Revista Finanças e Desenvolvimento, Junho/1997, pp. 3/6.

África Sub-Sahariana e Globalização

Por José Mário Barros

O processo de globalização da economia mundial que se tem vindo a consolidar, nomeadamente, a partir dos anos 80, caracteriza-se por um conjunto de movimentos distintos, mas com fortes interações, dos quais salientamos três, que acabam por atingir, mais directamente, as economias em vias de desenvolvimento:

A expansão da economia de mercado à escala mundial, (com o abandono das soluções socialistas e nacionalistas no que se convencionou, em certo momento, designar como terceiro mundo e, que constituem, hoje, os chamados países em desenvolvimento), criando condições para o alargamento dos mercados e para o crescimento das trocas comerciais e do investimento internacional, abarcando, praticamente, todo o globo;

A globalização e complexificação dos mercados financeiros, em consequência da liberalização da circulação de capitais entre os países industrializados e a redução progressiva do proteccionismo financeiro nos países em industrialização, dando origem a um crescimento exponencial nos fluxos de capitais a curto prazo e nos investimentos de carteira, (na base da globalização está assim, como referimos anteriormente, o crescimento do investimento directo privado internacional entre os países

industrializados e o desvio do fluxo deste capital está também na origem da emergência do Leste da Ásia, sendo os mais marginalizados, uma vez mais, neste processo, os países da África Sub-Sahariana);

A emergência de um regime no comércio internacional de bens, em que actuações proteccionistas por parte dos países do norte tiveram como uma das consequências um forte crescimento do investimento internacional entre os pólos desenvolvidos da economia mundial e nos países emergentes e, o estabelecimento de alianças estratégicas entre empresas de pólos diferentes e a criação de redes de subcontratantes em países de outras zonas monetárias, com custos mais competitivos e acesso facilitado aos mercados dos outros pólos. (Também, neste processo, a África Sub-sahariana ficou marginalizada.)

Zia Qureshi defende que: «A maior integração dos países em desenvolvimento na economia global apresentará difíceis desafios, mas que vale a pena promovê-la porque trará benefícios tanto aos países desenvolvidos como aos em desenvolvimento.»⁽¹²⁹⁾ Posto que, os países em desenvolvimento têm um papel decisivo na globalização. A participação do comércio mundial (importação e exportação) no

PIB destes países aumentou rapidamente de cerca de 33 % em meados dos anos 80 para os actuais 43 %, podendo chegar a mais de 50 % no próximo decénio. Tal aceleração constitui uma brusca ruptura com as tendências anteriores, reflectida na adopção de reformas voltadas para o exterior e na transição de opções de planificação centralizada para o regime de mercado.

Sendo, também, a crescente integração dos países em vias de desenvolvimento no comércio mundial acompanhada e até reforçada por causa da sua crescente integração nas finanças mundiais. Qureshi afirma que: «Os fluxos de capital privado para esses países quadruplicou entre 1990 e 1994».⁽¹³⁰⁾

Mas se, em termos gerais, houve um aumento do fluxo de capitais privados para os países em vias de desenvolvimento devido, não só, à melhoria das suas políticas como também, das suas perspectivas económicas, para o conjunto dos países da África sub Sahariana, este aumento é irrelevante, posto que, a sua parte é insignificante, como afirma Paul Frix: «Enfin, le Continent africain n'a pas su, non plus, tirer profit du quadruplement des investissements privés vers les pays en voie de développement survenu depuis 1990. Sa part

⁽¹²⁹⁾ Qureshi, Zia, *Globalização: novas oportunidades, duros desafios*, in *Finanças & Desenvolvimento*/Março 1996, pag. 30.

⁽¹³⁰⁾ *Ibidem*, pag. 31.

dans les flux privés vers les PVD oscille entre 1 et 3 % à peine.»⁽¹³¹⁾

Entre 1991 e 1994 os fluxos de capitais privados concentraram-se nos países (de renda média) do Leste da Ásia, os chamados (new industrialising countries) novos países industrializados que conjuntamente com o Japão formam uma das três regiões mais desenvolvidas e integradas do mundo e, que constituem o chamado fenómeno da «triadização». O Grupo de Lisboa descreve o processo do seguinte modo: «A "triadização" do investimento directo estrangeiro é resultado de fluxos de investimento que criaram uma situação económica internacional fundamentalmente diferente da dos anos 60 e 70. Até ao começo da década de 80, os países em vias de desenvolvimento tinham um papel a desempenhar, ainda que limitado, enquanto áreas de origem e destino dos fluxos. Durante os anos 80, a Tríade contabilizou cerca de 4/5 dos fluxos internacionais de capital! A parte dos países em desenvolvimento caiu de 25 % na década de 70, para 19 %, apesar da taxa de 30 % de crescimento anual do investimento directo estrangeiro e da quase duplicação da média anual dos fluxos dirigidos aos países em desenvolvimento, entre 1980-1984 e 1985-1989».⁽¹³²⁾

Na maior parte dos países de baixa rendimento continuam predominantes os fluxos oficiais. Como a tendência actual é para a diminuição desses fluxos, Qureshi defende que:

«tais países precisarão acelerar as reformas que lhes permitirão atrair os capitais privados.»

A nível de integração no comércio mundial os países em desenvolvimento estão também, cada vez mais integrados mas o grau e a rapidez variam grandemente de país para país. O contraste mais marcante é entre o Leste da Ásia que viu aumentada grandemente a sua participação no comércio mundial e a África sub-sahariana que, contrariamente, diminuiu a sua participação, «ficando muito abaixo do nível de 20 anos atrás», segundo as contas de Qureshi. À mesma conclusão chega Paul Frix que, que no entanto só considera os últimos 15 anos: «La part de l'Afrique sub-saharienne dans le commerce mondial, y compris dans les secteurs traditionnels des produits de base, n'a cessé de se dégrader depuis une quinzaine d'années. En quelque années, elle s'est réduite de moitié passant de 6 % à +/- 3 % aujourd'hui.»⁽¹³³⁾

Independentemente da duração deste fenómeno, o facto é que, todos os autores concordam que nos anos 60 a África, através da colonização, estava perfeitamente integrada no sistema capitalista ocidental. É a partir dos anos 70 devido a vários fenómenos como o fim do sistema de câmbios fixos (criado pelo sistema de Bretton Woods, a fim de regular as relações financeiras entre os países desenvolvidos e os países, então chamados do Terceiro Mundo), a crise do petróleo, a incapacidade

económica dos países africanos operarem grandes investimentos em infra-estruturas físicas, diminuindo, deste modo, o interesse dos países capitalistas em investirem neles, que se inicia o processo da marginalização das suas economias. Também, a partir dos meados de 70 é tentada uma reconversão económica a custos sempre crescentes (custos de importação dos produtos pelos africanos muito maiores dos que da exportação dos seus produtos) dando origem ao fenómeno da deterioração dos termos de trocas e à generalização do fenómeno da dívida externa, de que o desinteresse do investimento directo estrangeiro é uma das consequências, como é referido numa revista africana: «The importance of progress on debt has been repeatedly underscored since heavy indebtedness has been identified as a disincentive to foreign direct investment (FDI).»⁽¹³⁴⁾ Pelo que, a África subsahariana assistiu a uma diferenciação crescente, no sentido da desintegração e marginalização da generalidade das suas economias.

Para darmos uma ideia de como evoluiu a situação, em termos de trocas comerciais, citamos dois exemplos apresentados por Paul Frix: «a) la Malaisie export en 1970, 3 fois plus que le Kenya de produits manufacturés. Début des années 90, la Malaisie en exportait 52 fois plus; b) le Nigeria exportait en 1970 plus de produits manufacturés que l'Indonésie. Vingt ans après, l'Indonésie en exportait 36 fois plus.»⁽¹³⁵⁾

⁽¹³¹⁾ In, *Marhès Tropicaux et méditerranéens*, spécial 50 ans, Décembre 1995, pag. 213.

⁽¹³²⁾ Grupo de Lisboa, op. cit., pag. 116.

⁽¹³³⁾ In, *Marhès Tropicaux et méditerranéens*, op., cit., pag. 213.

⁽¹³⁴⁾ *Resource flows*, in *Africa Recovery*, Outubro/1996 pag. 14.

⁽¹³⁵⁾ In, *Marhès Tropicaux et méditerranéens*, op., cit., pag. 213.

Paralelamente, a África deparou-se com problemas crescentes ao nível das exportações dos seus produtos agrícolas e minerais, devido ao surgimento de substitutos sintéticos e à imposição de preços baixos e práticas de comércio restritivas. O que levou alguns autores a afirmarem que economicamente a África não tem, actualmente, interesse para o mundo: «*Economiquement, l'Afrique ne présente plus d'intérêt dans le fonctionnement mondial; tous les produits qu'elle exporte se trouvent ailleurs et parfois à meilleur compte.*»⁽¹³⁶⁾

A combinação da deterioração dos termos de trocas com a diminuição das receitas de exportação e uma balança comercial desfavorável levou a uma deterioração da balança de pagamentos e à crise. Esta situação adversa deu lugar a uma forte intervenção por parte das instituições de Bretton Woods, (com sede em Washington D.C., estas instituições encontram-se sob a hegemonia dos E.U.A. que através delas vai impondo a globalização dos seus valores: Democracia Multipartidária e Economia de Mercado e de Consumo), às economias em desenvolvimento, em geral, e às economias da África sub-sahariana, em particular. Estas últimas foram constringidas a realizarem reformas económicas estruturais e a submeterem-se à condicionalidade política, como pré-condições para a concessão de empréstimos. Por isso, não concordamos com Patrick Guillaumont quando afirma que, considerar que o ajustamento estrutural é suportado por uma ideologia, é uma questão de gosto: «*Il est de bon ton de considérer l'ajustement struturel comme*

un slogan, donc un jargon technocratique justifiant un ensemble type de mesures de politique économique, inspiré par une commune idéologie.»⁽¹³⁷⁾ Mesmo porque isso não invalida que o conceito seja economicamente claro e preciso, como defende o autor, posição com o qual concordamos: «*il consiste à réduire le déficit extérieur courant, en agissant sur l'offre des biens d'exportation ou de remplacement d'importation, ce que l'on appelle les biens échangeables, grâce à un accroissement de la rentabilité des activités que les produisent, ce que l'on désigne communément par amélioration de la compétitivité.*»⁽¹³⁸⁾ Portanto, os programas de ajustamento estrutural tentam resolver os problemas das contas externas e balança de pagamentos.

Os programas de ajustamento estrutural têm três componentes:

- 1.º – Políticas de estabilização: medidas de correcção do déficit orçamental e do déficit da balança de pagamentos, actuação sobre a procura através da diminuição da massa monetária em circulação;
- 2.º – Liberalização das barreiras existentes para a livre circulação dos factores de produção, liberalização dos preços administrativos, diminuindo o papel do estado sobre a regulação dos preços e início das políticas de privatização;
- 3.º – Crescimento, relançamento da oferta agindo sobre os instrumentos que a vão fazer aumentar, estímulo à economia e reformas ligadas ao sistema financeiro: regulação da taxa de câmbio e do crédito.

Os défices das economias africanas são, no entanto, estruturais, não resolúveis a curto prazo nem resolúveis apenas a nível financeiro. Os programas de ajustamento estrutural têm por objectivo o reequilíbrio dos principais agregados macro-económicos, por isso actuam sobre: Os desequilíbrios entre a procura e oferta; Os desequilíbrios entre a massa monetária em circulação e a produção; O déficit orçamental que alimenta a inflação; A balança de pagamentos, constantemente, financiada pelo exterior; impondo limites de crédito à economia, pela definição da quantidade máxima de empréstimo, possível, às instituições financeiras.

A condicionalidade económica obriga à liberalização dos mercados internos: desregulamentação da importação e à privatização de empresas em sectores chaves da economia, medidas que conduzem à diminuição do papel do estado na economia, (vemos aqui como os estados africanos foram «obrigados» a entrar no processo de globalização). A condicionalidade política obriga à liberalização política, ou seja, à democratização e/ou à passagem ao multipartidarismo. É neste sentido que os programas de ajustamento estrutural se ligam com o processo da globalização na medida em que obrigam os governos africanos a liberalizarem, privatizarem e desregulamentarem, põem os motores da globalização, como definidos pelo grupo de Lisboa, a funcionar em África, a favor das economias mais fortes, levando a que economia da África sub-sahariana, que não está preparada para entrar no processo, seja completamente trucidada pelo processo da

⁽¹³⁶⁾ Conf: Durand, Marie-Françoise, Lévy, Jacques e Retaillé, Denis *Le Monde Espaces et Systèmes*, Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques.

⁽¹³⁷⁾ In, *Marhès Tropicaux et méditerranéens*, op., cit., pag. 221.

⁽¹³⁸⁾ Ibidem.

globalização. Ou seja, os motores do processo de globalização em vez de arrastarem consigo as economias africanas, fazem o processo passar por cima delas.

Isto aconteceu, também, porque a implementação destes programas encerrou alguns problemas como o desconhecimento das características das economias da África subsahariana, o que levou a não ter-se em consideração as suas dificuldades e especificidades, dando ênfase a soluções do lado da procura restringindo a economia local, de forma a libertar recursos para o pagamento da dívida externa; a não distinção entre bens supérfluos e necessários. Como refere Paul Frix: «*l'inadaptation, au départ, des programmes d'ajustement structurel et d'ouverture des marchés à la situation spécifique de l'Afrique subsaharienne*». ⁽¹³⁹⁾

No fundo, os objectivos últimos das instituições de Bretton Woods são a criação e manutenção de um sistema de comércio e de mercados financeiros livres das imposições das políticas estatais. Ou seja, a inclusão dos países em desenvolvimento no rol dos mercados dos E.U.A. Deste modo os grupos mais fortes acabam por se imporem aos mais fracos.

A marginalização da África tem sido progressiva e contínua, como afirma Paul Frix: «*En dépit de son potentiel énorme de certains signes de reprises économiques indéniables depuis 1994, la situation globale du continent africain au sud du Sahara reste préoccupant. A bien des égards le continent a été ces dix dernières années marginalisé sur le plan*

industriel et commercial. 'Afrique apparait aujourd'hui, momentanément, comme la grande perdante de l'ouverture et de la compétition internationale accrue qui caractérisent désormais les relations économiques au niveau mondial'». ⁽¹⁴⁰⁾

O leste da Ásia é a região que maiores progressos tem realizado em direcção à integração. A África subsahariana é das regiões, internacionalmente, menos integradas, havendo o risco de que o processo da globalização venha a aumentar, ainda mais, as disparidades entre essas regiões, tornando os mais desenvolvidos e integrados cada vez mais desenvolvidos e integrados e os marginalizados e dependentes cada vez mais marginalizados e dependentes. Encontrar os meios para acelerar a integração dos países em vias de desenvolvimento, também em vias de desintegração, será um desafio especialmente importante.

Para Qureshi os países voltados para dentro correm o risco de uma marginalização cada vez maior, porque desperdiçam as novas oportunidades de crescimento criadas pela expansão do comércio e do investimento e, num mundo mais integrado, políticas equívocas podem acarretar a evasão dos recursos internos. Os países com mais condições de aproveitar as novas oportunidades da globalização são os que estão a modificar rapidamente as políticas e as estruturas a fim de apoiarem o crescimento voltado para fora.

Ainda, segundo o relatório do Banco Mundial intitulado *Global economic prospects and the developing countries*

1995, citado por Qureshi, a integração crescente dos países em desenvolvimento na economia global representa uma grande oportunidade porque: «*A conjuntura económica global é propícia à maior integração dos países em desenvolvimento na economia mundial, mas os que se encontram desfasados correm o risco de ficar ainda mais para trás*». ⁽¹⁴¹⁾

Ou seja, o crescimento do comércio global traz oportunidades aos países em desenvolvimento que só poderão aproveitá-las se realizarem reformas voltadas para o exterior, adoptando políticas com uma base macro-económica estável seguida de medidas de liberalização do comércio e do investimento e, aplicação de taxas conducentes a uma maior abertura competitiva.

Portanto, parece que os países da África sub-sahariana só têm uma hipótese: realizarem as reformas políticas e estruturais apoiando o crescimento voltado para o exterior, ou seja, para a exportação, de modo a se integrarem no processo de globalização. Se não realizarem as reformas ficarão cada vez mais marginalizadas, porque não poderão participar no crescimento do comércio internacional, nem beneficiar do fluxo de capitais do investimento directo estrangeiro.

No entanto, com a realização das reformas voltadas para o exterior as suas economias torna-se extrovertidas, completamente dependentes do exterior. De acordo com as regras do GATT, ficam à mercê das exportações dos outros países e, como o mero acesso a outros mercados, só por si, não quer dizer nada, não sendo as economias africanas

⁽¹³⁹⁾ Ibidem, pag. 213.

⁽¹⁴⁰⁾ Ibidem.

⁽¹⁴¹⁾ Zia Qureshi, «Globalização: novas oportunidades, duros desafios», ob., cit., pag. 31.

competitivas, as suas hipóteses de sucesso serão praticamente nulas.

Consequências do Fenómeno de Globalização para a África Sub-Sahariana

Coexistem duas posições que poderemos considerar, clássicas, acerca do processo da globalização e das suas consequências: as optimistas, normalmente, encabeçados pelas instituições de Bretton Woods e as pessimistas, representados por activistas, académicos, escritores e agências com carácter humanitário: Para os primeiros, como referido anteriormente, a globalização oferece amplos e mútuos benefícios, tanto para os países industrializados como para os países em vias de desenvolvimento; Para os segundos a grande consequência do fenómeno da globalização é que ela não é global, quer dizer, a globalização para ser global teria que integrar, no processo que a constitui, todo o globo terrestre e, é precisamente isso o que não acontece. Algumas partes do todo, talvez a maior parte, ficam de fora, em particular, toda a África ao sul do Sahara, com excepção da República da África do Sul. Ficar de fora, é o mesmo que dizer não integrada, se recordarmos que integrar, também quer dizer, tornar semelhante. Torna-se mais patente o quanto falta à globalização para ser global.

Um outro conceito utilizado para expressar este estado de coisas é o de desarticulação. «A desarticulação traduz o processo através do qual, no mundo actual, alguns países e regiões estão gradualmente a perder as suas conexões com as regiões e países mais desenvolvidos. Em vez de par-

ticiparem no processo de crescentes interligações e integrações que constroem o novo "mundo global", caminham na direcção oposta». ⁽¹⁴²⁾

O grupo de Lisboa, referindo-se à competitividade a que o fenómeno de globalização conduz, conclui, também, que os mais fracos acabarão por ficar de fora do sistema: «A lógica da competitividade está empenhada em reduzir a diversidade no interior do sistema, através da eliminação daqueles que não conseguem resistir às forças dominantes e aos jogadores mais fortes. Neste sentido, contribui para o desenvolvimento da exclusão social: os indivíduos, empresas, cidades e nações sem capacidade para competir são deixados à margem. Deixam de ser sujeitos da história».

⁽¹⁴³⁾

O Relatório do Desenvolvimento Humano 1997 não deixa dúvidas sobre as possíveis consequências do processo de globalização para «os seus perdedores»: «Em termos mundiais os benefícios da liberalização deveriam exceder os seus custos. No período de 1995 a 2001, espera-se que os resultados do Uruguai Round do GATT (Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio) aumentem o rendimento mundial em cerca de 212 a 510 mil milhões de dólares – ganhos devidos a um aumento de eficiência, taxas de juro do capital mais altas e também à expansão do comércio.

Os ganhos mundiais obscurecem um balancete mais complexo de ganhadores e perdedores. Pois, apesar de os ganhos suplantarem claramente as perdas estimadas, estas concentrar-se-ão no grupo de países que menos as pode suportar – e, para

alguns destes, os custos serão significativos. Estima-se que os países menos desenvolvidos venham a perder até 600 milhões de dólares por ano, aumentando este valor para 1,2 mil milhões de dólares para a África Subariana». ⁽¹⁴⁴⁾

Como se pode verificar, apenas as instituições de Bretton Woods consideram que a globalização pode trazer benefícios à África Sub-Sahariana, na firme convicção de que a liberalização da economia o livre fluxo do comércio e do capital conduzirão aos resultados esperados. Parece-nos, que o FMI e o Banco Mundial traçam os seus Planos e Programas de Ajustamentos um pouco desfasados dos contextos reais aonde irão ser aplicados, pois, de outro modo, como se podem explicar os desajustamentos verificados entre os resultados esperados e os obtidos? Destacamos uma série de elementos que foram, possivelmente, negligenciados e, que acabam, de algum modo, por explicar o curso dos acontecimentos:

- 1.º – Os princípios dos mercados globais livres são aplicados de forma selectiva, não uniformemente como tendem a considerar o FMI e o BM;
- 2.º – Devido à falta de poder, os países pobres e os povos pobres veem os seus interesses negligenciados e minados com muita frequência, o que enfraquece o alcance de muitas medidas adoptadas;
- 3.º – Os governos da África Sub-sahariana transferem para os seus credores do norte quatro vezes mais do que aquilo que gastam, por exemplo, na saúde da sua população;

⁽¹⁴²⁾ Ibidem, pags. 116-117.

⁽¹⁴³⁾ Grupo de Lisboa, op. cit., pag. 150.

⁽¹⁴⁴⁾ Relatório do Desenvolvimento Humano 1997, (tradução portuguesa) pag. 82 (o sublinhado e carregado é nosso).

4.^o – A dívida dos países pobres absorve normalmente até um quinto dos ganhos com as exportações, depauperando seriamente um já de si limitado stock de divisas e minando a capacidade de entrar no comércio externo em condições mais equitativas;

5.^o – O Uruguai Round deixou intacta a maior parte das protecções à indústria e agricultura dos países industrializados, ao mesmo tempo que ignorou assuntos de importância vital para os países – nomeadamente o problema da dívida e o da gestão dos mercados de bens serviços de primeira necessidade. ⁽¹⁴⁵⁾

Depois do quadro traçado, a conclusão parece-nos, é clara e já foi tirada: «A globalização prossegue assim a passos largos, mas principalmente em benefício dos países mais poderosos e dinâmicos do Norte e do Sul. A perda para os países em desenvolvimento devido ao acesso desigual ao comércio, trabalho e serviços financeiros foi estimada em 500 mil milhões de dólares pelo Relatório de Desenvolvimento Humano de 1992, dez vezes o que eles receberam em ajuda internacional. Os argumentos de que os benefícios se alastrarão necessariamente aos países pobres, são, na melhor das hipóteses, rebuscadas ou, na pior, ilusórias». ⁽¹⁴⁶⁾

Perspectivas para o Futuro da África Sub-Sahariana no Contexto da Globalização

Uma das formas que o grupo de Lisboa vê de a África superar o seu atraso é a adopção de formas de organi-

zações políticas e económicas supranacionais: «A situação em África teria sido substancialmente diferente se tivessem sido desenvolvidas determinadas formas de "unidade africana". O futuro surgiria também mais promissor se a actual e extrema fragmentação fosse substituída por organizações cooperativas de tipo sub-regional ou alargadas a toda a África». ⁽¹⁴⁷⁾

As organizações regionais que existem, actualmente, como a SADC e a UEMOA talvez possam tentar agregar e integrar os países da sua região, diminuindo os efeitos nefastos da extrema fragmentação actual. Mas, pensamos que, independentemente da organização espacial que se vier a adoptar, o mais importante é que sejam dadas à África Sub-Sahariana as condições que tornem possível o seu desenvolvimento.

O processo de globalização não pode continuar a ter a progressão desigual que apresenta, nem deve continuar, também, a aumentar, de cada vez, as desigualdades persistentes. Talvez, antes de se começar a liberalizar se devesse dar tempo e meios para que a África Sub-Sahariana desenvolvesse e fortalecesse as suas estruturas tornando-as competitivas, como fez a União Europeia aquando da adesão de países mais pobres e menos competitivos, concedendo-lhes subsídios e, alargando os prazos para a liberalização, em certos sectores mais frágeis e menos preparados. Como fazem, também, os países mais industrializados a nível do GATT, que em 1995 gastaram 182 mil milhões de dólares em subsídios.

Assim sendo, como se pode esperar que a África Sub-Sahariana, já de si débil, possa estar ao nível de competir com os outros países, no mercado global, sem essas condições que se dão aos países mais ricos para se tornarem competitivos? Não é possível à África Sub-Sahariana participar no comércio global, a não ser como comprador, se não realizar investimentos nos sectores produtivos e de infra-estruturas antes de liberalizar e desregular; seria como semear num campo cheio de ervas daninhas, as plantas nunca chegariam a crescer, sufocadas por aquelas.

Por exemplo: à medida que os países pobres abrem as suas economias, expõem muito dos seus produtos agrícolas pobres à esmagadora e desleal concorrência das importações subsidiadas. A África Sub-Sahariana não pode participar no processo de globalização se não estiver desenvolvida e não pode desenvolver se não for protegida no seu desenvolvimento. O primeiro perigo é o de remover as barreiras comerciais cedo demais, antes que a indústria local seja suficientemente robusta para que possa enfrentar a concorrência estrangeira. Qual «criança da rua» sem recursos, sem protecção, sem formação, sujeita a uma concorrência desleal e injusta e exposta a todas as vicissitudes de uma vida de abandono, se chegar a adulto o máximo que pode aspirar é a ser um marginal. Tal é a condição da África Sub-Sahariana, no actual estado de coisas, que caracteriza o processo da globalização. O máximo a que pode aspirar, é a continuar a ser marginal em relação a todos os benefícios do processo da globalização.

⁽¹⁴⁵⁾ Cf. *Relatório do Desenvolvimento Humano 1997*, ob. Cit., pags. 82, 84, 85.

⁽¹⁴⁶⁾ *Ibidem*, pag. 87.

⁽¹⁴⁷⁾ Grupo de Lisboa, op. cit., pag. 175.

A solução tem de passar necessariamente pelos detentores do poder de decisão/detentores de recursos, que devem proporcionar aos países da África Sub-Sahariana o mínimo de condições para que possam disputar em posição de igualdade as oportunidades de um mundo global. Como defende o Grupo de Lisboa uma das formas de se tentar construir, de facto, um mundo global pode passar pela criação de contractos sociais globais cujos estímulos deveriam vir das três regiões mais desenvolvidas sob a forma de resolução que: «*deveria também identificar os meios (em particular, os meios financeiros) e as vias para a definição de um "pacto*

global" entre as empresas nacionais e multinacionais mais relevantes, os bancos, os governos nacionais e as associações de países desenvolvidos e em vias de desenvolvimento». ⁽¹⁴⁸⁾

Hoje os líderes africanos estão conscientes de que a globalização faz-se de modo desigual e que ao mesmo tempo aumenta as desigualdades existentes, Marcelino dos Santos, Secretário Geral da Conferência dos Grupos Nacionalistas das Ex-colónias Portuguesas, reunida recentemente em Rabat, afirmou em entrevista à RDP África que: «*A globalização é a continuação da política colonialista, porque os*

mais pobres estão a ser tomados cada vez mais pobres, sendo, por isso necessário, fazer uma globalização em que todos são considerados como iguais». ⁽¹⁴⁹⁾

Pensamos que os que detêm os poderes de decisão deverão estar igualmente conscientes das consequências que advirão do actual modo de condução do processo. E, se de facto quiserem mudar o actual estado de coisas, têm os meios para o fazer. Faltar-lhes-à vontade. Haja, pois boa vontade! Para que se realize uma verdadeira globalização em que todos sejam tornados semelhantes, que seja, em oportunidades.

⁽¹⁴⁸⁾ Ibidem, pag. 187.

⁽¹⁴⁹⁾ Marcelino dos Santos, in RDP África, 26-05-1998.

SADC – Futuro da África Austral?

Por Domingas Nazaré

Este ensaio é uma abordagem que pretende ressaltar as condições bastante controversas, nas quais o processo de integração regional emergiu na África Austral, bem como reflectir sobre as possibilidades futuras que se oferecem a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), no contexto regional e mundial.

O debate sobre esta problemática, põe a África em geral e a África Austral em particular perante a questão: «Como agir, atendendo a emergência de blocos regionais e aumento da globalização, para reduzir a marginalização e garantir a sobrevivência?». Associada a esta questão encontramos muitas outras, e sobre as quais não precisamos ponderar. Será

a integração regional a melhor saída? Permitirá ela um novo modo de estar no mundo? Ou deverá a África virar para outra direcção e encontrar um novo caminho?

A África Austral enveredou pela via da integração, tendo em conta os esforços envidados pelos Estados membros no sentido de transformarem a Conferência de Coordenação para Desenvolvimento da África Austral (SADCC) em SADC. O modo como se vai operacionalizar e concretizar esse processo de integração permanece uma grande interrogação, tendo em conta:

- A dificuldade de consenso no que respeita a harmonização de políticas;

- A situação de instabilidade ainda prevalecente em alguns países e o envolvimento de outros na crise dos Grandes Lagos;
- O tamanho reduzido e fragmentado dos mercados;
- A forte dependência da tributação oferecida pelas alfândegas que caracteriza os orçamentos dos Estados africanos, que por sua vez traz ao de cima o problema de ganhos e perdas entre o países do grupo;
- Etc..

Ultrapassar os obstáculos e fazer face aos desafios são tarefas que a SADC terá que realizar, a médio e longo prazos, para que se possa afirmar no contexto global, agindo como um bloco uno e coeso.

As Implicações para a África da Nova Ordem Mundial

O fim da Guerra Fria estimulou o debate internacional acerca de natureza da nova ordem política mundial. Esse facto deveu-se fundamentalmente, ao colapso do império soviético e da subsequente fragmentação da própria União Soviética. Tendo daqui resultado o desanuviamento do conflito Leste-Oeste a partir de 1985⁽¹⁵⁰⁾.

O multipolarismo que resultou desta situação, e a necessidade de realinhamento mais do que a de não-alinhamento, até aí defendida, obriga a África a considerar mudanças dialécticas ligadas a questões, tais como: crescimento/não crescimento; independência/dependência económica, no seu próprio alinhamento.

Mengistu (1998) defende que ao tornar-se participante activo da guerra ideológica das superpotências, o continente perdeu as oportunidades de fazer as mudanças e transformações fundamentais para poder assumir uma nova postura no contexto global.

A actual ordem económica mundial e o processo de globalização colocaram a África perante uma realidade cuja tendência não era habitual, tanto mais difícil porque nem todos os países enfrentam os mesmos constrangimentos, quer internos quer externos. A resposta africana a esta nova realidade foi, principalmente, um aumento dos esforços de integração e cooperação.⁽¹⁵¹⁾ É neste quadro que se verifica a redefinição da agenda de cooperação na África Austral.

As comunidades regionais actualmente existentes em África – apesar de resultarem da associação de vários países que, no conjunto, oferecem muito maior espaço do que os territórios nacionais tomados individualmente – representam mercados «internos» (regionais) relativamente pouco importantes, salvo algumas excepções, no qual se inclui a SADC com uma comunidade de 146 milhões de consumidores. De acordo com Cardoso (1998), a integração económica em muitos países africanos tem um papel secundário, tanto no que se refere à estabilidade e consolidação dos regimes e dos mercados internos, como ao nível de inserção internacional das economias.

Contudo, Torres (1998) considera que a integração regional em África é uma necessidade urgente, não apenas devido a exiguidade dos mercados nacionais, mas também porque é urgente ultrapassar a actual falta de complementaridade entre as economias. Para ele, a integração regional deve ser encarado como um meio para atingir um fim, sendo abordada como um processo transitório «educador», ou seja, como um instrumento de preparação para a mudança dentro de parâmetros controláveis e submetidos a objectivos faseados. É preciso atender ao facto de que, hoje, ela está no centro de todas as questões que se referem ao desenvolvimento do continente africano e às relações entre este e a economia mundial. A dívida externa, o ajustamento estrutural, o comércio intra-regional e internacional, a unidade africana ou a questão do Estado, todas elas, de uma maneira ou de outra, cruzam-se com a problemática da integração.

Necessidade de ajustamento

Ante a realidade da nova ordem mundial e a globalização das economias nacionais, os países africanos devem adoptar uma estratégia não só regional mas também global.

A necessidade de uma estratégia global tem de ser formulada a duas dimensões. A primeira é económica, e está associada à necessidade de gerar crescimento continental e regional; a segunda é política, e deve ir no sentido de proteger e preservar a independência e a democracia. A globalização implicará uma maior integração das economias africanas na economia mundial através do comércio e cooperação regional.

Existem quatro pressupostos tomados como fundamentais para o aumento do comércio e da integração regional em África:

- O comércio gera crescimento;
- A falta de cooperação regional provoca a subutilização das inter-relações regionais e incapacidade na produção de economias de escalas;
- A falta de cooperação contribui para a ausência de coordenação do desenvolvimento industrial intra-países;
- A exiguidade dos mercados, tanto em termos de capacidade como de poder de compra, torna imperativo o estabelecimento de relações de cooperação.

Este processo poderá resultar em ganhos de eficiência quanto à utilização dos recursos que são escassos, em melhoria da qualidade de produtos e ser-

⁽¹⁵⁰⁾ Morais, B. abordando a questão do desaparecimento do bloco Soviético e que teve como consequência o fim do bipolarismo, e a emergência dos três blocos regionais de comércio em «A Cooperação e a Integração Regionais da África – SADC. o Papel de Angola» p. 12. São Paulo 1998.

⁽¹⁵¹⁾ Nnadozie, E. U. em «Trade and Regional Cooperation Strategy for African Economic Development in the Twenty-First Century» inserida na obra «Globalization and the New World Order» p. 157.

viços (hoje um factor de desenvolvimento), e da alocação de recursos, e ainda aumentar a competitividade e a especialização da produção.

Necessidade de melhorar a cooperação africana

A melhoria da cooperação prende-se com aspectos de grande relevância, tais como: aumento do nível de vontade política no apoio à criação e desenvolvimento de grupos regionais, criando um ambiente adequado, particularmente do ponto de vista político; redução das despesas militares e assinatura de pactos de não agressão; necessidade de modelos de desenvolvimento criados com base nas realidades internas, e não orientadas por uma visão externa; considerar e aprender com os erros cometidos por organizações mais experientes como a UE, assegurando uma distribuição equitativa dos benefícios entre os países membros; cada país deve encontrar meios de adaptar o próspero comércio informal transfronteiriço; e temporariamente pôr de lado os ideais inalcançáveis de integração e ater-se a uma cooperação mais realística na região.

A cooperação regional implica abertura ao comércio e a tecnologia, através da liberalização do comércio, criando instituições para o desenvolvimento tecnológico, e encorajando uma transferência de tecnologia apropriada.

Os países africanos podem melhorar a cooperação regional através de reformas políticas e institucionais, mudando a base conceptual do regionalismo, entendendo a integração como um processo e, não como um plano com objectivos estabelecidos e que devam ser cumpridos em tempo limite.

Iniciativas de Integração Regional na África Austral

A primeira tentativa de formalizar a cooperação política remonta aos anos setenta, quando se formaram os Estados da Linha da Frente, uma organização com um mandato político claro; libertar o resto da África Austral do colonialismo, da ocupação e do regime do *apartheid*. Os Estados da Linha da Frente reconheceram que havia eficácia na cooperação e coordenação dos seus esforços para libertarem a região.

Encorajados pela experiência da cooperação política, a Linha da Frente decidiu trabalhar no sentido de estabelecer uma organização que coordenasse os esforços de desenvolvimento económico, com base no princípio da igualdade soberana e na procura de desenvolvimento regional equitativo, equilibrado e mutuamente vantajoso.

A agenda da cooperação e coordenação regional teve início formalmente em 1980.

O primeiro modelo

A SADCC surge como o primeiro modelo no âmbito das iniciativas de integração. Um dos objectivos principais da constituição da SADCC foi o da redução da dependência económica, particularmente em relação à África do Sul, tendo em conta o contexto histórico e o desenvolvimento da própria região.

Para consolidação dos objectivos, acções concretas foram definidas num programa de cooperação baseados em projectos sectoriais. Estes projectos constituiriam a manifestação física dos esforços

colectivos dos estados membros com a ajuda da comunidade internacional.

Em 1990/1 este processo continha um programa de acção com cerca de 500 projectos avaliados em aproximadamente 8 bilhões de dólares americanos. ⁽¹⁵²⁾

A SADCC realizou estes louváveis empreendimentos numa situação adversa, com problemas económicos de ordem diversa, ambiente económico internacional hostil, desestabilização massiva e agressão militar do então regime do *apartheid*. Apesar das dificuldades a região manteve-se unida, podendo esta considerar-se uma experiência de sucesso, embora inicialmente alguns críticos achassem que a ausência de um tratado e de um estatuto legal formal, significava que a SADCC não fosse uma verdadeira organização regional.

As mudanças que se verificaram no mundo, tiveram um grande impacto sobre a região, marcada também com profundas mudanças políticas e económicas, do qual se destacam a independência da Namíbia e perspectivas do fim do *apartheid* na África do Sul.

O segundo modelo

A SADC aparece como sucessora da SADCC. Esta, não foi nem um mercado comum, nem uma comunidade económica classicamente falando, constituindo isto a grande problemática desta instituição regional. Enquanto a SADCC estabeleceu-se e foi reconhecidamente uma organização de cooperação e coordenação regionais, a partir de 1992 os países membros decidiram que uma forma de con-

⁽¹⁵²⁾ Mbuende, K. No discurso de abertura de uma conferência sobre a SADC realizada pela Comunidade Europeia em 1995.



A mais recente reunião do SADC, Agosto/99. A heterogeneidade dos países, bem como as restrições e constrangimentos impostos pela fragmentação dos mercados, apresentam-se como factores limitativos para a realização das estratégias de desenvolvimento constantes da agenda da SADC.

Foto: Cortesia da Agência Noticiosa Lusa.

solidar a experiência e realizações resultantes da cooperação seria através da redefinição da agenda de cooperação, considerando urgente no novo contexto global a transformação da SADCC, a Conferência e uma livre associação de Estados com interesses comuns, em SADC, a Comunidade das nações com uma visão comum para um futuro partilhado.

O tratado, uma figura nova que não existia na Conferência, estipula o seguinte:

- Aprofundar a cooperação económica com base no equilíbrio, igualdade e benefícios mútuos, proporcionando um livre movimento dos factores de produção através das fronteiras nacionais;
- O estabelecimento de um sistema de valores económicos, políticos e sociais, tais como livre empresa, eleições livre e sistemas multipartidários, respeito pelo cum-

primento da lei, garantia dos direitos humanos e boa governação.

Em 1993 é adoptada pelos membros os planos e estratégias para construir uma Comunidade e realizar os objectivos da integração. Esta questão incluía o desejo de assegurar que as pessoas e instituições na região estavam completamente envolvidas na determinação do conteúdo, forma e orientação do processo de integração.

A SADC definiu ainda áreas prioritárias de trabalho, com destaque para o desenvolvimento dos recursos humanos ciência e tecnologia; a harmonização de políticas macros para garantir sinergias entre os planos de desenvolvimento nacionais e regional.

A democracia, paz e segurança foram considerados pré-requisitos para um desenvolvimento sustentável.

Todas estas tarefas devem ser tratadas em conjunto, para a consolidação das estruturas da organização. Mas o maior desafio para uma integração bem sucedida será conseguir uma distribuição equitativa dos custos e benefícios, em primeiro lugar em termos quantitativos. A SADC compreende Estados com níveis de desenvolvimento divergentes: o país mais rico do continente, a África do Sul, e alguns dos mais pobres, como Moçambique, Malawi e Tanzânia.

Apresentam-se a seguir alguns indicadores básicos dos Estados da SADC.

A tabela mostra os níveis de divergência entre os Estados Membros da SADC e a coluna 4 mostra forte dependência nas exportações de matérias primas.

O quadro realça e confirma a necessidade da SADC implementar uma estratégia de indus-

Tabela 1: Indicadores básicos SADC

	(1)	(2)	(3)	(4)
África/Sul	3040	-0,1	26	70
Angola (a)	774	n.a.	4	95
Botswana	2800	4,4	4,5	98
Lesotho	720	6,1	15,8	n.a.
Malawi	170	-0,7	11,8	76
Maurícias	3150	5,3	n.a.	n.a.
Moçambique	90	7,3	15,1	n.a.
Namíbia	1970	4,1	9,3	95
Swazilán (b)	1050	n.a.	21	n.a.
Tanzânia	140	3,1	5	79
Zâmbia	350	-0,1	28,6	90
Zimbábue	500	1,1	27	56

(1) PNB per-cap Em \$US
 (2) Crescim/PIB Em %
 (3) Indust em % PIB(1993)
 (4) Exp. Primári % total Export (1993)
 a) 1994 b) 1993

Fontes: (1) e (2) da TIPS, 1997; (3) e (4) da Cassim e Zarendah, 1997: tabela I e II. ⁽¹⁵³⁾

rialização forte, formulada dentro duma abordagem geometricamente variável. Esta mesma estratégia irá contribuir para promover investimentos e industrialização dos países mais pequenos e menos industrializados. A implementação da mesma pressupõe um organismo forte e acima de tudo uma grande responsabilidade política dos países.

A óptica que orientou a SADCC, parece ter sido retomada, não só porque se constatou que era a melhor via, mas também porque as exigências da integração colocam outros problemas só resolúveis a longo prazo. Assim em 1995 a responsabilidade de coordenação do sector de Finanças e Investimento foi entregue a África do Sul, uma componente fundamental para o desenvolvimento e crescimento económicos.

Todo este processo vem criando laços entre os países e leva à tomada de consciência em relação ao futuro. A necessidade de agir como um bloco, levou a SADC a adoptar um Protocolo

de Comércio, assinado em 1996 em Maseru, cujo objectivo é um livre comércio na região por volta de 2004. Com o seu registo na Organização Mundial do Comércio (OMC), enquanto grupo regional, os países da África Austral estão assegurando o espaço legal concedido pelo artigo 24.^o, e nesse âmbito consolidando a região (Keet, 1997: 2). ⁽¹⁵⁴⁾

Começaram já a dar os primeiros passos em relação ao futuro da Convenção de Lomé, tendo para tal formado uma comissão, cujos resultados iniciais foram apresentados em Junho de 1997 em Gaborone. Estas são algumas das realizações da SADC, mas muito ainda há a fazer, para que o futuro nos reserve melhorias.

Perspectivas para o Futuro da Região

A descrição de algumas medidas tomadas no âmbito da SADC faz acreditar na resolução de problemas na região. Muito embora devamos considerar de grande utilidade o

quadro apresentado, temos que ter em atenção que as estruturas económicas fundamentais permanecem, praticamente na mesma durante este longo período. A região continua sendo um grande produtor e exportador de produtos primários agrícolas e minerais e um importador de capitais e bens de consumo. Com os preços relativos das importações e exportações, bem como as condições gerais, que se acredita tenham sido negativas, a economia regional, no seu todo, estagnou ou mesmo declinou.

Por consequência a região continua a enfrentar problemas económicos, a partir de estruturas comerciais e de produção subdesenvolvidas e incompatíveis com o processo de liberalização do comércio, assim como de outras infra-estruturas sócio-económicas e físicas.

O futuro da região depende, fundamentalmente, das medidas que forem tomadas no sentido de reforçar a paz, a solidariedade e a estabilidade política,

⁽¹⁵³⁾ Graumans, A. «SADC-EU Cooperation Beyond Lomé: Between Continuity and Change», p. 5. África do Sul, 1997.

⁽¹⁵⁴⁾ Ibid. p. 4.

com o intuito de se criar um ambiente propício para a integração. Acredita-se que a África do Sul terá um papel de destaque a desenvolver, particularmente, no campo económico, porque em outras áreas, ela enfrenta problemas, tanto ou mais difíceis que outros países da região.

A capacidade para mobilizar recursos próprios, incluindo os humanos é outro inconveniente que afecta a organização. As limitações são muitas, mas estão criadas as condições essenciais para que os países agrupados na SADC se expandam cada vez mais na procura do estabelecimento de laços de maior cooperação, amizade, reciprocidade de vantagens e benefícios mútuos com outros blocos económicos.

A globalização reforça a ideia de que o mundo está a tornar-se cada vez mais pequeno e de que a cooperação é o meio adequado para se ultrapassarem as dificuldades dos países pobres, mas também para proporcionar um meio relevante para a resolução de muitos problemas dos países ricos.

A inserção da SADC na economia mundial, contribui para ampliar as possibilidades de cooperação e de integração com outros blocos regionais, hoje defendida por vários autores que falam sobre a integração. A parceria Mercosul/SADC foi sugerida por Mourão (1996), como um campo a ser explorado, concretamente no domínio comercial e financeiro, e após definição dos

interesses comuns, desenvolver-se-ia o aprofundamento de uma relação bilateral, com aproximação inter-regional.

Conclusões

Apesar de ter sido criado como um fórum cujo objectivo é a integração, a SADC continua a ser, tal como a sua antecessora, um organismo de cooperação e coordenação económica.

A SADCC/SADC é uma organização descentralizada. Esta descentralização visa evitar a criação de estruturas pesadas e burocráticas por um lado, e por outro, reforçar o espírito de cooperação, solidariedade e amizade entre os seus membros, como contraposição à excessiva centralização de algumas organizações africanas que fracassaram. Há ainda a salientar que as decisões são tomadas por consenso. Contudo, este não significa unanimidade, o que dificulta realmente o avanço do processo integrativo. Esse é um debate importante em todos os modelos de integração.

A heterogeneidade dos países, bem como as restrições e constrangimentos impostos pela fragmentação dos mercados apresentam-se como factores limitativos para a realização das estratégias de desenvolvimento constantes da agenda da SADC.

Além disso, a questão da integração regional passa também pela mudança da natureza dos Estados africanos, que deverão deixar de

ser Estados rendeiros, onde predomina um sistema de regulação com base na distribuição da riqueza entre os membros do clã governamental, para se tornarem verdadeiros Estados modernos assentes numa estrutura económica de produção de massa respondendo às necessidades reais das populações. ⁽¹⁵⁵⁾ Esta questão tem subjacente a boa governação, uma condicionante que os doadores vêm colocando.

No entanto, no meio de tantas limitações há também aspectos relevantes a considerar. Um deles, e que conta a favor da SADC, é o facto de os países da região terem começado a dar os primeiros passos e a pensar e a actuar como grupo. Sendo de destacar o posicionamento para a redefinição dos termos da próxima negociação da Convenção de Lomé, uma vez que o Livro Verde e a recente política de comércio externo da União, deixam claro que a questão da compatibilidade com os critérios da OMC será central para o futuro acordo com os países da África, Caraíbas e Pacífico (ACP). Todo este quadro tem implicações nas economias dos países da região que juntos terão um poder maior de negociação.

As mudanças que se venham a verificar na Convenção de Lomé, é o ponto de partida para que a SADC considere a questão das parcerias, pois esta pode vir a tornar-se no veículo de cooperação do futuro.

Bibliografia Geral

- CARDOSO, F. J. «As Integrações Desintegradas em África: O regional, o interno e o internacional». 1998.
CHIPETA, C. & DAVIES, R. «Regional Relations and Cooperation post-apartheid – A macro framework Study Report». SADC, 1993.
DIOUF, M. «Intégration Économique: perspectives africaines». Nouvelles africaines, Paris, 1981.
GRAUMANS, A. «SADC-EU Cooperation beyond Lomé: Between Continuity and Change» África do Sul, 1997.
MORAIS, B. «A Cooperação e a Integração Regionais da África Austral – A SADC. O Papel de Angola», C.E.A., São Paulo, 1998.
RIMMER, D. et al. «Action in África – The experience of people involved in Government, Business and Aid». The Royal African Society, 1993.
TORRES, A. «Horizontes do Desenvolvimento Africano – No limiar do século XXI» Veja Editora, Lisboa, 1998.

⁽¹⁵⁵⁾ Torres, A. em «Horizontes do Desenvolvimento Africano – No limiar do século XXI». p. 126 Lisboa 1998.

O Sociológico



Emergência da Nação Caboverdeana

Por Isabel Lopes Ferreira

Recensão da obra «Cultura Caboverdeana, Ensaios, *Do funco ao sobrado ou o mundo que o mulato criou e a mestiçagem o seu papel na formação da sociedade caboverdeana*», de Gabriel Mariano.

Cabo Verde, o tiro pela culatra

«... O problema com que a maioria (dos Estados africanos) se debate faz lembrar o comentário do político italiano que, após as lutas de unificação em 1861, observou: *Itália já temos, agora temos de fazer italianos*». Expressiu-se assim humoristicamente mas com realismo, o veterano jornalista da BBC, António Figueiredo, a propósito do colóquio internacional «Que Nações, que Estados em construção?», que decorreu na cidade da Praia em Março de 1996.⁽¹⁵⁶⁾ Mas este não parece ser ou alguma vez ter sido um problema para o jovem estado caboverdeano. Com efeito, a identidade caboverdeana ter-se-á formado e consolidado muito antes da independência. O autor do livro alvo desta recensão⁽¹⁵⁷⁾, o jurista Gabriel Mariano, afirmava já nos anos 50 que «Cabo Verde constituiu-se em nação⁽¹⁵⁸⁾, à revelia do colonialismo. Foi um tiro que saiu pela culatra do colonialismo». Cabo Verde é então uma subversão, uma fuga à afirmação de Aimé

Césaire, de que «a colonização (infere-se do texto que por ser um acto violento em vez de um acto desejado e voluntário de troca) tem provocado, não uma harmonização, mas antes uma justaposição de culturas».⁽¹⁵⁹⁾

Sendo assim, a pergunta que se impõe é: Que factores levaram aquele arquipélago a constituir-se em excepção, particularmente no panorama da colonização portuguesa? Para o autor a resposta assenta nas condições geoeconómicas específicas do arquipélago e no papel desempenhado pelo indivíduo biologicamente mestiço — o mulato, nascido naquelas ilhas, resultado do cruzamento genético da população branca com a população negra.

Delimitação geográfica da área da análise

Na análise que faz, o autor delimita a sua área geográfica de estudo como sendo: zonas tropicais colonizadas por portugueses, desabitadas por negros no momento da colonização e separadas fisicamente do continente africano. Ou seja, analisa o processo caboverdeano tendo como termos de comparação o Brasil (particularmente a Baía) e S. Tomé e Príncipe. Para além das características referidas anteriormente, estas sociedades desde logo tiveram

uma forte componente de pessoas mestiças. No caso da Baía, no Brasil, a componente mestiça cedo tornou-se numericamente superior à branca, tal como em Cabo Verde.

Apesar da delimitação auto-imposta, Gabriel Mariano não deixa, no entanto, de fazer referências pontuais ao processo de colonização portuguesa dos territórios africanos do continente, nomeadamente ao comparar estruturas sociais e papéis diferenciados do mulato.

Os factores de formação precoce da identidade

Condições gerais

Da minha leitura do livro de Gabriel Mariano, depreendo que os seguintes elementos poderão ser identificados como propiciadores, no processo de formação e consolidação precoce da identidade caboverdeana, conferindo a Cabo Verde o tal carácter de excepção. São eles:

- Condições agro-clímicas desfavoráveis no arquipélago, que obstaculizaram à fixação dos colonos europeus e à adopção da monocultura;
- Predominância da policultura e do minifúndio;
- Negligência da Administração Central em relação às ilhas

⁽¹⁵⁶⁾ Documentos disponíveis na Fundação Amílcar Cabral, patrocinadora do evento.

⁽¹⁵⁷⁾ MARIANO, Gabriel – *Cultura Caboverdeana, Ensaios, «Do funco ao sobrado ou o mundo que o mulato criou» e «A mestiçagem: seu papel na formação da sociedade caboverdeana»* – Editora Vega, colecção Palavra Africana, 1991.

⁽¹⁵⁸⁾ A estudante assume o conceito de nação como sendo o de «um grupo humano com uma organização social mais ou menos homogénea, unido pela língua e História, partilhando um espaço geográfico e manifestando uma forte interdependência e solidariedade entre os seus membros». Versão adaptada da definição de Carlos Cardoso, no seu trabalho «Estado e Nação: Para uma releitura da construção nacional da Guiné-Bissau», apresentado no evento referido em ⁽¹⁵⁶⁾.

⁽¹⁵⁹⁾ Citado pelo autor.

- Mestiçagem intensa conducente à superioridade numérica da população mestiça relativamente à população branca, provável consequência dos seguintes factores:

- falta de mulheres brancas;
- moral sexual do português;
- isolamento;
- pequenez «quase familiar» das ilhas;
- solidariedade entre brancos, negros e mulatos na luta pela sobrevivência, enfrentando juntos as secas e os ataques dos piratas.

- Estruturação da sociedade feita por negros e mestiços, e liderança da sociedade pelos mestiços;

- Existência de democracia étnica;
- Capacidade do mestiço de impor a cultura de baixo para cima;
- Triunfo da língua crioula de Cabo Verde relativamente à língua portuguesa.

Condições específicas: a liderança do mulato

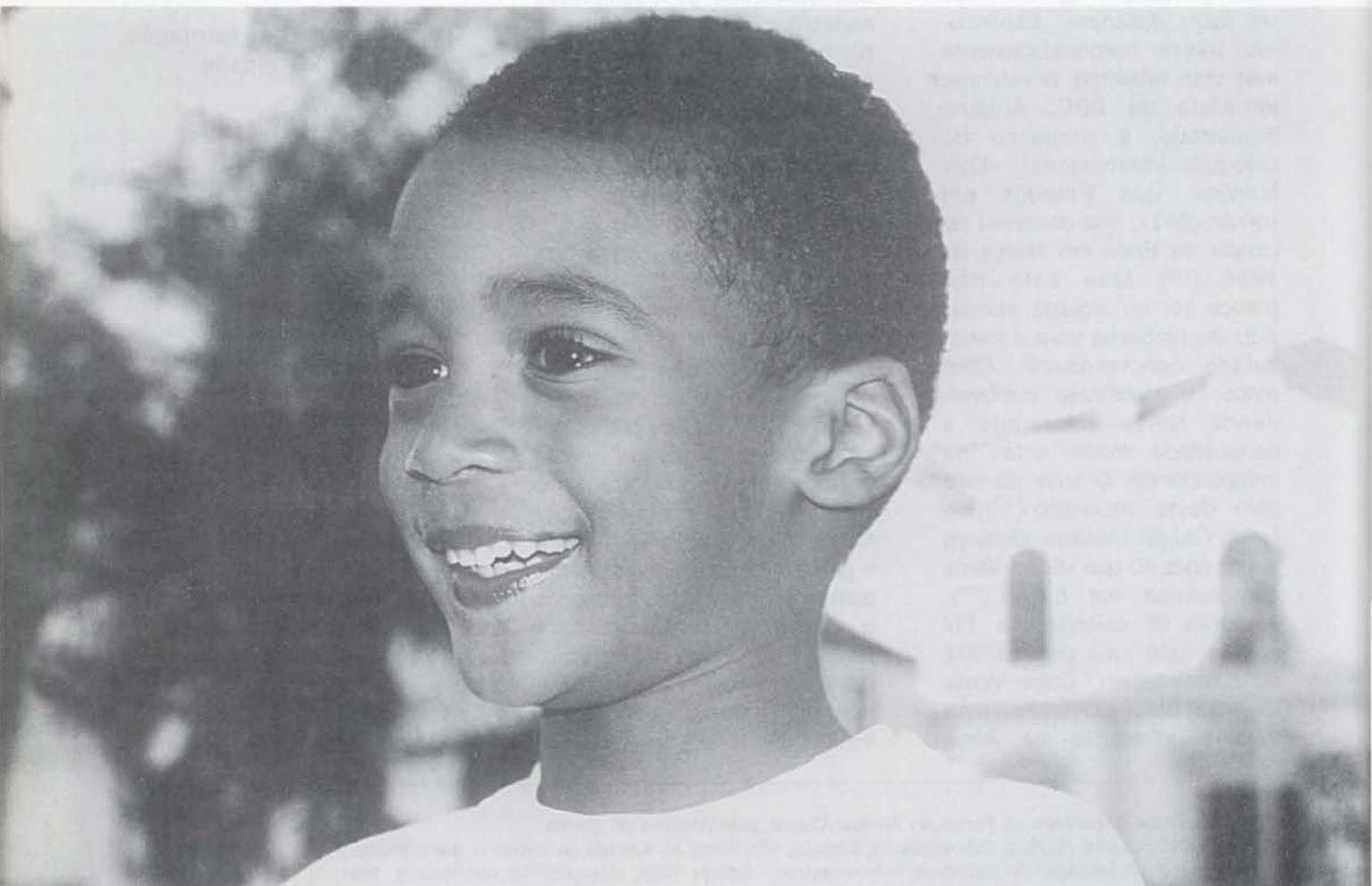
A herança do saber técnico como garantia de continuidade

Para Gabriel Mariano, o papel do mulato foi, assim, o de líder – o de receptor e recriador de elementos da cultura europeia e africana. Recriação

essa, processada no funco e imposta ao sobrado pelo próprio mulato.

As condições específicas «que directamente conduziram ao alastramento horizontal e vertical» da nova cultura, terão sido:

- A ascensão económica do mulato e de alguns negros (pela actividade mercantil primeiro; e pela compra das propriedades do branco quando este entra em decadência, muito mais tarde);
- A aristocratização intelectual do mulato e do negro;
- A consequente aquisição de prestígio social pelos mesmos;



Que factores levaram aquele arquipélago a constituir-se em excepção, particularmente no panorama da colonização portuguesa? Para o autor a resposta assenta nas condições geo-económicas específicas do arquipélago e no papel desempenhado pelo indivíduo biologicamente mestiço – o mulato, nascido naquelas ilhas, resultado do cruzamento genético da população branca com a população negra. Foto: Cedida pela autora.

Quadro comparativo do caso caboverdeano com o brasileiro e o santomense

<p>Brasil Data de colonização: 1530/32</p>	<p>S. Tomé e Príncipe Data da colonização: 1472</p>	<p>Cabo Verde Data de colonização:1462</p>
<p>Existência de mestiçagem biológica. Na Baía particularmente, o número de mestiços cedo ultrapassa o de brancos.</p>	<p>Existência de mestiçagem biológica significativa.</p>	<p>Existência de mestiçagem biológica. A componente mestiça cedo ultrapassou numericamente a componente branca.</p>
<p>Factor geo-económico: Boas condições agroclímicas. Estrutura escravocrata e latifundiária do tipo roça. Factor económico é força segregadora.</p>	<p>Factor geo-económico: Boas condições agroclímicas. Até 1820/22: factor económico como força dissolvente e integradora. Tipo de economia: Após 1820/22: Introdução da monocultura e da roça. Factor económico segregador.</p>	<p>Factor geo-económico: Condições agroclímicas desfavoráveis à introdução da roça e da monocultura. Estrutura escravocrata e minifúndio. Policultura. Factor económico como força dissolvente e integradora. Excepto em Santiago, onde predomina o latifúndio. Nessa ilha o número de mestiços parece ter sido sempre muito inferior. Menor compensação e reciprocidade entre as duas classes – senhores brancos e escravos negros.</p>
<p>Tipo étnico tem uma função individualizadora das personagens. A cada tipo atribuem-se qualidades específicas diferenciadoras (ex: preto = humilde, mulato escuro = arrivista). Conflitos entre tipos étnicos.</p>	<p>Tipo étnico não é conotado com tipo de comportamento social.</p>	<p>Tipo étnico não é conotado com tipo de comportamento social.</p>
<p>A estruturação da sociedade e a sua liderança competiram ao branco.</p>	<p>A estruturação e liderança da sociedade competiram ao branco.</p>	<p>A estruturação da sociedade competiu aos negros e mestiços. A liderança competiu ao mulato.</p>
<p>Não existe democracia étnica. Fraco nível de aculturação do negro e de participação do mulato.</p>	<p>Aculturação do negro e participação do mulato mais significativas do que no Brasil mas menores do que em Cabo Verde. Democracia étnica acaba em 1820/22, com a mudança na economia, interrompendo a evolução da sociedade crioula.</p>	<p>Total democracia étnica e aculturação. Participação de todos os grupos étnicos.</p>
<p>A cultura impôs-se de cima para baixo.</p>	<p>A cultura impôs-se de cima para baixo.</p>	<p>A cultura impôs-se de baixo para cima. Do funco para o sobrado.</p>
<p>A língua portuguesa triunfou sobre os crioulos.</p>	<p>A língua portuguesa é líder.</p>	<p>A língua crioula triunfou sobre a portuguesa.</p>

- A capacidade de infiltração social do mulato, que domina com o mesmo à vontade a senzala e o sobrado (ele é filho da serva mas também do fidalgo, do comerciante, do funcionário régio ou do eclesiástico, lembramos o autor).

Defende Gabriel Mariano que a ocupação do topo da hierarquia pelo mulato – simbolizada pela aquisição do sobrado e da sua bandeira – não representou uma ruptura com as tradições dos que antes detinham o lugar de classe dominante. Pelo contrário, terá havido continuidade, sem desajustamentos, em simultâneo com a consolidação do poder do próprio mulato. Essa realidade terá ficado a dever-se ao facto de o mulato ser possuidor de uma boa preparação técnica e intelectual, no momento em que recebeu a herança. Com efeito, o autor afirma que 6 anos antes da abolição da escravatura (1866), já havia Liceu em Cabo Verde. Em 1863 frequentavam o recém-criado Seminário alunos de todas as ilhas e também da Guiné e de S Tomé, tanto religiosos como leigos. «Em 1894, as escolas de Cabo Verde registavam um total de 4052 alunos», sendo 2200 mestiços; 1452 negros; e 400 brancos. Os cursos de instrução primária e secundária incluíam entre outras cadeiras Filosofia Racional, Direito e Economia Política.

Se antes as actividades profissionais do mulato e do negro tinham-se cingido à terra, à área mercantil, e à religião (Padre António Vieira já elogiava o saber dos «cónegos negros e doutos» de Cabo Verde no século XVII), logo estenderam-se à Administração

Pública, (Correios, Alfândega, Professorado ...) sem concorrência, pela pouca atracção que as ilhas exerciam sobre o elemento metropolitano – sobre a entrada de mestiços na Administração Pública, António Leão Correia e Silva refere uma carta dos moradores de Santiago a El-Rei, datada de 26 de maio de 1546, em que os «homens baços»⁽¹⁶⁰⁾ pedem ao rei que os deixe «entrar nos ofícios do concelho» ou seja, como funcionários.

A mestiçagem da cultura caboverdeana

Reconheceu Aimé Césaire que «nenhum povo mestiço poderá criar uma civilização, se essa civilização não for mestiça»⁽¹⁶¹⁾. «Mestiça», entende Gabriel Mariano, significa «válida para todos». Este parece ter sido o caso cabo-verdeano. Não o de uma civilização, mas de uma cultura e de uma sociedade com identidade própria, feita de elementos levados por negros e brancos, recriados pelo mulato e aceite por todos. Cultura cuja mestiçagem se expressa pela língua crioula caboverdeana, pelo seu folclore poético, musical e novelístico; pela sua culinária; pelas actividades de lazer; pelo folclore de adivinhas e provérbios; pelos festejos populares; pelas superstições; pelos hábitos; pelos esquemas de comportamento, etc. A singularidade do fenómeno, de *expulsão do étnico pelo social*, ausente nos outros processos de colonização portuguesa, caracteriza também o comportamento do colonizador: Rigidez cultural e social em zonas com boas condições económicas; e abolição das barreiras quando a situação é con-

trária. A «pouca consistência dos vínculos de subordinação colonial aí estabelecidos, não por obra de métodos de governação, mas por acontecimentos fora do controlo de ambas as partes», terá sido o princípio. Aos indivíduos coube o resto.

Considerações

Esta obra de Gabriel Mariano, tão importante para a compreensão da identidade cabover-



⁽¹⁶⁰⁾ Baços ou pardos era o nome que os cronistas portugueses davam aos mulatos.

Silva, António Leão Correia – Histórias de um Sahel Insular, «A evolução da estrutura agrária em Cabo Verde», pag. 85 – Spleen Edições, 1995, Praia.

⁽¹⁶¹⁾ Citado pelo autor.

deana, tem algumas pequenas limitações, em meu entender. Uma delas é a de não fornecer, provavelmente por não existirem, números estatísticos rigorosos sobre a evolução racial do povo caboverdeano ao longo dos séculos a que se refere. Outra é a de não clarificar, na comparação entre Cabo Verde, Brasil e S Tomé as datas da alteração da estrutura económica para cada um deles. Por exemplo, sabemos que a monocultura e a roça

foram intro-duzidas em 1820/22 em S. Tomé. Mas não nos é dada a data da introdução dos mesmos factores no Brasil, nem se especifica se o Brasil foi ou não sujeito à monocultura. O mesmo é válido para Santiago, cujo carácter de excepção, apontado por João Lopes, foi retomado, muito rapidamente embora, por Gabriel Mariano. Teria sido também interessante que o autor tivesse definido conceitos fundamentais nesta obra, tais

como *cultura, nação e colonialismo*, entre outros, à semelhança do que tão bem fez para o de *mestiço*.

Este factor não altera, no entanto, o facto de os textos serem um marco no estudo sobre Cabo Verde, particularmente sabendo que foram escritos nos anos 50 por um jovem caboverdeano, estudante de Direito, naturalmente alvo potencial de perseguição pelo regime de então.



Para Gabriel Mariano, o papel do mulato foi o de líder—o de receptor e recriador de elementos da cultura europeia e africana. Recriação essa, processada no funco e imposta ao sobrado pelo próprio mulato. O funco era a habitação modesta coberta de palha, enquanto o sobrado era a habitação do grande proprietário. Na foto um sobrado, casa colonial cujo primeiro andar era habitado pelo proprietário e sua família. O rés-do-chão servia de armazém e de habitação dos escravos-de-dentro, no caso de senhores escravagistas; e de loja, no caso dos comerciantes. O sobrado da foto pertence claramente ao segundo caso. Foto da Autora, Março/99.

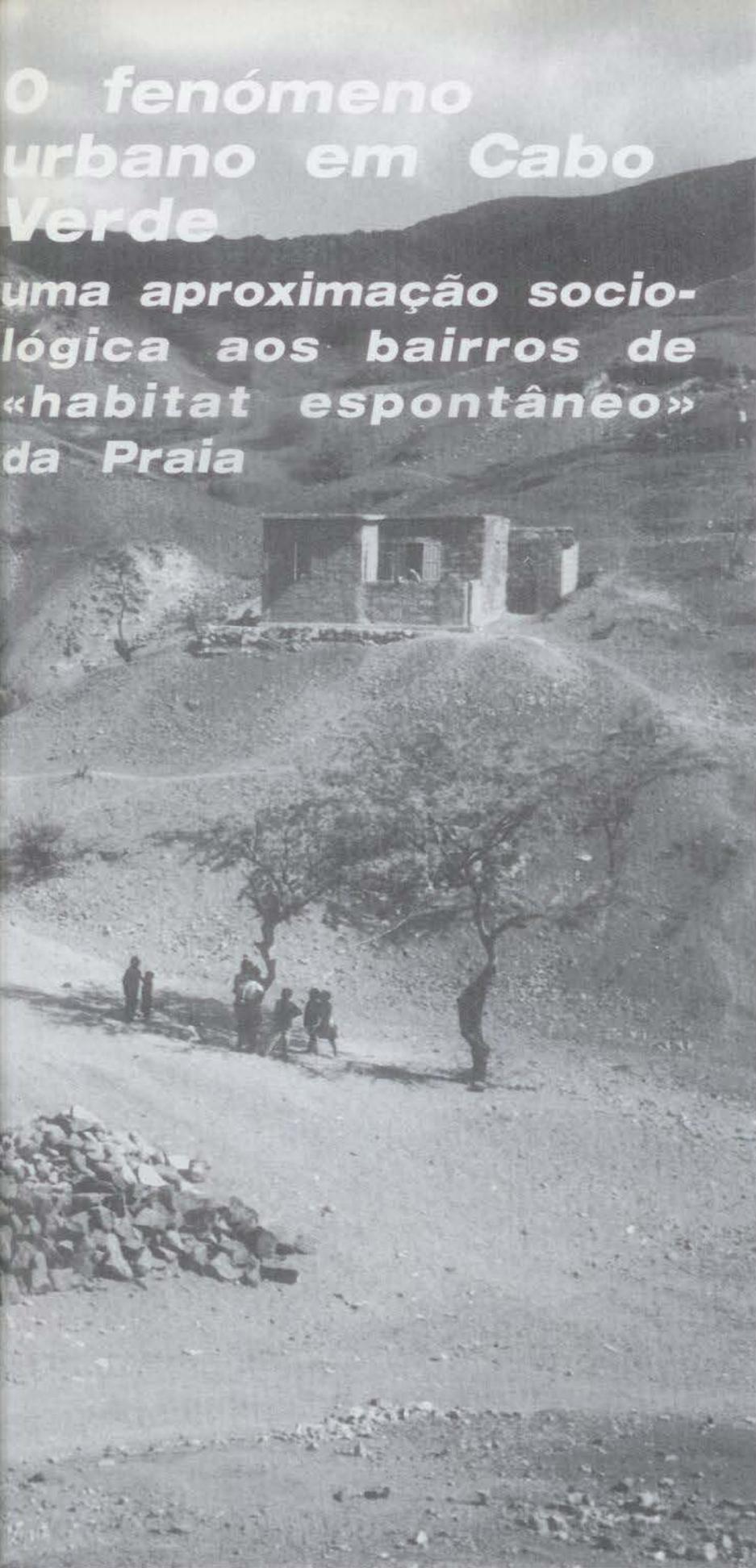


A pouco e pouco vão comprando os materiais de construção necessários à edificação de uma casa, construída frequentemente em terreno clandestino, e melhorando as suas condições habitacionais. Na foto, um bairro espontâneo da Praia, onde também se torna evidente o aspecto da seca em Cabo Verde.

Foto da Autora.

O fenómeno urbano em Cabo Verde

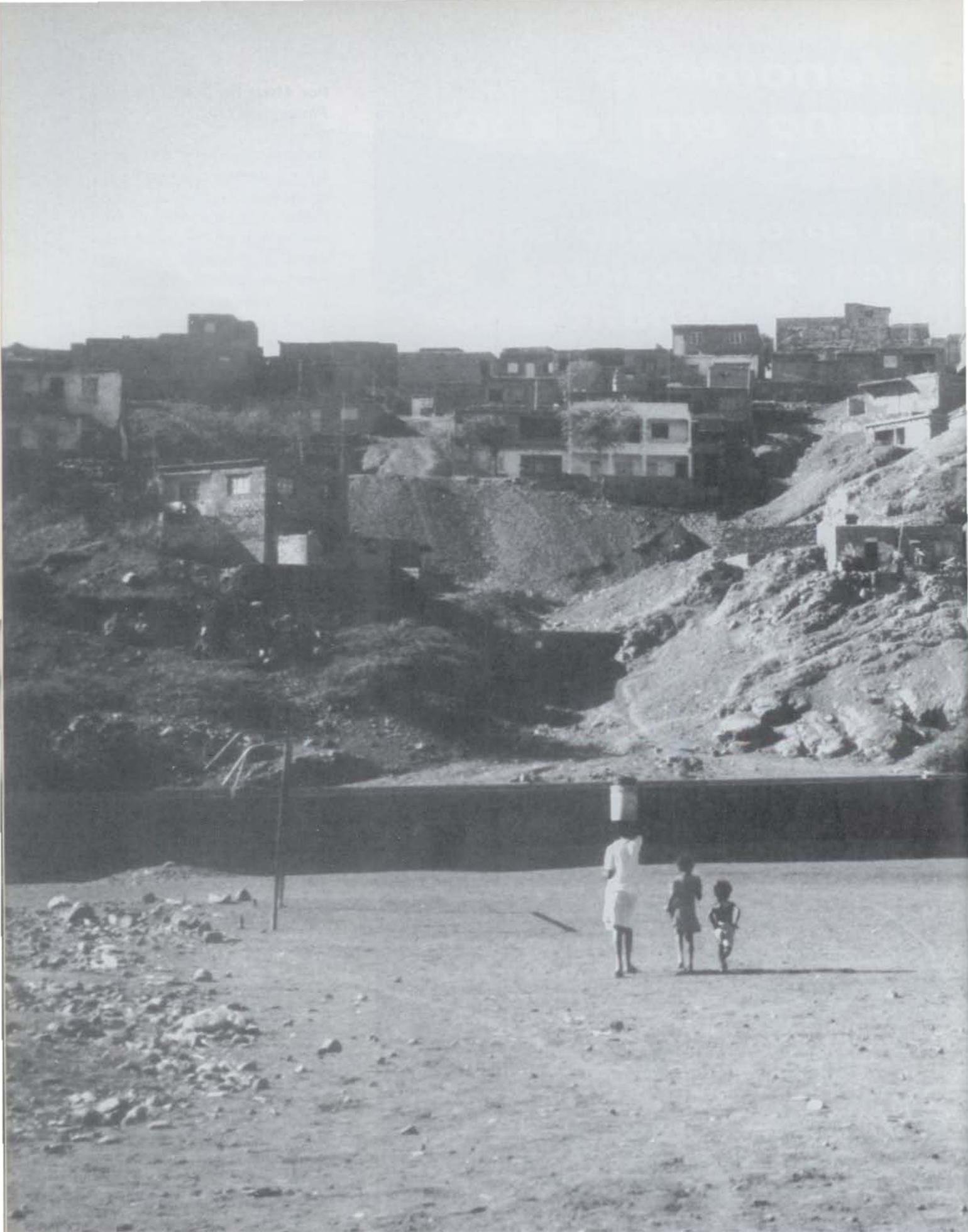
uma aproximação sociológica aos bairros de «habitat espontâneo» da Praia



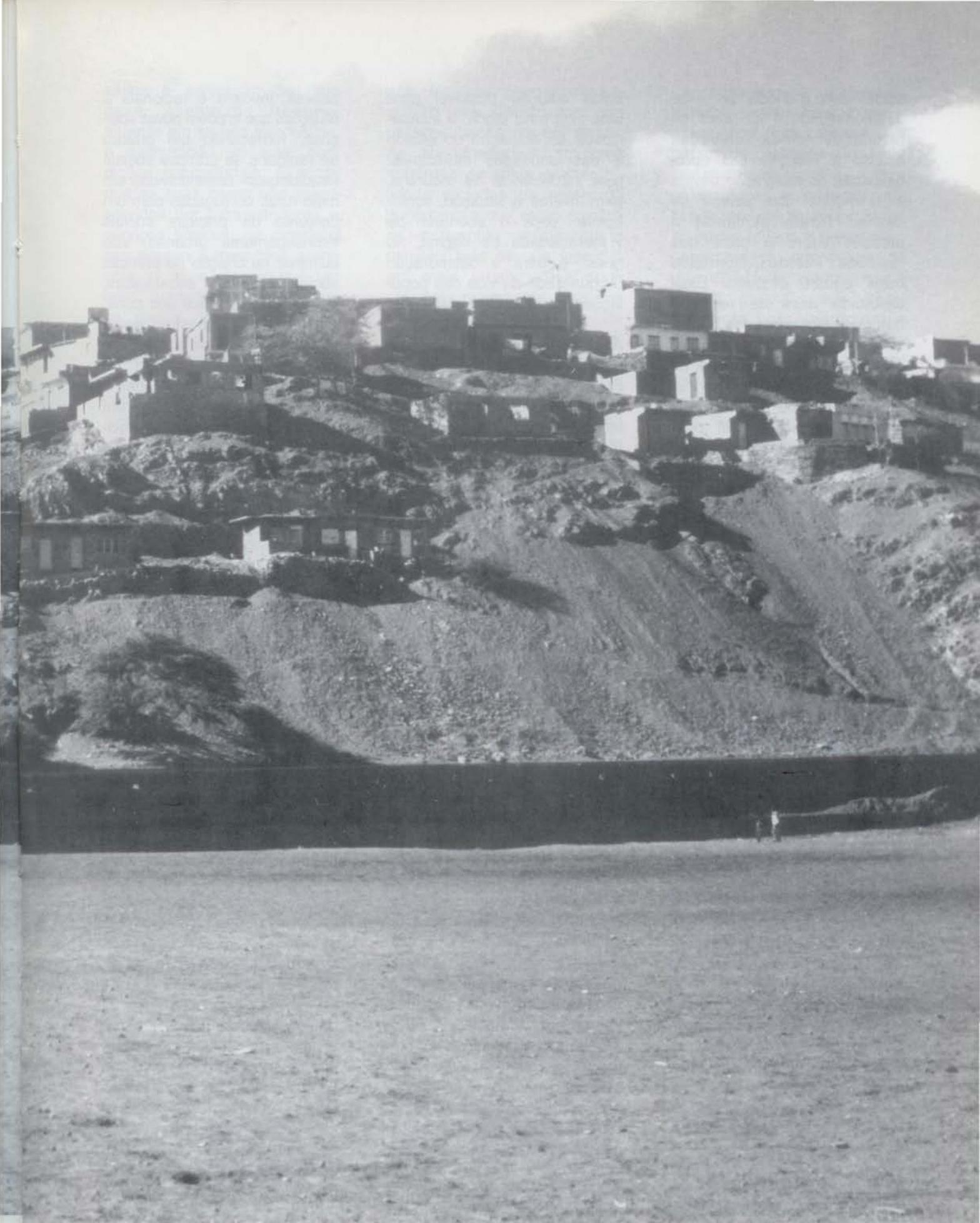
Por *Maria de Jesus Flaviana Pires*

Durante o período colonial e alguns anos no período após as independências, os estudos sobre o continente africano centravam-se basicamente sobre as chamadas sociedades rurais. A partir da década de 70, a atenção de sociólogos, antropólogos, demógrafos e outros estudiosos das ciências sociais virou-se para o estudo do fenómeno urbano. Isso ficou a dever-se não ao facto da cidade ser um fenómeno novo em África, pois já existiam cidades no período pré-colonial, mas à complexidade, rapidez do crescimento e originalidade (relativamente aos países do Norte) das cidades africanas, produto do contexto em que emergiram e se consolidaram. Esse contexto é caracterizado por desequilíbrios económicos e sociais, e profundamente marcado pelo peso das ruralidades vulneráveis e fragilizadas, que conduzem à necessidade da importação crescente de bens alimentares para satisfazer uma população em processo de rápido crescimento. Mergulhado numa crise global, o continente africano vê as suas cidades tornarem-se no lugar, por excelência, de manifestação daquela.

Cabo Verde, país onde centramos o nosso estudo, segue essa tendência de urbanização das populações. Marcado por fortes constrangimentos ao seu desenvolvimento, entre os quais o mais importante é a pobreza de recursos naturais (consequência de ciclos de seca prolongada), os movimentos migratórios têm constituído desde sempre o principal meio de fuga à pobreza, de natureza estrutural. Se no passado elevadas taxas de mortalidade, fomes e emigração contribuíam para equilibrar o binómio população-recursos internos,



Bairro Eugênio Lima, na Praia. Ainda que as suas casas não sejam servidas por infra-estruturas e serviços básicos, na cidade o seu acesso é mais fácil, como seja o caso da água um bem fundamental. Na foto, mãe e filhos atravessando uma ribeira seca e transportando uma lata de água.
Foto da Autora.



... ..
... ..
... ..
... ..
... ..

... ..
... ..
... ..
... ..
... ..

... ..
... ..
... ..
... ..
... ..

actualmente a queda das taxas de mortalidade e as taxas de fertilidade ainda elevadas aliadas à redução das oportunidades de emigração devida a restrições nos países de destino fazem aumentar a pressão sobre a base dos recursos internos, tornando frágil aquele binómio. Essa destituída base de recursos naturais, limitando as oportunidades nos sectores agrícola e industrial, eleva os níveis de desemprego. O baixo potencial agrícola do país resulta numa elevada migração rural para as áreas urbanas, nomeadamente para o Mindelo e a Praia. Esta última cidade já ultrapassou largamente a população da primeira.

As migrações internas assumem assim um papel crucial nas dinâmicas do crescimento urbano do país. Os aspectos mais críticos desse crescimento têm sido: a pobreza urbana, que se torna cada vez mais significativa e um problema «politicamente» explosivo, já que as oportunidades no sector formal de emprego são muito limitadas, obrigando as famílias urbanas mais vulneráveis a encontrar as suas próprias estratégias de sobrevivência; um ambiente urbano frágil, aliado ao crescimento da pobreza e da população num espaço exíguo, onde as condições de higiene e os serviços públicos de saúde são precários; o fomento do «habitat espontâneo», a saturação dos serviços de abastecimento de água e de saneamento e a excessiva pressão sobre as infra-estruturas sociais existentes; o aumento do risco e da marginalidade social dos grupos sociais desprovidos de recursos, que acabam por ser apanhados num ciclo vicioso que reproduz socialmente a pobreza e a exclusão social de pais para filhos, vendo na emigração para o exterior a

única solução possível para uma vida mais digna; a incapacidade de actuação do estado e das entidades municipais, pela insuficiência de recursos, para inverter a situação, contribuindo para o acentuar da vulnerabilidade da capital, no geral, e para a deterioração da qualidade de vida das populações urbanas, em particular.

A imagem final é a de uma cidade em construção, que a cada dia que passa vê uma maior concentração da população no seu espaço sem obedecer a regras. Os bairros de «habitat espontâneo» são o principal responsável pelo aumento da área urbanizada e pela formação de uma cidade com características muito peculiares, feita de múltiplos elementos que são rurais e urbanos. Construtores por excelência desses bairros, as populações de origem rural desenvolvem neles um conjunto de práticas sociais originais, derivadas da justaposição daqueles dois conjuntos de elementos, e reveladoras das oportunidades e constrangimentos que a estrutura urbana espacial e social exerce sobre elas.

Os bairros de «habitat espontâneo» representam na Praia o lugar por excelência da transição entre um modo de vida rural e urbano. Neles, as referências provenientes do meio rural fazem-se sentir com mais intensidade, embora em escalas variáveis (pois cada bairro tem a sua história e evolução própria, encontrando-se inserido no tecido urbano da Praia de diferentes maneiras). Essas referências não se apresentam, contudo, em meio urbano na sua forma primária; elas reformulam-se de uma maneira específica e são retribuídas, sob pressão de determinantes sócio-económicas e políticas, surgindo como respostas

activas, inéditas e racionais a situações que impõem novas soluções; fornecendo um quadro de resíduos de práticas sociais «tradicionais» desenvolvidas em meio rural, conjugadas com um conjunto de práticas sociais intrinsecamente urbanas, vão culminar na criação de práticas sociais originais e estratégicas, que visam fazer face aos constrangimentos impostos pelas referidas determinantes e explorar o novo campo do possível, das oportunidades – estas podem traduzir-se em simples estratégias de sobrevivência ou em estratégias de mobilidade. A emigração joga aqui um papel importante, já que a cidade constitui uma primeira etapa para uma emigração para o estrangeiro. Aquelas práticas originais surgem como factos sociais autónomos, não redutíveis aos contextos onde emergiram e se institucionalizaram. É na sua dimensão original e estratégica que é necessário apreender os comportamentos, maneiras de pensar e de agir, dos actores sociais que habitam aqueles bairros, que por meio de um conjunto de práticas de adaptação e contorno contribuem, à sua maneira, para a produção da sociedade urbana.

Por um lado, a capital oferece-lhes novas oportunidades pelo acesso a uma actividade que lhes permite aceder a rendimentos mais elevados do que se estivessem no seu meio de origem (circunscritos a um sector agrícola frágil), ainda que a sua integração no mercado de trabalho, na maioria dos casos, tenha um carácter precário por se fazer ao nível do informal. A partir daqui têm acesso a um conjunto de bens e serviços diversificados, entre os quais a escolarização dos filhos que assume um papel de crucial importância. A pouco e pouco vão comprando os materiais de construção neces-

sários à edificação de uma casa, construída frequentemente em terreno clandestino, e melhorando as suas condições habitacionais. E ainda que as suas casas não sejam servidas por infra-estruturas e serviços básicos, na cidade o seu acesso é mais fácil, como seja o caso da água – um bem fundamental. Instalados na capital, vão ajudando os familiares que ficaram na terra, mesmo que essas ajudas não sejam regulares pela forma como estão inseridos globalmente em meio urbano.

Por outro lado, é necessário ter em atenção os constrangimentos a que estão sujeitos os migrantes rurais. Os seus alojamentos, situando-se muitas vezes próximos de áreas de forte poluição, constituem um risco para o ambiente físico, em geral, e para a saúde pública das populações, em particular. As crianças, na ausência das mães que desempenham uma determinada actividade num período do dia, são «obrigadas» a crescer sozinhas e estão sujeitas aos riscos a que qualquer cidade grande induz em famílias desprovidas de recursos. Desde tenra idade, elas aliam frequentemente a actividade escolar ao desempenho de uma outra actividade que permite um acréscimo, ainda que insignificante, do magro orçamento familiar (o que nos países do Norte seria conotado como trabalho infantil). Impondo uma nova dimensão temporal, em que os ritmos de trabalho e de lazer são contabilizados, e uma nova dimensão material, onde o projecto de crescimento económico se torna uma realidade, o mundo urbano vai revestir a coesão social e familiar de novas formas. As solidariedades de vizinhança são reforçadas nos bairros espontâneos, redes informais de relações funcio-

nais de vital importância no quadro das dificuldades que os seus habitantes enfrentam. As solidariedades familiares esboroam-se pela vulnerabilidade a todos os níveis do quotidiano a que estão sujeitos os migrantes rurais numa primeira fase da sua inserção em meio urbano – que pode ser mais prolongada para uns e menos para outros, de acordo com as suas competências para aproveitarem as oportunidades que o novo contexto lhes oferece; numa segunda fase, em que já estão enraizados num processo de consolidação firme, que se pode traduzir por exemplo numa habitação mais ou menos acabada, aquelas solidariedades familiares ganham uma nova forma, podendo significar, entre outras coisas, a busca de um familiar da terra para estudar ou desempenhar uma actividade, o qual vai iniciar por sua vez um ciclo de vida semelhante ao do familiar que o acolheu.

Nas suas relações com o centro urbano, os bairros de «habitat espontâneo» encontram-se numa posição de fraqueza: durante uma fase mais ou menos longa não têm existência legal nem representam uma força política comparável ao do centro; para além disso, como já referido, sofrem a ausência de infra-estruturas e equipamentos; comportam uma força de trabalho maioritariamente não qualificada, desorganizada sindicalmente, de menor produtividade, mais sujeita a doenças e à mal nutrição, mais vulnerável ao desemprego e à inflação, dependente e controlada pelo centro urbano que dita o seu preço e resulta numa depreciação dos salários dos trabalhadores dos bairros espontâneos quando eles tentam inserir-se no sector moderno, privado ou não.

Consequentemente, a oferta de trabalho nesses bairros tende a aumentar para compensar a baixa de salários, e nela assumem um papel de relevo as mulheres e crianças que frequentemente se deslocam até ao centro urbano e deambulam pelos bairros em busca de uma actividade, mesmo que a tempo parcial, que complemente os rendimentos familiares, o que agrava ainda mais o desequilíbrio procura/oferta e deprecia mais os salários. O centro urbano, por sua vez, exporta para os bairros espontâneos os seus bens manufacturados e serviços, com preços estáveis ou elevados, em benefício para o primeiro e em detrimento para os segundos. Em caso da procura destes produtos acabados do sector moderno diminuir, basta ao centro urbano reduzir a produção (ou o fornecimento) a fim de manter os preços elevados. E contrariamente ao que se passa relativamente à exportação da força de trabalho não qualificada, aqui a procura de produtos manufacturados e serviços é relativamente elástica.

Tudo isto é representativo de obstáculos a uma bem sucedida integração destes bairros no sistema urbano da Praia. É como se os bairros de «habitat espontâneo» se encontrassem numa posição de país em desenvolvimento face ao centro urbano, que condiciona a sua existência e desenvolvimento. Vemos assim a segregação espacial se inscrever na dinâmica profunda da capital.

A representação dos bairros de «habitat espontâneo» é ambivalente: para uns, eles são o lugar por excelência da marginalidade; para outros, o lugar onde habita uma população dotada de uma grande

capacidade de iniciativa, autonomia e organização, lugar esse que corresponde a uma lógica interna do sistema urbano e desempenha funções determinadas.

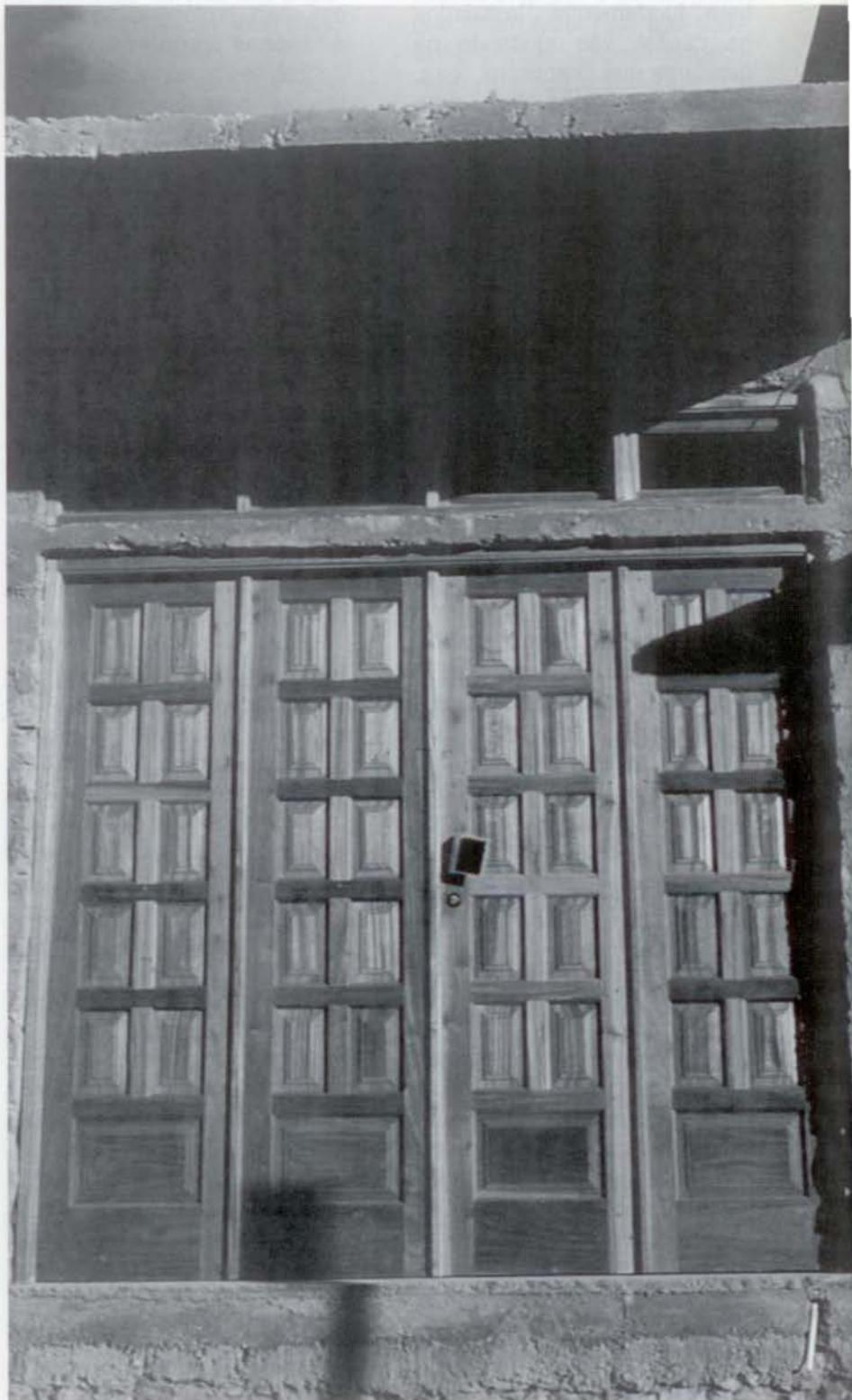
Perante este cenário urbano que a Praia apresenta, é necessário questionar a política urbana de gestão da capital. Marcada por opções limitadas pelas condições do contexto já descritas, ela tem-se mostrado ineficiente. Seria necessário, por um lado, que ela contemplasse a relação simbiótica entre o sector rural e o urbano, ao nível de uma política de ordenamento do território; e, por outro lado, que ela tivesse consciência da limitação prática (ao nível dos recursos disponíveis – financeiros, humanos, técnicos ...) das medidas que propõe (sob a forma de planos directores municipais enormes e onerosos) para inverter o cenário conservador da capital, não elaborando propostas apenas com vista a obter ajudas internacionais ou a angariar os votos das populações mais fragilizadas.

É preciso pensar também o papel da sociedade civil. A sua acção não deverá limitar-se à ocupação ou aquisição de terrenos vagos para a construção. Seria necessário, por um lado, uma participação mais activa das populações, que se poderia traduzir, entre outras coisas, pela criação de associações de bairro que funcionassem como grupos de pressão junto das entidades municipais e pelo seu envolvimento directo na formulação dos planos directores municipais; e, por outro lado, que as populações comesçassem a adquirir uma consciência e educação cívica, que passasse, entre outras coisas, pela alteração dos hábitos nocivos para a sua saúde (como por

exemplo, criar animais sem reunir as condições mínimas de higiene para tal, despejar os lixos domésticos e os dejectos humanos próximos das suas habitações, deixar as suas crianças aí brincarem) e no zelo pelas infra-estruturas e equipamentos sociais dos

seus bairros, muitos dos quais apresentam um estado de degradação avançado.

Torna-se imprescindível uma colaboração activa entre as entidades governamentais e as populações, para juntos decidirem que sociedade urbana querem.



Pormenor de uma casa, num bairro de habitat espontâneo.
Foto: Cortesia da revista Cidades e Municípios. Autora: Paulete Matos.

A Influência do porto na Formação e Configuração das Cidades Cabo-Verdianas: Ribeira Grande, Praia e Mindelo

Por António Leão Correia e Silva Fernando Pires

Ao observarmos a história urbana de Cabo Verde numa perspectiva de longa duração, ressalta logo à vista, pela sua recorrência, a localização litorânea das cidades. Trata-se de um dado que chama atenção pelo facto de ele se impor à multiplicidade de espaços e tempos que compõem o universo urbanístico insular. A Ribeira Grande, na ilha de Santiago, de fundação quatrocentista, a Praia, sita na mesma ilha e de criação quinhentista, o povoado boavistense de Sal-Rei, de afirmação tardo-setecentista, a vila do Mindelo, nascida por um decreto de 1838, enfim deixemo-nos ficar por aqui, constituem todos eles burgos talássicos. Não se pense, no entanto, que esta localização decorre de uma característica meramente accidental. Bem pelo contrário. Sustentamos a tese da existência de um urbanismo de gestação e feição portuárias, que é, em essência, o próprio urbanismo insular. A cidade, enquanto espacialidade, mas também como modo de organização social, é resultado, no nosso entender, da própria modalidade ou modalidades históricas de inserção das ilhas no contexto atlântico e mundial. E, como se sabe, é pelo porto

que se procedeu historicamente à integração das ilhas nos amplos espaços de circulação e troca.

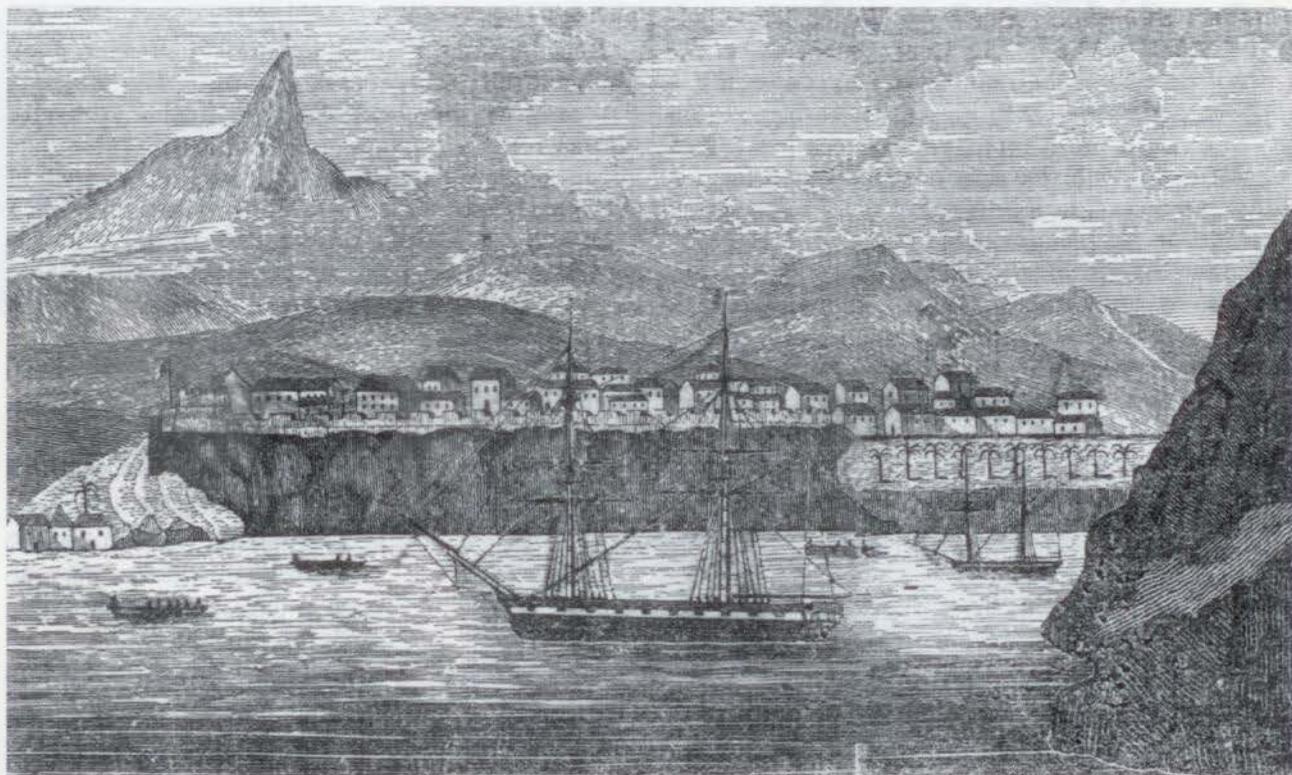
Na verdade, os arquipélagos foram estrategicamente «inventados» pelos seus descobridores enquanto pontos de apoio de amplas redes de circulação oceânica⁽¹⁶³⁾. O projecto imperial ibérico concebeu-os eminentemente como portos, ou seja, lugares de escala náutica, sem os quais aliás não seria possível viabilizar e estabilizar rotas essenciais à expansão europeia no mundo. Por isso, apesar de serem espaços exíguos e desprovidos de riquezas endógenas significativas, as ilhas atlânticas puderam desempenhar na história um papel muito além daquele que a sua dimensão física nos induz a supor. Neste sentido, percebe-se que o porto tenha nelas uma importância capital e transcendente. Por ser lugar através do qual se processa o contacto com o mundo exterior, ele converte-se em ponto de atracção e convergência. Por conseguinte, torna pertinente fixar-se nas suas imediações. O lugar proporciona oportunidades de realização de lucros comerciais, de obtenção

de emprego ou simplesmente de contactos culturais. Para o Estado é aqui, mais do que qualquer outro ponto, que importa instalar os seus órgãos de controlo fiscal ou judicial. De outro modo, isto é, optando por uma outra localização, ele ficaria numa posição excêntrica, que não o possibilitaria o controlo da dinâmica sócio-económica em curso. Este espaço interfacial, que é o porto, possui, pelo dinamismo que gera, uma elevada potencialidade urbana⁽¹⁶⁴⁾. Contudo uma precisão se impõe: referimo-nos ao porto oceânico, isto é, aquele em que o tráfego de cabotagem é menor do que o do longo curso.

Neste artigo propomos estudar as consequências espaciais e sociológicas da ancoragem portuária de três cidades: a Ribeira Grande no século XVI/XVII, a Praia no século XVIII/XIX e o Mindelo no século XIX/XX. Dessa «viagem», tanto no tempo como no espaço, procuramos identificar as constantes, isto é, aquilo que constituirá a essência do urbanismo portuário, mas igualmente as variações e os particularismos que perpassam nesse objecto.

⁽¹⁶³⁾ António Correia e Silva e Zelinda Cohen, «Rotas Transatlânticas e Movimentos Sociais» in *Cultura*, n.º 1.

⁽¹⁶⁴⁾ António Leão Correia e Silva, «A Nossa Posição Geográfica Será um Recurso?», in *Histórias de um Sahel insular*, Spleen, Praia, 1995.



Porto da Praia.

Foto: Cortesia da revista Cidades, da UCCLA.

O porto e a génese das cidades

O porto, longe de ser uma mera componente do urbanismo insular, figura antes como o seu elemento constitutivo e fundador. Isto, quer na sua origem, quer ainda na sua continuidade reprodutiva. A nosso ver, aliás, a historiografia caboverdiana, ou tão simplesmente sobre Cabo Verde, ainda não fez justiça devida a este verdadeiro criador de vida (económica, social e cultural) que é o porto insular, quando inserido nas rotas transoceânicas. De facto, os grandes ciclos de prosperidade e de crescimento de Cabo Verde estiveram quase sempre correlacionados, termo a termo, com os períodos que, por razões decorrentes de uma macro-dinâmica de dimensões globais, este arquipélago adquiriu

valor estratégico relativamente ao funcionamento do Atlântico, entendido aqui como rede de circulação e comunicação. Quando assim aconteceu, o arquipélago tornou-se sede de um processo sócio-económico cujos contornos se caracterizam, *grosso modo*, pelas seguintes tendências: a mercantilização da economia, a pluralização das identidades sociais e, last but not least, a urbanização dos espaços portuários⁽¹⁶⁵⁾. São estes os tempos fortes da história deste arquipélago, no interior dos quais a sociedade é submetida a uma dinâmica de integração atlântica, senão mesmo mundial. Importa no entanto frisar que aos períodos de abertura, de que as cidades-porto são a tradução espacial mais relevante, sucedem longas fases de fechamento e marginalização relativamente às rotas oceânicas. Os processos de desinserção induzem à

regressão dos fluxos portuários de longo curso e, consequentemente, das cidades que lhes estão associadas. A historicidade arquipelágica – não só a cabo-verdiana – é decisivamente marcada por esta alternância entre a abertura e o fechamento, alternância esta que se traduz, no que diz respeito à nossa temática, nos ciclos de urbanização e de ruralização, ocorridos no transcurso do tempo. O século XVI e a segunda metade do XIX representam casos expressivos do primeiro tipo de conjuntura, ao passo que o longo e o penoso século XVII e parte significativa do XVIII, bem como as décadas de 20 e 40 desta centúria encarnam tendências de sinal contrário. De momento porém, ainda que seja importante ter em linha de conta esta historicidade pendular, só nos interessa os ciclos de abertura e integração

⁽¹⁶⁵⁾ Idem, ibidem.

de Cabo Verde nos circuitos atlânticos de circulação, por serem estes os geradores de processos urbanos.

Se por um lado nos afigura ser justo, enquanto estratégia epistemológica, reflectir sobre as características estruturais dos processos induzidos pela abertura do arquipélago à dinâmica atlântica, isso independentemente das particularidades que cada ciclo encerra, por outro, não nos parece de sobremodo realçar as especificidades históricas de cada período. Só esta operação, simultaneamente generalizante e singularizante, permite dar conta da cidade cabo-verdiana como categoria geral e, ao mesmo tempo, das diferentes cidades (Ribeira Grande, Praia, Mindelo), enquanto objectos concretos e únicos.

A abertura ao Atlântico, dominado no século XVI pelo tráfico de escravos, regulado politicamente pelo tratado de Tordesilhas e do ponto de vista náutico sob o domínio da vela, o que quer dizer dos ventos marítimos, fez nascer a vila/cidade da Ribeira Grande. Esta será irremediavelmente tributária desta moldura histórica. Tanto assim é que ela não sobreviverá à mudança radical destes parâmetros. Por isso, afiguram-se como elementos fundamentais de sua inteligibilização. A aludida cidade teria certamente outra configuração se se inserisse num espaço de fluxos não negreiros, submetido a um regime comercial do tipo concorrencial, e não feito de exclusivos como aconteceu de facto, e, por fim, dominado pelo vapor como força locomotora de navos.

O submergir do exclusivo ibérico sobre o atlântico médio e austral, feito à força da artilharia dos corsários do norte da Europa, ao originar o nascimento das primeiras colónias holandesas, inglesas e francesas, onde anteriormente só imperavam espanhóis e portugueses, requalifica a geo-estratégia atlântica. Além de uma pluralidade tensa feita de fricções, o oceano é marcado agora pela pluralização dos fluxos comerciais. É neste quadro setecentista, que se pressente já no ocaso seiscentista, como nos testemunha Guillaume Dampier⁽¹⁶⁶⁾ por exemplo [mas poderíamos invocar aqui também o viajante inglês J. Ovington⁽¹⁶⁷⁾], que emerge a vila da Praia, como burgo adstrito à solicitada baía de Santa Maria. São estes dados de enquadramento histórico, acima sumariados, que permitem inteligir a relação «desconfiada» que o burgo mantém com o seu porto, a um só tempo fonte de prosperidade e de ameaça. Será exactamente a morte da velha ordem atlântica de Tordesilhas que sustenta a multiplicidade dos actores que demanda a vila portuária da Praia.

A intellegibilização sociológica e espacial da cidade do Mindelo impõe-nos uma metodologia em tudo semelhante àquela utilizada para a Ribeira Grande e Praia, ou seja, a exigência de reconstituir o global para entender o local. As especificidades do objecto justificam-na. Os arquipélagos são espaços demasiado exíguos para albergarem em si as razões do nascimento das suas cidades. Estas constituem exactamente o que nas ilhas escapa à clausura do local. O incremento dos fluxos anglo/

/sul-americanos, resultado das independências das ex-colónias ibéricas do pólo austral, nomeadamente o Brasil e a Argentina, a introdução do vapor, enquanto tecnologia de navegação a longo curso, e o aumento considerável do tráfego não escravocrata resgatam a ilha de S. Vicente à posição periférica a que sempre estivera relegada, tornando o então recém fundado povoado do Mindelo, até aí pouco mais do que uma aldeia piscatória, um dinâmico burgo talássico. A verdadeira revolução geo-económica e política, que tem lugar no xadrez atlântico ao longo do século XIX, constitui o quadro de gestação do Mindelo.

Os três maiores processos urbanos da História de Cabo Verde, a Ribeira Grande, a Praia e o Mindelo não só nasceram do estímulo portuário como são por este modelados. A influência do porto sobre as cidades começa por se expressar na configuração morfológica das mesmas, ainda que devamos reconhecer que ela esteja longe de ficar por aí.

Os Factores de determinação da configuração urbana

A nossa hipótese de partida, no que se refere à influência do porto sobre a configuração urbana, é a de que o desenho das cidades caboverdianas, que constituem o universo em estudo, reflecte de diversas formas a ancoragem portuária. Se a localização portuária é comum a esses três espaços tempos, a forma como esta variável se repercute em cada um deles é, em contrapartida, particular. Dito de outro modo: se é certo que o porto con-

⁽¹⁶⁶⁾ Guillaume Dampier, *Nouveau Voyage autour du Monde*, Tome Premier, 4.^o edition, Amesterdan, 1724.

⁽¹⁶⁷⁾ J. Ovington, *A Voyage to Suratt*, Printed for Jacob Tonson, London, 1696.

diciona e modela o desenho das referidas cidades, ele actuará no entanto de forma diversa em cada um dos casos. Querendo complexificar o modelo causal subjacente à configuração urbana, deve-se chamar à colação outras variáveis que, a par da ancoragem portuária, concorrem igualmente para a estruturação das cidades. Referimo-nos à topografia (variável importante quando se move num espaço de relevo dinâmico como o cabo-verdiano), a hidrografia, as concepções urbanísticas dominantes, a tecnologia dos transportes marítimos e de trabalho portuário, etc. Fica explícito que o desenho urbano resulta de uma multiplicidade de variáveis em interacção, por isso, seria de todo descabido que os autores deste texto viessem propor aqui uma espécie de mono-determinismo portuário. O que se propõe neste texto é tão somente a estimação da influência do porto sobre o traçado urbano, no contexto e em concurso com outras forças actuantes.

Ao lançarmos uma primeira visão sobre o lugar de implantação destes três núcleos urbanos, constatamos, mau grado o facto de se localizarem todos em baías e serem litorâneos, que cada um deles mantém uma relação própria e diferente com o porto relativamente aos demais; este elemento estruturante, que constitui o porto, integra-se de cada caso de um modo específico no contexto das outras condicionantes modelares da configuração das urbes. Por exemplo, em contraponto à ancoragem portuária – factor determinante e primordial – destacamos a dependência

relativamente às fontes de água doce, elemento igualmente condicionador da localização de cidades. Vemos, nos três casos em estudo, a cidade, nascendo à beira-mar, e denunciando-se nisso tributária das redes oceânicas de circulação e comércio, crescer depois em direcção às fontes provedoras de água doce. Na Ribeira Grande, o ponto zero da topogénese urbana situa-se no lado oriental da baía, no único lugar do ponto onde o desembarque é possível. É precisamente ali, no encontro entre a terra e o mar, neste tenso interface, que brota o núcleo inicial. Ali se localizarão a Rua do Porto e a do Calhau (a toponímia traduz bem a natureza de «fronteira» desta parte da cidade) e o Largo do Pelourinho. Mas aos poucos o burgo expande-se, seguindo a ribeira, procurando situar-se de forma acessível face às nascentes e às linhas de água. Por isso, a cidade alonga-se para o interior, como que atraída pelo íman das nascentes. A água é o contraponto do porto. Como um de nós afirmou, num texto recente, não existe localização no Sahel insular que não se encontre perante o desafio de ter de gerir esta dupla de dependência de água (a doce e a salgada) ⁽¹⁶⁸⁾.

Passa-se o mesmo com a vila da Praia de Santa Maria. Apesar de se ter desenvolvido em cima de uma achada, a 30 metros acima do nível das águas do mar, já que a baixada adjacente ao porto não alberga um parque construído com significado urbanístico, o núcleo inicial do burgo situar-se-á no sul do referido planalto, num esforço claro de se aproximar e vigiar o porto.

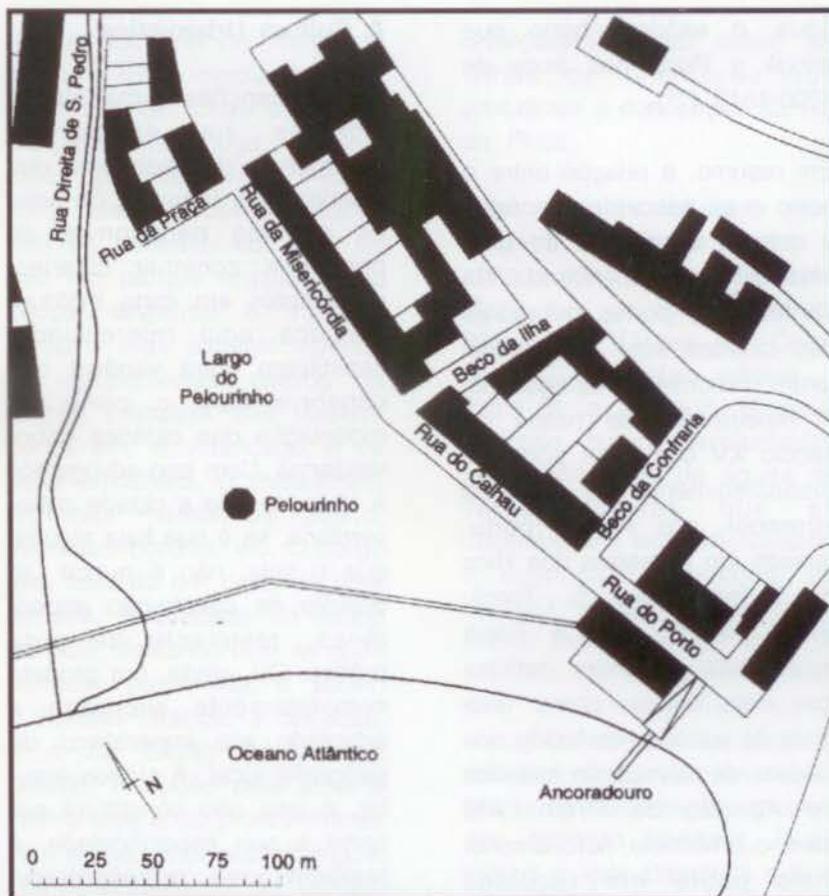
No entanto, esta localização tem igualmente subjacente a estratégia de aceder aos poços de *Fonte Ana*, conhecida nos roteiros de navegação transatlântica por *Aguada da Praia*, e do *Pacheco*, sítios ambos na enorme várzea que se estende a sudeste da vila e a pouca distância da Praia Grande, onde se faz o desembarque. Mais tarde, já na segunda década do século XIX, com o esgotamento do poço do Pacheco e a perda de qualidade da água oriunda da *Fonte Ana*, explora-se a nascente do *Monte Agarro*, a norte da achada, obrigando assim o burgo a orientar-se para aquele lugar. A extensão da rua do Cofre ou do Quartel para o extremo oposto do plateau, onde a vila teve assento, ficou a dever em parte à motivação de captação de água do *Monte Agarro*. As nascentes funcionam assim como pólos de atracção, impondo com isso contratendências de orientação da expansão urbana.

A cidade do Mindelo, por se encontrar localizada numa ilha sem potencialidades agrícolas, revela menor dependência das fontes de água do que os casos atrás citados. Contudo, ainda assim, a disponibilidade deste líquido modela e condiciona o crescimento da urbe. Enquanto a principal fonte provedora de água se localizou à beira-mar, no pequeno porto da *Matiota*, contíguo àquele onde se situava o povoado, este não ocupara mais do que uma estreita faixa de terra, marginal ao Porto Grande. No entanto, com o esgotamento do referido poço – devido à sobreexploração que os navios em trânsito, cada vez em maior número, dele fazem – e o apa-

⁽¹⁶⁸⁾ Idem, *Espaços Urbanos de Cabo Verde. O Tempo das Cidades-Porto.*, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, Lisboa, 1999.

recimento posterior das fontes de Madeiral e Madeiralzinho, a cidade é atraída para o sul, isto é, para o interior. Estas funcionarão, ainda que mal, visto engendrarem uma dualidade assimétrica, como uma espécie de compensação à poderosa atracção marítima, fundadora desta cidade-porto.

Subtraindo-nos às situações concretas, no interior das quais ocorre a relação porto-nascentes de água, importa quiçá encontrar uma sintaxe, que, por ser geral, traduz a relação entre estas duas variáveis ao nível do arquipélago, no seu conjunto, e da sua história, no seu transcurso. Contrariamente ao que se pode *a priori* esperar, a História de Cabo Verde tem mostrado ser mais determinante, para a lógica de implantação urbana, a ancoragem portuária do que a proximidade das fontes provedoras de água. Aquela parece ser incomparavelmente mais decisiva nas estratégias de localização do que estas. A cidade do Mindelo é a este propósito paradigmática. O seu fulgurante desenvolvimento ao longo dos anos 80 do século XIX conduz ao esgotamento progressivo das fontes existentes no interior e nas imediações da cidade, resultado tanto da diminuição dos lençóis como do aumento das necessidades de consumo. Facto lógico se levamos em linha de conta o rápido crescimento demográfico que o burgo conhece. Não obstante esta situação «bizarra», a cidade cresce, fazendo apelo à exploração de nascentes situadas na ilha de Santo Antão. O seu abastecimento era feito por navios contentores e esta actividade constituiu fonte de enriquecimento de ilustres personagens da história mindelense. A prosperidade portuária recompensava bem aqueles



Localização do porto de Ribeira Grande.
Foto: Cortesia da revista Cidades, da UCCLA.

que, pagando os custos, não pequenos, da travessia do turbulento canal, traziam água à urbe são vicentina. Parece não ser tão essencial, como à primeira vista se pudesse crer, que a cidade tenha próxima dela as fontes do seu provisãoamento em água. Este factor não é imperativo no que à localização urbana diz respeito. Mesmo que seja elevado o preço a pagar por tal proeza. No Mindelo, por exemplo, as classes de menores rendimentos sofrem dramaticamente os efeitos da escassez e da baixa qualidade da água consumida. Não tendo recursos para pagar a água importada ou destilada pelas companhias inglesas aqui instaladas, à classe popular não restava outra alternativa que não a salobra, extraída de numerosos poços existentes no interior da cidade. Por esta razão, a

cólera e as febres gastro-intestinais de carácter tífico tornam-se nos anos 80 endémicas no Mindelo. Contudo, esta situação não impede a expansão do burgo nortenho.

Mesmo na vila da Praia de Santa Maria, onde o problema de abastecimento é crónico e agudo, mesmo ali, dizíamos, a escassez de água só se torna destruturante quando conjugada com uma conjuntura de refluxo portuário. É o que sucede por exemplo no segundo quinquénio de 1600, altura em que a ocorrência de sucessivos anos secos faz diminuir o caudal de água dos poços e o porto, vítima da actividade corsária dos ingleses e, em menor grau, dos holandeses, regista baixas nas entradas. Resulta da sincronização destas duas variáveis, isto é, o refluxo portuário e a escassez de

água, o exódo urbano que atinge a Praia nos anos de 1600-1613 ⁽¹⁶⁹⁾.

Em resumo, a relação entre o porto e as nascentes de água é estreita e criadora de uma vinculativa interdependência. Na verdade, os portos geradores das cidades aqui em análise foram primordialmente aguadas. A Ribeira Grande nasce no século XV como um porto de reabastecimento de água e «frescos» aos navios portugueses em demanda dos Rios da Guiné, Mina, S. Tomé, Brasil, Índia, etc. A Praia figura, nas primeiras notícias que dela temos, como uma praia de aguada, apelidada nos roteiros de navegação atlântica de Aguada da Praia. Até mesmo o Mindelo, notoriamente mais pobre em recursos hídricos do que os demais portos referenciados, fôra nos seus inícios lugar de aguada. A praia da Matiota constituiu durante muito tempo fonte de aprovisionamento de água para baleeiros americanos e vapores e veleiros ingleses, que ali escalavam em derrota aos mares do Sul. A nosso ver, a articulação entre a água doce e a salgada foi um dado fundamental para que as cidades-porto cabo-verdianas pudessem afirmar-se como peças fundamentais no xadrez atlântico. Mas, note-se: a água doce é submetida às exigências portuárias, eventualmente mais determinantes do que ela na génese das cidades.

A Cultura Urbanística

As concepções urbanísticas vigentes na época da emergência de cada uma das cidades aqui tratadas, ou seja, os grandes paradigmas de pensar e construir cidades, dominantes em cada moldura histórica aqui referenciada, constituem outra variável que concorre com o porto na modelação das cidades cabo-verdianas. Com isso advogamos a ideia de que a cidade cabo-verdiana, se é que haja alguma que o seja, não é nunca um objecto de construção espontânea, resultante de pura prática. Ou, ainda, um produto completamente submisso e adaptado aos imperativos da geografia local. A cidade insular, e isso não constituirá por certo a sua especificidade, é também uma representação mental, o mesmo é dizer gráfica, sociológica, política, etc. Em cada época histórica encontramos um paradigma de pensar e realizar cidades. A Ribeira Grande, fundada no século XV, patenteia no seu desenho traços de uma cultura urbanística tardo-medieval ainda. Trata-se, segundo investigações recentes realizadas por um de nós, de uma planta eminentemente orgânica, ainda que não espontânea ⁽¹⁷⁰⁾. O traçado urbano da primeira cidade portuguesa nos trópicos mostra-se plástico e adaptativo em relação à ribeira e sua marcante e demarcante orografia. É pois no interior de tais imposições, diríamos quase caprichosas, do relevo que a

cidade dá expressão a um projecto urbanístico estruturado e estruturante.

Marcada decisivamente por um longo eixo que é a Rua Direita, a cidade deixa-nos antever regularidades, patenteadoras da existência de um paradigma urbanístico ⁽¹⁷¹⁾ claro. De realçar, no entanto, que a parte alta, corporizada no bairro S. Sebastião, construída quase um século depois da fundação da Ribeira Grande, apresenta já sinais claros de modernidade, reflexos de um novo paradigma urbanístico veiculado pela cultura renascentista, em plena expansão no ocaso de quatrocentos e princípios de quinhentos. Nesta zona da cidade, erguida em plena achada, e por isso isenta de constrangimentos orográficos da parte baixa, a planta tende para a ortogonalidade. O bairro de S. Sebastião, portador também de um eixo estruturante, designado pelas fontes coevas de «Rua Direita que vai para o Forte» ⁽¹⁷²⁾, possui elementos urbanísticos muito semelhantes aos que presidiram à construção de cidades ou bairros levantados na mesma época. Referimo-nos por exemplo ao Bairro Alto em Lisboa. Ou, ainda, aos burgos brasileiros nascidos no mesmo período ⁽¹⁷³⁾. O mesmo pode legitimamente dizer-se, se bem que com menos acento, em relação ao bairro de S. Brás, sito na achada oriental do burgo. Isso autoriza-nos a falar de um novo paradigma e a advogar a hipótese de que a Ribeira Grande constitui uma acumulação de camadas de paradigmas

⁽¹⁶⁹⁾ António Leão Correia e Silva, «Praia: a lenta ascensão de uma Capital» in *Cultura*, n.º 2, Praia, Julho de 1998, *História Geral de Cabo Verde*, vol. II, Instituto de Investigação Científica Tropical/Instituto Nacional da Cultura, Lisboa-Praia, 1995 (dir. Maria Emília Madeira Santos).

⁽¹⁷⁰⁾ Fernando dos Reis Pires, *Da Cidade da Ribeira Grande à Cidade Velha em Cabo Verde. Análise histórico-formal do espaço urbano (séc. XV – séc. XVIII)*, dissertação de Mestrado em Desenho Urbano.

⁽¹⁷¹⁾ Quanto à descrição da cidade ver: Iva Cabral, «Ribeira Grande: vida urbana, gente, mercancia, estagnação» in *História Geral de Cabo Verde*, vol. II, António Correia e Silva, *Espaços Urbanos de Cabo Verde* ..., 1999.

⁽¹⁷²⁾ AHN (CV), Livro de Registos de Vínculos e Capelas do Concelho da Praia.

⁽¹⁷³⁾ Paulo Ormindo, «Urbanismo de Trazado Regular en los Dos Siglos de la Colónización Brasileña» in *Estudios sobre Urbanismo Ibero-Americano Siglos XVI al XVIII*, ed. Junta de Andalucía y Consejería de Cultura, Sevilla, 1990.

urbanísticos, sendo estas correlacionadas com as diferentes plataformas sobre as quais estão assentes a cidade. É como se a história apropriasse da estrutura do sítio, que lhe é anterior, para expressar os seus ciclos e rupturas. Do ponto de vista orográfico, a cidade de Ribeira Grande instala-se sobre três plataformas, ainda que, para o nosso propósito, só as duas iniciais tenham interesse. A primeira desenvolve-se a partir do nível da baía e progride tanto para o interior quanto para o sudoeste, em direcção de S. Brás. De cota variável entre os 5 e 15 metros de altitude, há que distinguir dois níveis distintos nesta plataforma: o do Largo do Pelourinho, onde se encontra o porto (5 metros) e o do vale, no qual está instalado o corpo principal da cidade (de 5 a 15 metros). A segunda plataforma, situada entre os 20 e os 40 metros, acima do nível médio das águas do mar, alberga o bairro de S. Sebastião. Esta parte da cidade, sita sobre um pequeno promontório, vai acolher a «cidade nova». O conteúdo desta expressão reporta-se tanto à malha urbana propriamente dita como a certos elementos arquitectónicos que, pela sua volumetria, imponência e função, expressam a nova cultura urbanística. Esta diferenciação de traçados e elementos, que a planta da Ribeira Grande apresenta, tem menos a ver com o porto do que com a diversidade de tempos que marca a história deste burgo.

O paradigma urbanístico vigente ao tempo da sua fundação marca indelevelmente a configuração da vila da Praia de Santa Maria. Deve-se a nosso ver a esta variável o facto de, contrariamente a outros dois casos chamados aqui à colação, a vila da Praia

não se localizar na «boca do porto». Nas imediações da Praia Grande, onde o trânsito portuário tivera lugar e constituiria possivelmente o lugar zero deste processo urbano, não se desenvolveu mais do que um parque arquitectónico parco, disperso e mínimo. Tiveram aqui assento apenas os equipamentos cativos da função portuária que desempenharam. A Alfândega e os seus armazéns, o matadouro, algumas casas de pasto, eventuais bordéis, etc. O burgo terá assento em cima de uma achada, enquistada no fundo da baía, deixando livre as duas achadas periféricas, a saber: a Achada Grande, a ocidente, e a de Santo António, a oriente. A opção pela achada central teve a ver provavelmente com a sua maior acessibilidade, comparativamente às outras, face ao desembarcadouro da Praia Grande. Mas constata-se igualmente uma expressiva rejeição das baixadas, que intermedeiam as três achadas aludidas, motivada tanto por razões que se prendem com as concepções renascentistas de construção de cidades, como com as estratégias de adaptação às condições naturais próprias do lugar. E, ainda, com as prementes preocupações militares, dominantes a partir da 3.^a década de quinhentos.

Consolidada num período em que domina o paradigma renascentista (sustentamos quanto a isso que entre a Ribeira Grande e a Praia existe um claro corte paradigmático no sentido Kuhn), a cidade ideal é pensada em espaços altos, arrejados e planos, libertando-se assim dos caprichos orográficos e hidrográficos. Os impasses sanitários, portuários e mesmo os directamente urbanísticos, nos quais havia caído a Ribeira Grande,

reforçaram, ainda mais, as linhas de orientação que presidiram à concepção da vila da Praia.

Ademais, as cheias, que alagam o espaço entre a achada da Praia de Santa Maria e a de Santo António, isto é, a Várzea da Companhia, e o que medeia a Praia e a Achada Grande, a Praia Negra, avolumadas pela confluência de águas de várias ribeiras que ali desembocam, terão inviabilizado a ocupação sistemática da baixada adjacente ao porto. Outro factor natural que se adiciona ao supramencionado são as emergentes preocupações com a salubridade, resultantes das recentes experiências de colonização europeia dos espaços tropicais. Realçamos a este propósito que a cidade da Ribeira Grande representa a primeira vivência urbana dos portugueses dentro desta nova moldura geoclimática e epidemiológica que são trópicos. Por conseguinte, ela constituiria para estes colonizadores uma vivência de índole iniciático. Trata-se de uma fixação que não deixa de ter também um forte cunho experimental. Logo possibilitadora de conhecimentos que foram transferíveis no assento e construção de burgos que lhe são posteriores. Terá isso influenciado os pressupostos da fundação da vila da Praia? No nosso entender sim, ainda que nos seja forçoso reconhecer a pouca distância, tanto no tempo como no espaço, que separa estas duas emergências urbanas. As planícies, os espaços acantonados e as ribeiras, como a que acolhera a Ribeira Grande, por propensas à acumulação de águas estagnadas no seu interior tendiam a albergar focos de paludismo. Este mal, recorrentemente referido pelas fontes portuguesas, era apresentado

como a causa maior da sobre-mortalidade de reinóis e castelhanos que habitavam ou tão simplesmente passavam pela cidade. Este facto não é isento de consequências. Ela retirava à Ribeira Grande a possibilidade de desempenhar duradouramente os papéis de entreposto comercial e sobretudo de capital política, já que, para isso, a cidade tinha de albergar um número significativo de funcionários régios de origem reinól.

Neste contexto, a opção pela achada, isto é, um espaço alto e «lavado de ares», portanto dotado de condições propícias ao escoamento de águas, representa um factor de peso e determinante na localização do burgo praiense. Este facto a nosso ver concorre para a explicação da posição recuada da vila em relação ao porto.

Por fim, há que adicionar ao conjunto de determinantes que inteligibilizam a relação particular que a Praia tece com o seu porto, relação em si própria muito diversa daquela que a Ribeira Grande e o Mindelo mantêm com os seus ancoradouros marítimos, a conjuntura político-militar vigente no Atlântico aquando da sua fundação. A posição cimeira do burgo praiense traduz aliás expressivamente o imperativo da defensabilidade, numa altura em que a pressão corsárias das monarquias norte europeias aumenta, numa estratégia clara de fazer ruir o exclusivo ibérico sobre os mares austrais. Contrariamente à Praia, a Ribeira Grande e o Mindelo entretecem uma relação muito mais estreita e directa com os seus respectivos portos, sendo em ambos os casos a Rua do Porto ou Rua da Praia a principal artéria destes burgos talássicos.



Foto: Cortesia da revista Cidades, da UCCLA.

Ponte da Alfandega S. Vicente C. Verde



